

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**DA CONTRADIÇÃO À COLABORAÇÃO:
CRÍTICA DA ALIENAÇÃO DA SOCIALIDADE CAPITALISTA**

RAPHAEL LANA SEABRA

BRASÍLIA, 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DA CONTRADIÇÃO À COLABORAÇÃO:
CRÍTICA DA ALIENAÇÃO DA SOCIALIDADE CAPITALISTA

RAPHAEL LANA SEABRA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / UNB
COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE.

BRASÍLIA, MARÇO DE 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:
DA CONTRADIÇÃO À COLABORAÇÃO:
CRÍTICA DA ALIENAÇÃO DA SOCIALIDADE CAPITALISTA

AUTOR: RAPHAEL LANA SEABRA

ORIENTADOR: DOUTOR SADI DAL ROSSO

BANCA EXAMINADORA:
PROF. DOUTOR SADI DAL ROSSO - ORIENTADOR (SOL/UNB)
PROF. BRASILMAR FERREIRA NUNES (SOL/UNB)
PROF. DOUTOR MIROSLAV MILOVIC - MEMBRO EXTERNO (FIL/UNB)
PROF^a DOUTORA BERLINDES ASTRID KÜCHEMANN - SUPLENTE (SOL/UNB)

“A liberdade, bem como sua possibilidade, não é algo dado por natureza, não é um dom concedido a partir do alto e nem sequer uma parte integrante – de origem misteriosa – do ser humano. É o produto da própria atividade humana, a qual, embora sempre engendre concretamente algo diferente daquilo que se propusera, termina por ter conseqüências que ampliam, de modo objetivo e contínuo, o espaço no qual a liberdade se torna possível.”

György Lukács, *O jovem Marx*

Para Tina,

Com carinho

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a meus pais, Carlos e Dulcinéia que, mesmo começando com diversas “desconfianças” e “ansiedades” quanto às possibilidades abertas por minha opção acadêmica, aos poucos, se entusiasmaram e compreenderam o significado de tal opção.

Agradeço a meus irmãos, Arthur e Samira. A todos meus tios, tias e primas. Mas, especialmente à Tia Edna que me acompanha desde o início, Tia Luciana que sempre me recebeu tão bem em sua casa, Dadaça pelo carinho constante e também, Tio Obata por nossos polêmicos debates sobre tudo.

A minha companheira Tina, presente tanto em bons quanto em maus momentos buscando sempre me alegrar com seu brilho único.

Aos amigos que “reconheci” na Universidade de Brasília, Eduardo, Ritinha, Isamara, Arquimedes, Rosana, Camilo, Daniel Bin, Daniel Oppermann, Roberto e Erlando. Aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (Gept) Hélvia, Paulo, Aldo, Robson e Magda.

Aos companheiros da Consulta Popular Fábio, Jeansley, Bianca, Iracema, Dombek, Marleide, Will, Ramon e Arthur. Também não posso me esquecer dos companheiros Chico, Teixeira, Luciana, Silviano, Juliana e Rafael. Que sempre me ajudaram a manter a terrenalidade da crítica quando o pensamento tendia aos céus especulativos.

A Capes, cujo auxílio financeiro foi indispensável à minha dedicação exclusiva à realização desta dissertação de mestrado. À Universidade de Brasília e, em especial, aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelo apoio e atenção. À minhas professoras e amigas de Belo Horizonte, Núbia Braga Ribeiro e Heloísa “Bizoca” Greco, pelo apoio incondicional. Aos professores do Uni-BH, Wellington Oliveira e Geraldo Márcio, pelos anos de graduação.

Agradeço também a professora Berlindes Astrid Küchemann, que me recebeu com grande atenção no programa de pós-graduação. Ao meu professor e orientador Sadi Dal Rosso, pelo apoio, disponibilidade e liberdade que permitiram que eu trabalhasse com

grande autonomia. Por suas constantes “advertências” acerca do método, da relação íntima entre empiria e teoria, pilares das ciências sociais. Assim sendo, guardo grande respeito e admiração por sua perspectiva intelectual compromissada com a crítica social.

As valiosas sugestões e críticas, dos professores que compuseram tanto a Banca de Qualificação do Projeto como a Banca de Defesa, Brasilmar Ferreira Nunes e Miroslav Milovic, que certamente, ampliam as possibilidades de continuidade de minha pesquisa sobre a alienação.

Finalmente, gostaria de “contrariar” um clichê muito conhecido por todos os pós-graduandos: de que o processo de pesquisa, elaboração e conclusão de uma dissertação é um processo solitário. Reconheço que em alguns momentos a angústia e a ansiedade são desesperadoras, mas os agradecimentos acima, a meu ver, quebram por completo tal clichê. Em todos os momentos fui acompanhado pelo apoio, sugestões, críticas, amizade e carinho que só podem de fato existir num processo coletivo, por mais que seu resultado carregue meu nome. Assim, guardo minha eterna gratidão a todas as pessoas que contribuíram de algum modo nessa empreitada.

SUMÁRIO

Resumo.....	9
Abstract.....	10
Introdução.....	11
Capítulo 1	
Ontologia, humanização e reprodução social.....	26
1.1 – Fundamentos ontológicos do ser.....	26
1.2 – Trabalho e humanização.....	30
1.3 – Indivíduo, gênero e sociedade: a reprodução social.....	44
Capítulo 2	
A alienação como prostração ontológica.....	55
2.1 – A teoria da alienação: elementos constitutivos de uma relação social incontrolável e sua superação positiva.....	55
2.1.1 – O homem alienado da <i>natureza</i>	59
2.1.2 – O homem alienado de <i>si mesmo</i>	61
2.1.3 – O homem alienado de seu <i>ser genérico</i>	62
2.1.4 – O homem alienado do <i>homem</i>	64
2.2 – As <i>personificações</i> como maximização da tendência histórica à alienação.....	65
Capítulo 3	
O capital: fundamentos da “contradição em processo”.....	75
3.1 – O modo de controle do capital como “sistema orgânico”.....	75

3.2 – As respostas do capital à crise estrutural: o toyotismo como “momento predominante”.....	79
--	----

Capítulo 4

Da contradição à colaboração: as condições objetivas do “rebatizado” do assalariamento.....	86
---	----

4.1 – Do trabalhador ao colaborador: sai o “trabalho” e entra a “satisfação do cliente”	86
---	----

4.1.1 – Profissão bancário ou “comerciário frustrado”?.....	96
---	----

4.1.2 – Serviço de Atendimento ao Cliente: as centrais de tele-atendimento nas tramas da “taylorização”	99
---	----

4.1.3 – Operador de Caixa em Supermercados: a linha de frente na satisfação da “misteriosa entidade independente”	103
---	-----

4.2 – A “concreticidade” do trabalho contemporâneo perante a “teoria” da alienação: em busca da substancialidade do fenômeno.....	107
---	-----

Conclusão	121
------------------------	-----

Referências Bibliográficas	127
---	-----

Fontes	131
---------------------	-----

RESUMO

Neste trabalho buscamos compreender o aprofundamento da experiência da alienação da classe trabalhadora na contemporaneidade. No primeiro momento, realizamos o resgate dos fundamentos da ontologia social marxiana e lukacsiana e apresentamos a especificidade do ser social, o trabalho. De tal modo, o trabalho não é reconstituído somente como antagonista do capital, mas como agente soberano criativo do processo contínuo de humanização do ser social. No segundo momento, com base nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* analisamos o conceito-chave alienação de modo que ressaltamos não só as possibilidades de superação deste fenômeno, como quatro aspectos que o fundamentam: o homem alienado da natureza, o homem alienado de si mesmo, o homem alienado do gênero e o homem alienado do outro homem. Também, procuramos avançar na compreensão de sua substancialidade através do conceito de personificações do trabalho e do capital, não no sentido da identidade sujeito-objeto, mas na internalização das necessidades de valorização do capital como necessidades subjetivas. No terceiro momento, avaliamos as condições históricas que compõem a dinâmica do capital e as peculiaridades que compõem seu sistema orgânico, assim como os traços que distinguem suas diversas formas. Frente as transformações mais recentes na esfera de acumulação do capital, desde sua crise estrutural até as diversas experiências produtivas, apontamos o modelo produtivo toyotista como “momento predominante” da produção global de mercadorias. No quarto momento, centralizamos nossas atenções em três categorias profissionais distintas – bancários, tele-operadores e operadores de caixa em supermercados – no intuito de verificar a continuidade e o aprofundamento da experiência da alienação no cotidiano do trabalho. A leitura de nossa pesquisa de campo revelou que apesar do recurso a práticas mais “humanizadoras” e até mesmo o “rebatizado” da classe trabalhadora em colaboradores, não representa de fato um avanço no fim do fenômeno da alienação e muito menos na extinção das contradições clássicas entre capital e trabalho.

Palavras-chaves: Ontologia. Trabalho. Socialidade. Alienação. Capitalismo. Relações de Trabalho.

ABSTRACT

In the present work we aim to comprehend the deepening of the contemporary working classes' alienation experience. At a first moment, we revisit the fundamentals of the social ontology by Marx and Lukács and present the specificity of the social being, the work. In that way, work is not reconstituted only as an opponent of the capital, but also as a sovereign and creative agent of the continuous process of humanization of the social being. At a second moment, based on Marx's *Economic and Philosophical Manuscripts*, we analyze the key concept of alienation so as to point out not only the possibilities to overcome this phenomenon, as well as its four fundamental aspects: the man alienated from nature, the man alienated from himself, the man alienated from genre and the man alienated from man. Also, we seek to advance on the understanding of its substantiality by means of the concept of work and capital personification, not in the sense of subject-object identity, but in the internalization of the need to valorize the capital as a subjective need. At a third moment, we evaluate the historical conditions which constitute the dynamics of the capital and the peculiarities that arrange its organic system, as well as the characteristics which distinguish its various forms. In face of the recent transformations in the sphere of capital accumulation, from its structural crisis to the several production experiences, we indicate the toyotist model of production as the "predominant moment" of the global production of goods. By the fourth moment, we focus on three different categories of professions – bank clerks, phone operators and supermarket cashiers – in order to check the continuity and the deepening of the experience of alienation in the daily working environment. The reading of our camp research revealed that despite the using of more "humanizing" practices and even the "rebaptism" of the working class into collaborators, it doesn't represent in fact an advance towards the end of the phenomenon of alienation and even less towards the extinguishing of the classical contradictions between capital and labor.

Keywords: Ontology. Work. Sociality. Alienation. Capitalism. Job Relationships.

Introdução

É muito difícil compreender efetivamente a situação da classe trabalhadora na contemporaneidade. Se de um lado, os textos e pesquisas acadêmicas retiram o trabalho e a classe do inventário dos “objetos sociológicos”, por outro lado, as transformações na esfera de acumulação do capital, na empresa moderna de cariz toyotista a classe trabalhadora é “rebatizada” em elemento de colaboração, a fim de identificar os interesses conflitantes e extinguir os antagonismos históricos da relação-capital.

São muitos os fatos e processos que coincidem estreitamente acarretando no enfraquecimento das resistências e ações coletivas, na intensificação do trabalho em todos os setores produtivos, no recuo das garantias sociais do trabalho formal, no descomunal desemprego estrutural entre outros. Entre eles, destacamos em primeiro lugar a profunda crise de reprodução do capital iniciada na década de 1970. Desde esse período diversos são os estudos e pesquisas que se direcionam a criar ou recriar um novo padrão, modelo ou sistema de produção e regulação econômica capaz de estabilizar e normalizar o crescimento da taxa média de lucro, diante do “*continuum* depressivo” ou “período de crescimento lento”. Tais experimentos que caracterizam o “novo” modo de acumulação do capital abrem espaço para a discussão sobre a flexibilização da produção, da acumulação, do consumo e do trabalho, frente à produção em série, massificada e compromissada com a luta operária de tipo taylorista-fordista, vista como excessivamente “rígida”, desde sua forma de produzir, consumir, acumular até suas relações de trabalho. Mas as transformações na esfera econômica não são realizáveis sem o re-arranjo da estrutura “homóloga” e “correspondente” do capital, o Estado moderno. Paralelamente, desde o pioneirismo do laboratório chileno de Pinochet, o neoliberalismo com seu receituário de abertura comercial, estabilização da moeda nacional, privatização das empresas estatais (estratégicas) “supostamente” deficitárias e, claro, a flexibilização da legislação trabalhista etc. fez recuar grande parte das conquistas sociais.

Em segundo lugar, desde a denúncia dos crimes de Stálin por Krushev, passando pelo Levante Húngaro e a Primavera de Praga, pela *Perestroika* e *Glasnost* de Michael Gorbachov até a queda simbólica do Muro de Berlin em 1989 e do Bloco Soviético em

1991 culminando no fim do conhecido “socialismo-real”, foram duros os golpes em todo utopismo e referência das lutas socialistas e contraponto à hegemonia capitalista em todo planeta. Os efeitos de curto, médio e longo prazo da tão comemorada “nova ordem mundial” e da “nova ofensiva capitalista” encabeçada pelos Estados Unidos é muito bem avaliado por Eric Hobsbawm:

...o principal efeito de 1989 é que o capitalismo e os ricos pararam, por enquanto, de ter medo. Tudo o que fez com que a democracia ocidental valesse a pena para seus povos – previdência social, o estado de bem-estar social, uma renda alta e crescente para os trabalhadores, e sua consequência natural, a diminuição da desigualdade social e a desigualdade de oportunidades – resultou do medo. Medo dos pobres e do maior e mais bem organizado bloco de cidadãos dos Estados industrializados – os trabalhadores; medo de uma alternativa que existia na realidade e que podia realmente se espalhar, notavelmente na forma do comunismo soviético. (HOBBSAWM, 1992: 103).

Em terceiro lugar, desde a década de 1970 surgiram e, ainda surgem, teses na sociologia que refletem sobre temas centrais do sistema capitalista com “ares” polêmicos e com diversos fins e adeuses declarados, desde o trabalho, o valor até as classes sociais, anunciando a chegada de atores, simbolismos e identidades. O debate acerca do “fim da centralidade do trabalho” guiou grande parte das discussões sociológicas das décadas de 1980 e início de 1990 do século passado. Neste caso, um de seus maiores representantes é o sociólogo alemão Claus Offe, que apesar da notável percepção do processo de desestruturação e remanejamento das relações de trabalho e mudanças setoriais, terminou por creditar tais transformações nas formas de ser da classe trabalhadora, com otimismo postulando o “fim do trabalho como categoria sociológica fundamental”. Offe propôs, então, a discussão destas transformações na “sociedade do trabalho” ao nível da cisão entre o trabalho na “produção de bens” e “trabalho em serviços”. A distinção dos critérios de mensuração para cada setor divide-se, segundo o autor, num critério *objetivo quantificável* (peças, tempo), para o trabalho na produção de bens; e num critério *subjetivo estimado* (motivação pessoal, objetivos), para o trabalho em serviços. Então, assim, para os trabalhadores do setor industrial, “os processos de racionalização técnica e organizacional na medida em que sigam o padrão da ‘taylorização’, parecem conduzir à eliminação do ‘fator humano’ [na produção]” (OFFE, 1989: 27). Fato este, que justificaria as lutas por melhores condições de trabalho e até mesmo contra o trabalho. Mas este fato evidencia-se

diametralmente oposto para os trabalhadores em serviços, de acordo com a apreciação de Offe, estes estão “pelo menos parcialmente liberado[s] da disciplina direta de racionalidade do trabalho social e de seus respectivos controles de rendimento e produtividade”. Ou seja, esta categoria de trabalhadores em serviços, por não se submeterem à “racionalização organizacional”, encontra mais espaço para “interpretação e manobra” pessoal, reduzindo as “consequências contraprodutivas”, como por exemplo, reivindicações e abstinências no trabalho (Idem, ibidem: 25). Podemos resumir o peso de suas hipóteses e conclusões no seguinte argumento do autor: “a descontinuidade da biografia de trabalho e a redução do tempo de trabalho no tempo de vida tendem a tornar o trabalho um assunto ‘entre outros’” (Idem, ibidem: 28).

Na mesma corrente das investigações sobre as “mudanças setoriais” e o “fim do trabalho”, encontramos o economista Jeremy Rifkin. Sua análise – que mais parece saída de um livro de “ficção científica” – centrada principalmente no caso estadunidense, conclui que a automação, cientifização e tecnificação vêm destruindo os empregos fabris e, de certa maneira, os empregos em escritórios e comércio. Segundo este autor, os profissionais da “tecnologia” e “informação” constituirão a nova elite da sociedade, logo, “as novas tecnologias baseadas no computador prometem substituir a própria mente humana, colocando máquinas inteligentes no lugar dos seres humanos em toda a escala econômica” (RIFKIN, 1995: 5). E, pasmem-se, mas seu diagnóstico para a concretização de tal “substituição plena” do homem no trabalho é para o ano de 2020. Não são necessários muitos argumentos para fazer ruir a tese do autor, que segundo a revista *Veja*, é “o ativista predileto da elite americana” (VEJA, 2003). Basta relembrar do evento extraordinário ocorrido em primeiro de maio de 2006, o “Dia Sem Imigrantes”, e o poder de pressão destes sujeitos sociais sobre a economia estadunidense, que em sua atividade laboriosamente manual e precária, representa um número de “empregos” de trabalhadores legais e ilegais que cresce vertiginosamente nos Estados Unidos.

Ainda no que tange o “fim da centralidade do trabalho” encontramos André Gorz, autor que merece destaque pela clareza argumentativa e polêmica de seus escritos. Na introdução de uma de suas últimas obras *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*, Gorz reafirma a perda de centralidade do trabalho e seu caráter irreversível e, a retirada do

espectro de qualquer solução de algum tipo de “crise”, pois não há mais crise, o que existe de fato é

...um novo sistema [que] instalou-se e este sistema abole maciçamente o “trabalho”. Restabelece as piores formas de dominação, de sujeição, de exploração, obrigando todos a lutarem contra todos em busca desse “trabalho” que o próprio sistema aboliu (GORZ, 2004: 9)

O “fim da centralidade do trabalho”, na proposição de Gorz, não é idêntico ao fim do trabalho em seu sentido ontológico, senão, na redução acelerada do número de assalariados, do trabalho em seu sentido abstrato e alienado, de tal modo, a chegada de uma sociedade do “tempo liberado” dos domínios do valor. É através da redução acelerada e contínua dos “assalariados”, que são considerados no interior da teoria marxiana e marxista como elemento da produção capaz de criar valor maior que seu valor inicial, o autor lança a tese de que uma nova sociedade está surgindo sobre os escombros da antiga sociedade e, tal passagem não ocorre por meio das revoluções proletárias, mas pelo *fim da lei do valor*. A tecnociência, autonomiza-se em relação a seus inventores, “torna-se o quase-sujeito da produção, do pensamento, do futuro e adquire a capacidade de produzir não apenas produtos, bens ou serviços, de produzir não apenas seus consumidores, mas de *produzir seus próprios produtores*” (Idem, ibidem: 129). O interessante, é que Gorz não consegue “erradicar” de sua tese a problemática da “precarização do trabalho”, o que mantém algumas lacunas em aberto sobre o pretendido “fim da lei do valor” e a emergência da “sociedade do tempo liberado” por meio do vertiginoso aumento do trabalho morto no processo de produção do capital. Ou seja, permanece a questão se o capital um dia irá efetivamente realizar o “sonho de ouro” da criação infinita de riqueza sem a presença incômoda e perigosa dos agentes do trabalho abstrato.

Mais recentemente outra tese sobre as transformações do capitalismo, mas nem por isso *tão* nova (seus primeiros desenvolvimentos são de 1978), têm sido motivo constante de polêmica e debate. Ao contrário dos três autores acima apresentados, os autores desta tese recolocam o trabalho na ordem do dia. Mas, há um “porém” na “nova” centralidade do trabalho tal como postulam Antonio Negri, Maurizio Lazzarato e Michael Hardt, trata-se do *trabalho imaterial*. O elemento em comum com todas as outras teses passa também pela mudança setorial e o fim do compromisso taylorista-fordista, assim, a tese do trabalho

imaterial postula à passagem ao “pós-taylorismo”, “pós-fordismo” ou “pós-industrialismo”. O que em suma, é a transição da lógica estritamente padronizada da reprodução, marcada pelo “operário massa”, à lógica cooperativa da inovação e criatividade, na figura do “operário social”. Dentro de nossos limites, basta saber que o núcleo desta tese reside na passagem do *trabalho material* ao *trabalho imaterial*. Neste caso, o que seria, em síntese, o trabalho imaterial? Em *Multidão*, encontramos o “conceito” de *trabalho imaterial* dividido em duas formas fundamentais: 1) a primeira refere-se ao trabalho que é primordialmente intelectual ou lingüístico, onde são produzidas idéias, símbolos, códigos, formas lingüísticas, produtos culturais etc.; 2) a segunda corresponde ao “trabalho afetivo”, sendo que este tipo de trabalho “produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão” (NEGRI, HARDT, 2005: 149).

Nesse sentido, a hegemonia do trabalho imaterial desperta a vontade e desejo de transformar o trabalho – que encontrou sua expressão máxima nas décadas de 1960 e 1970 pela “recusa ao trabalho”. A auto-valorização da subjetividade trabalhadora “produz a descoberta de formas mais avançadas de produtividade do trabalho humano, no mesmo momento em que ela determina condições cada vez mais avançadas, e possibilidades reais, de libertação da fadiga, do empobrecimento, da destruição dos corpos que o trabalho do operário-massa comportava” (NEGRI, 2003: 224). Como reafirma Antonio Negri, “nada de mágico nessa relação [do trabalho imaterial], nada a mais que a inesgotável produtividade do trabalho livre e a multiplicação de seu valor através da cooperação” (Idem, 2002: 68). Apesar do *otimismo extremado* contido na tese do trabalho imaterial, (principalmente no que tange as possibilidades da “transição” ao comunismo sem “dialética”), ela é capaz de revelar, por um lado, alguns traços constitutivos da “nova autonomia” da classe trabalhadora em suas atividades, mas negligencia (conscientemente) alguns aspectos que fazem o leitor mais inocente se indagar sobre as verdadeiras intenções do autor. Por exemplo: quando Negri expõe as “vantagens” de liberdade e autonomia produtivas dos “operários-sociais” do Sentier, o trabalho material feito de forma subcontratada, informal e precarizada, representa um “circuito quebrado” no interior do “ciclo do trabalho imaterial”, assim, “nela, a organização do trabalho lembra mais a escravidão que um modo de produção capitalista”. O trabalho imigrante desumano, o tráfico de pessoas para Negri é um acidente no circuito produtivo imaterial, e, não parte

fundamental da estrutura antagônica da divisão capitalista do trabalho, mas como ele mesmo acredita o “Sentier é um produto do ‘gosto’ metropolitano” (Idem, ibidem: 71).

Todas as linhas sociológicas expostas acima procuram compreender de algum modo o “tipo” de mudança que se desenha nos últimos três séculos: é a transformação setorial, onde os desempregados do setor industrial são absorvidos pelo crescimento do setor de serviços? É o fim do trabalho a partir da “crise” do assalariamento? É o fim da lei do valor-trabalho pela ampliação vertiginosa da massa de capital fixo e a liberação social do trabalho? É o trabalho, agora “desmaterializado”, que se posta como “liberdade e autonomia” no interior do “tempo global de produção”? Não é uma questão de saber qual delas é a “melhor” problematização ou a melhor análise das mudanças em curso, mas de essencialmente concordar que alguma coisa mudou e vem mudando. Apesar de não partilharmos plenamente com as opiniões e conclusões de seus autores, em certo sentido, todos possuem um “fundo de verdade”. Ernest Mandel resume com grande clareza o centro de convergência de todas as transformações contemporâneas: a crise estrutural do capital “marca um período histórico do modo de produção capitalista em que a contradição entre o crescimento das forças produtivas e a sobrevivência das relações de produção capitalistas assume uma forma explosiva” (MANDEL, 1982: 393). Nesse sentido, é necessário o mínimo discernimento para compreender que “o processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz, por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação-capital” e, de tal modo, ele é efetivado pela encarnação das *personificações* do trabalho e do capital, *proprietários privados* postos em *concorrência* (MARX, 1983: 161). Assim sendo, a crise estrutural marcada pelo “período de crescimento lento” ou “*continuum* depressivo”, antes de se restringir apenas a uma crise de apropriação, valorização e acumulação, se estende de modo tão ou até mais agressivo como crise do emprego, da divisão capitalista do trabalho, do Estado nacional e da subsunção do trabalho ao capital; enfim, numa sociedade onde a riqueza figura como “uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual é sua forma elementar”, o horizonte da crise firma-se como uma *crise de civilização, uma crise da socialidade capitalista*. A exposição das teses de Offe, Rifkin, Gorz e Negri não foi por mero exercício de “erudição”, seu “fundo de verdade” é que a capacidade de integração social sob a égide do capitalismo possui alguns limites, e estes estão cada vez mais evidentes; porém, fica a conclusão de que o

elemento comum das teses dos referidos autores é o *fim*, seja do trabalho, do emprego, do valor ou até mesmo a *comunhão* entre trabalho e capitalismo, por meio de suas “melhores” qualidades, e, não mais pela “saturação” de suas maiores deficiências. O que tudo indica é que a superação da “sociedade do trabalho”, “do emprego” ou “do capitalismo” não atravessa mais a imperiosidade da *substituição, superação e transição*, de uma *necessidade ontológica* por outra *necessidade ontológica*, pelo *desestranhamento* do ser social (no sentido de uma verdadeira *Aufhebung*), senão a conversão, conciliação e/ou reforma dos aspectos irreconciliáveis e antagônicos entre capital e sociedade. Tudo isso, porque muitas vezes as análises sociológicas do trabalho esbarram no *apego* ao “imediatismo” com o qual concluem as transformações maiores ou menores no mundo do trabalho. Ao constatarem que as relações de trabalho e emprego estão precarizadas sob um clima de intensificação e dominação do trabalho, assumindo, portanto, formas de trabalho temporário, subcontratado, acompanhadas pelo crescimento vertiginoso do desemprego estrutural etc., ou até mesmo, que essas mazelas do trabalho contemporâneo carregam em-si alguns aspectos clinicamente “positivos” como maior flexibilidade, multifuncionalidade, participação e colaboração etc., estes sociólogos antes de buscar a essência de tais fenômenos, contentam-se por declarar o “fim” ou a “liberação” do trabalho.

Anotações sobre o método

Ao se escrever sobre o método é muito comum aos textos acadêmicos recorrer a longas citações e a simples exposição repetitiva dos “manuais” de metodologia em ciências sociais, o que torna a apresentação dos recursos lógico-metodológicos um tanto enfadonhos ao leitor. A fim de não repetir tal devaneio, apresentaremos sucintamente o caminho percorrido para a elaboração da dissertação, a estreita e difícil relação aqui estabelecida entre teoria e empiria.

Nossa principal questão é de como explicar que quanto mais o trabalho se torna multifuncional, participativo, colaborativo etc., ou seja, dotado de práticas valorizadoras da dimensão humana e social, mais se aprofunda a alienação do *sujeito real da produção*. Nas páginas que seguem, temos como eixo central o debate sobre a contemporaneidade e o aprofundamento da experiência da alienação no cotidiano da classe trabalhadora, assim

como as possibilidades de sua respectiva negação. Trata-se fundamentalmente de um debate teórico sobre *a aparência humanizadora* da reestruturação produtiva do capital em sua *essência desumanizadora*, ou seja, os limites impostos ao ser social pelo processo de socialização capitalista. É necessário salientar que quando levamos a tarefa do pensamento crítico adiante temos a impressão angustiante de estar seguindo na contramão dos fatos e da própria *História*. “Hoje, a grande moda filistina não é falar de Marx, mas contra Marx” (CHASIN, 1987: 16). E tal “moda filistina” é comum tanto aos meios acadêmicos sofisticados com seu cientificismo neopositivista quanto ao meio social em geral com todas as manipulações da consciência possíveis; e, se em algum momento Marx ou o marxismo é admitido, isso ocorre sempre sob o “questionamento e vigilância” de olhares desconfiados, sempre exigentes de “acréscimos e reordenações”, “supressões e remanejamentos” a vários níveis, com resultados bizarros capazes de alterar a própria integridade ontológica e lógica da propositura marxiana e, em última instância, corromper sua *décima primeira tese sobre Feuerbach*.

Tendo em mente a complexidade das questões que hoje confrontam o mundo do trabalho, desde os limites históricos do capitalismo como sistema mundial, passando pela queda “simbólica” tanto do Muro como do Bloco Socialista, até o avassalador processo de reestruturação produtiva e a implementação do Estado de contornos neoliberal, somos levados a concordar com István Mészáros quando este escreve em *A teoria da alienação em Marx* que “a crítica da alienação parece ter adquirido uma nova urgência histórica” (MÉSZÁROS, 2006: 17, *grifo nosso*). Mas, antes de mais nada, nos deparamos com algumas implicações do conceito-chave *alienação*. A obra do sociólogo Jesus Ranieri, *A câmara escura*, suscitou certa polêmica sobre a tradução e compreensão de alguns conceitos marxianos, especialmente, alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*). Sua principal intenção era procurar a distinção entre ambos os termos nos escritos que compreendem o período de 1844 e 1845-6 das obras marxianas (Cf. RANIERI, 2001). Seguindo esta linha de raciocínio, a alienação (*Entäusserung*) para Ranieri seria relativa à positividade da atividade humana, da relação contínua de tensão dialética entre *externalização* (*Äusserung*) e *objetivação* (*Vergegenständlichung*), que sob o domínio de determinados fenômenos histórico-sociais poderiam ou não desenrolar-se plenamente a seu *para-si*, e, frente às objeções deste pleno desenrolar ao seu *para-si*, Ranieri acredita ser o melhor termo o estranhamento (*Entfremdung*). Parece-nos que essa

distinção entre alienação e estranhamento causa uma confusão desnecessária. Assim, preferimos as traduções de *exteriorização* para *Entäusserung* e de *alienação* ou *estranhamento* para *Entfremdung*. Da mesma maneira, é preciso esclarecer resumidamente que em nosso capítulo 2 discorremos basicamente sobre a substancialidade do fenômeno da alienação levantando quatro aspectos que dão contorno preciso ao mesmo, além de apontar as personificações do trabalho e do capital como maximização da tendência histórica à alienação. Claro que os quatro aspectos da alienação e as personificações alienadas não correspondem nem a hierarquias entre si e, muito menos ao surgimento de novas manifestações do fenômeno, senão àquela complexidade que compõe o sistema orgânico do capital como força social extratora e apropriadora de sobre-trabalho. Mas visto exclusivamente por esse lado, o conceito-chave alienação parece restrito ao *raciocínio abstrato*, à *pura teorização ou ensaísmo*.

São muitos os estudos sobre a alienação, mas geralmente estes estudos têm se restringido ao debate teórico e, algumas publicações mais recentes não fogem à regra. Desde o título até a elaboração dos capítulos, a grande maioria dos escritos seja sobre a teoria da alienação em Marx, ou mais, especificamente sobre a construção e desenvolvimento do conceito-chave em suas *obras da juventude*, parecem se debruçar simplesmente no *diletantismo, exercício intelectual ou ao divagar filosófico*. Avaliar não somente os estudos acerca do fenômeno da alienação na literatura marxista, como também as obras juvenis marxianas como “diletantismo” é, no mínimo, desconsiderar a força material que sustenta a concreticidade do fenômeno, ou como diz Marx, é desconsiderar que “o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (MARX, 1984a: 193).

Antes de adentrar o debate sobre essas questões pontuais de nossa dissertação é importante justificar nosso recurso à *ontologia social* marxiana e lukacsiana. A primeira afirmação a este respeito é que o *resgate da ontologia social* ergue-se essencialmente como um permanente recurso à totalidade e à história humanas com o objetivo claro de mediatizar os fatos empíricos, de retirar deles a aparência de fetiches isolados ou de “coisas” naturais. É através da fundamentação ontológica do ser social que desvelamos a tendência do sistema de mediações de segunda ordem do capital em se “apropriar” e

“alterar” as mediações primárias do homem invertendo a relação entre aparência e essência, desde a contraposição entre o trabalho concreto e trabalho abstrato, até a relação alienada e passiva entre produção e consumo. A questão que pretendemos salientar é que a realidade das relações e objetivações sociais tomadas em si mesmas não devem nos levar a “confundir a *continuidade ontológica* com alguma *fixidez antropológica* imaginária” (MÉSZÁROS, 2006: 47). A necessidade do “chão ontológico” como pressuposto da crítica da alienação firma-se justamente por sua ruptura com qualquer crítica moralizante, por mais que esta seja bem intencionada, e, do mesmo modo, qualquer epistemologia sem este mesmo “chão” é incapaz de qualquer conhecimento categórico do real, limitando-se unicamente à manipulação e controle da realidade. Quando lemos em Marx que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1985: 271) e, consideramos que todos seus enunciados inferem sobre formas de ser, formas de existência, a frase de efeito “de todas as classes que hoje se contrapõem à burguesia, só o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária” (MARX, ENGELS, 2005: 96), vai muito além do mero discurso do socialismo utópico ou senso comum, que via na precária situação da classe trabalhadora o local de evocação de algum tipo de justiça social; uma dupla condição ontologicamente sustentada é capaz de verificar e comprovar a centralidade do proletariado: i) a atividade transformadora do real, que satisfaz as necessidades humanas é condição eterna e indispensável do intercâmbio entre homem e natureza e; ii) o ser-precisamente-assim do capital, só é capaz de exercer sua força social através da estrutura de comando alienada deste mesmo “eterno intercâmbio”, independente do quanto as barreiras naturais tenham recuados, ou seja, de seu caráter mais ou menos socializado. Dito isso, contrariamos plenamente a “moda filistina” que relega o marxismo a uma etapa pré-científica, na realidade a ontologia marxiana possui grande valor heurístico nos lançando a contemplar os horizontes de superação do sistema orgânico do capital e seus desdobramentos internos conforme suas leis tendenciais de crescimento e não a simples medidas reparatórias e ajustes parciais do sistema.

Fica evidente que não podemos negligenciar a contribuição e a força da construção teórica, e, a este respeito a própria teoria enquanto argumento crítico-explicativo é posta a prova do tempo, das sociedades e da realidade como um todo. É partindo desta resistência de cunho empírico capaz de fornecer um argumento de sustentabilidade de enorme

relevância, uma vez que as teorias podem ser desfeitas através da apresentação de incongruências explicativas, de não concordância factual, de não adequação à realidade que buscamos sustentar nosso objeto de análise (DAL ROSSO, 2006). Uma vez que a sociologia tem como objeto privilegiado os fatos cotidianos, a dinâmica social e essencialmente a complexidade das relações sociais estabelecidas entre as pessoas vivas e suas concepções de mundo, a partir de entrevistas semi-estruturadas buscamos as raízes cotidianas capazes de reforçar os caminhos da crítica teórica da alienação. Portanto, o que nosso trabalho de campo pode dizer sobre os quatro aspectos do fenômeno da alienação e das respectivas personificações? É possível encontrar elementos indicativos do aprofundamento do fenômeno da alienação na experiência cotidiana da classe trabalhadora ou dos “colaboradores”?

As entrevistas realizadas se dirigiram basicamente à investigação do processo de trabalho contemporâneo e a suposta “democracia” no local de trabalho e “engajamento” total do trabalhador, agora “rebatizado” em colaborador com os objetivos empresariais. Nesse sentido, algumas preocupações guiaram em determinados momentos nossas entrevistas como:

- Satisfação e realização pessoal no trabalho;
- Valorização dos atributos pessoais do entrevistado pela gerência e/ou diretoria;
- Trabalho por metas e objetivos;
- A centralidade da “satisfação do cliente” em detrimento do processo “real” de valorização do capital empresarial, ou seja, do trabalho abstrato;
- Dinâmicas e reuniões em grupo visando a participação e envolvimento dos “colaboradores”;
- O crescimento da empresa possibilita o desenvolvimento e ascensão dos “colaboradores”;
- O “rebatizado” do trabalhador em colaborador e a percepção deste processo pelo entrevistado;

- O fim ou não da exploração e fadiga no trabalho;
- O medo ou não do desemprego, da reestruturação da empresa etc..

Entrevistamos nove trabalhadores no total, sendo que estas entrevistas foram divididas em três por cada setor de atividade: bancário, tele-operador e supermercadista. Gerentes, diretores e supervisores empresariais não compuseram a lista de entrevistados, diante nosso objeto, a passagem de trabalhador a colaborador aprofundando o fenômeno da alienação, preferimos entrevistar o “sujeito real da produção”, o caixa bancário, o tele-atendente e o caixa supermercadista. A princípio tal amostragem parece ser insuficiente para apreender a contemporaneidade do fenômeno da alienação. Poderia se argumentar que o foco em uma empresa em especial seria suficiente para nosso propósito e, portanto, o mais acertado. Mas, acreditamos plenamente que diante dos limites auto-impostos de uma dissertação a amostragem de 9 entrevistas divididas em três categorias profissionais possibilita a aproximação e delineamento dos processos gerais que envolvem o objeto em questão. Então, perante o prazo para a pesquisa e redação de nossa dissertação, uma amostragem mais restrita parece ser a decisão mais prudente, uma vez que, é impossível ampliar ao máximo a amostragem e, também é altamente limitador encerrar o campo de investigação ao universo da “cultura empresarial”.

É necessário ressaltar que ao longo de nossa pesquisa e redação, nos deparamos com algumas limitações e lacunas nas ciências sociais de modo que, entre as três categorias pesquisadas a maior dificuldade encontrada foi em conceber a realidade da atividade de operador de caixa em supermercados. Enquanto o trabalho bancário e o trabalho de tele-atendimento têm sido objeto constante de pesquisas sociológicas de caráter altamente crítico e revelador da dureza do trabalho contemporâneo, o trabalho em supermercados ao que parece ainda não faz parte da “imaginação sociológica”; chamamos, portanto a atenção para pesquisadores interessados sobre a ausência de estudos sociológicos acerca de tal atividade. Para estabelecer alguns pontos decisivos à compreensão do cotidiano do setor supermercadista, além das entrevistas analisamos também alguns documentos e pesquisas do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos). Mesmo assim, resta a advertência de que não cabe a nós nenhum pioneirismo, uma vez que apenas apontamos os traços gerais da categoria.

Retornando brevemente a questões de cunho teórico, o leitor pode se perguntar qual o motivo da omissão do debate com autores como Max Weber e Jürgen Habermas. Concordamos plenamente, que ambos os autores podem enriquecer e trazer novas questões para o debate acerca da alienação da socialidade capitalista. Poderíamos pensar como Weber em sua “tipologia da dominação”, poderia oferecer um bom referencial teórico para se pensar as relações íntimas entre “racionalidade” e “carisma” e, a partir do entrecruzamento entre “dominação legal” e “dominação carismática” seria possível construir uma “nova” tipologia híbrida de dominação, assim digamos, “mais contextualizada” como instrumento de compreensão das atuais transformações capitalistas (Cf. WEBER, 2004: 139-198). Do mesmo modo, Habermas, numa perspectiva mais contemporânea ao deslocar o trabalho do centro do processo de humanização e transferir tal centro para aspectos comunicativos¹ e, portanto, distinguir “sistema” do “mundo da vida”, tratando-os como esferas da socialidade “relativamente autônomas” pode contribuir para a discussão acerca dos limites da alienação do ser social, da subsunção do ser social aos imperativos de acumulação do sistema do capital (Cf. HABERMAS, 1989). Uma questão muito polêmica, o *lôcus* da humanização do homem, marcado na obra marxiana-lukacsiana pelo salto ontológico da esfera biológica à esfera social dado pela passagem da “reprodução do mesmo” ou da vida à “reprodução do novo” ou trabalho pode muito bem ganhar maior relevo através da leitura de *A condição humana* de Hannah Arendt, principalmente no que tange ao estranho paradoxo do trabalho contemporâneo. Sobre as possibilidades de contribuição desta autora basta ter conhecimento de que

...ao contrário da produtividade do trabalho, que acrescenta novos objetos ao artifício humano, a produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos; sua preocupação fundamental são os meios da própria reprodução; e, como a sua força na se extingue quando a própria reprodução já está assegurada, pode ser utilizada para a reprodução de mais de um processo vital, mas nunca “produz” outra coisa senão “vida” (ARENDT, 1981: 99).

Arendt pode, em estudos posteriores, abrir novos caminhos e contribuições uma vez que mesmo o trabalho “supostamente” mais elevado do *trabalhador flexível*

¹ Como escreve Habermas: “Marx não explicita efetivamente a conexão entre trabalho e interação, mas, sob o título nada específico da práxis social, reduz um ao outro, a saber, a ação comunicativa a ação instrumental” (HABERMAS, 1987: 41-42).

contemporâneo simplesmente “produz vida” e não trabalho, como “mundanidade”, como o homem não submetido à circularidade da “vida”. Se estes autores de peso significativo não são mencionados durante nosso texto, isso ocorreu em grande parte pelos limites intrínsecos à própria dinâmica e prazo de um projeto de mestrado. Ficam anotadas para um próximo estudo as possibilidades “em aberto” que tais autores podem proporcionar em termos de relações de trabalho e socialidade.

A presente dissertação está dividida em 4 capítulos articulados a fim de ampliar o entendimento do objeto em questão, assim, apresentamos aqui um breve resumo de cada capítulo desta. No primeiro capítulo, *Ontologia, humanização e reprodução social*, buscamos estabelecer o resgate do fundamento da ontologia social marxiana-lukacsiana a fim de construir o marco teórico referencial de nossa dissertação, ou seja, “não se trata de projetar sobre a realidade dada um conjunto de imperativos morais, por mais nobre que seja em sua aspiração, como contra-imagem do existente” (MÉSZÁROS, 2002: 881), a crítica da alienação só pode se estabelecer sob o chão ontológico, uma necessidade ontológica só pode ser genuinamente contraposta e superada por outra necessidade ontológica.

No segundo capítulo, *A alienação como prostração ontológica*, adentramos com maior profundidade o conceito-chave alienação, de modo a apreender toda a complexidade deste fenômeno como limitação das possibilidades e capacidades que constituem a essência social. Seguindo as teorizações marxianas enumeramos quatro aspectos do fenômeno capazes de apontar a substancialidade deste no interior do processo de reprodução social sob a égide do sistema do capital, por outro lado, pareceu-nos indispensável apontar que a internalização dos objetivos de valorização dos valores existentes por parte das duas classes antagônicas da sociedade capitalista conforma a maximização da tendência histórica à alienação. Mas, isso não traduz de modo algum na identidade sujeito-objeto, as possibilidades de superação do próprio fenômeno assentam-se na prostração da essência humano-genérica ao ser socialmente dado.

Em nosso terceiro capítulo, *O capital: fundamentos da “contradição em processo”*, apontamos basicamente alguns elementos determinantes da estrutura de comando do capital, principalmente sua capacidade de flexibilidade e auto-expansão contínuas, inclusive para além do capitalismo, de modo que é patente a qualquer ofensiva socialista ir

além da simples palavra de ordem “expropriação dos expropriadores”. Outra questão nos remete às profundas transformações postas em marcha pela crise estrutural do capital, os limites de sua ascendência histórica global, apontando uma tendência à crise de civilização. Nesse sentido, a fim de retomar a “normalidade” do crescimento das taxas de lucro, proliferam em todo mundo tentativas de criar ou recriar um novo padrão, modelo ou sistema produtivo, destaca-se portanto, o papel do Sistema Toyota de Produção como “valor universal”, como “momento predominante” da produção global de mercadorias. No entanto, as conseqüências da crise estrutural do capital ganham maior peso sobre a força de trabalho. Neste contexto, são criadas as possibilidades objetivas de maior fragmentação, desarticulação, precarização entre outras da classe trabalhadora.

No quarto capítulo, *Da contradição à colaboração: as condições objetivas do “rebatizado” do assalariamento*, analisamos de perto a peculiaridade do rebatizado da classe trabalhadora em colaborador, de modo que a nova organização do trabalho recorre a práticas ambíguas de relações de trabalho. Recorremos a entrevistas com bancários, teleoperadores e operadores de caixa em supermercados a fim de analisar se a nova organização do trabalho, através do rebatizado e outras práticas “humanizadoras” é capaz de amenizar ou extinguir a alienação do trabalho, ou até mesmo as contradições clássicas entre capital-trabalho operando uma verdadeira “revolução” na consciência proletária.

Capítulo 1

Os pressupostos da ontologia social

“A história da humanidade é uma história de contínuo desenvolvimento, da esfera da necessidade para a esfera da liberdade. Esse processo é interminável”

Mao Tse-Tung, *Quotations from Chairman*

1.1 - Fundamentos ontológicos do ser

A princípio pode parecer um pouco deslocada nossa intenção de dar início ao debate da contemporaneidade e aprofundamento do fenômeno da alienação a partir dos fundamentos ontológicos do ser. Com acerto, podemos afirmar que são raras as ocasiões em que nos deparamos com estudos ontológicos na literatura sociológica. Um dos ratos exemplos é a obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu *A ontologia política de Martin Heidegger*. No entanto, antes de buscar fundamentar um estudo de fato “ontológico”, Bourdieu concentra seus esforços na dualidade de referência ao conjunto das obras de Heidegger por parte dos intelectuais, que tendem ora para a “autonomia do campo filosófico” e ora para o único espaço político. A questão é que “a compreensão adequada supõe que se execute de maneira consciente e metódica a dupla relação que a ontologia política de Heidegger praticamente realiza, tomada de posição política que só se enuncia filosoficamente” (BOURDIEU, 1989: 16). Trata-se mais acertadamente de um “exercício de método”, da elaboração de uma *sociologia do conhecimento* do que a denúncia da filiação nazista ou do resgate da ontologia nos enunciados do “pastor do ser”, Bourdieu preocupa-se então, “mais de colocar em evidência os pressupostos inconscientes e as petições de princípio de uma tradição teórica, do que colocar em questão os princípios de uma teoria construída” (Idem, 2004: 87). Nesse sentido, visando esclarecer com maior exatidão a necessidade do resgate ontológico, seguimos as orientações do filósofo húngaro István Mészáros, que estabelece a diferença fundamental entre a ontologia marxiana e a ontologia geral:

...Não podemos tomar nada como dado, exceto o fato de que o homem é parte da natureza, e somente sobre essa base pode-se indagar o que é *específico* no homem como parte da natureza. (...) a questão ontológica da existência e sua origem é uma questão tradicional tanto da teologia como da filosofia. O quadro no qual Marx a levanta – a definição do homem como uma parte específica da natureza, como “o ser-por-si-mesmo da natureza” – transforma radicalmente essa questão (MÉSZÁROS, 2006: 154-150).

Dessa perspectiva, o resgate dos fundamentos ontológicos do ser, tal como Marx e, posteriormente, Lukács realizaram ampliam em muito as possibilidades de apreensão, compreensão e crítica do real sem qualquer determinismo, principalmente naquilo que tange as acusações improcedentes de *determinismo econômico* nas obras marxianas. Temos pleno conhecimento de que as investigações marxianas e lukacsianas das categorias econômicas colocam em evidência as bases reais da produção e reprodução social; seja a consciência da sociedade sobre si mesma falsa ou verdadeira.

Dando início a nossa exposição pelos “princípios ontológicos fundamentais de Marx”, cuja abordagem coloca em evidência as particularidades do gênero humano em seu desenvolvimento histórico-social, nos deparamos com uma *situação paradoxal*. É suficientemente claro que Marx jamais redigiu ou sistematizou um tratado ontológico (mesmo que todas suas teorizações façam sempre referências a uma “forma de ser”). Nos *Grundrisse*, encontramos apenas um breve esboço de suas intenções onde, entre uma série de outras questões, ele se propõe a dividir suas pesquisas de modo que sejam abordadas as “determinações abstratas mais gerais que correspondam em maior ou menor medida a todas as formas de sociedade” (MARX, 1974a: 29). Porém, como o filósofo alemão jamais pode concluir sua sistematização, (e, talvez nem fosse esta sua pretensão), a compreensão de seu estatuto ontológico não pode ser efetivada sem a tomada do conjunto de suas obras. Assim, apesar de seu caráter “aparentemente” fragmentado, não há qualquer prejuízo da ontologia marxiana.

Dando continuidade, de acordo com Lukács, o ponto de partida marxiano “não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto” (LUKÁCS, 1978: 2). Assim, é suficiente ilustrar o texto com algumas

passagens dos *Manuscritos de 1844*, denominado corretamente por István Mészáros de *sistema in statu nascendi*, uma vez que tal obra é “simultaneamente um tipo de ‘balanço’, e também a formulação de um monumental programa para investigações futuras” (2006: 24). A ontologia marxiana parte do pressuposto de que “um ser não-objetivo é um *não-ser*”. De tal modo, fora da *natureza* não existe a possibilidade de objetividade, conforme nos diz Marx, “o sol é o *objeto* da planta, um objeto para ela imprescindível, confirmador de sua vida, assim como a planta é um objeto do sol, enquanto *externação* da força evocadora de vida do sol, da força essencial *objetiva* do sol”. O sol, mesmo destituído de consciência se *objetiva* na planta, desse modo, não se trata obviamente de uma ação de fundo intencional (teleológico), mas meramente o intercâmbio de duas esferas ontológicas – a inorgânica e orgânica – movidas por um princípio de causalidade, que em seu *tornar-se-outro* realiza o ser da planta. Assim, complementa Marx:

...um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser *natural*, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo (2004: 127).

De tal maneira, para a ontologia marxiana, fora da relação da natureza não existe *ser* e suas relações entre si, por exemplo, sol e planta, não são dotadas de *intencionalidade*, senão uma relação casual e causal de *reprodução do mesmo* do ser biológico da planta mediante o *tornar-se-outro* do ser inorgânico do sol. Temos, portanto, a especificidade das duas formas de ser que compõem a base do ser social: o *ser inorgânico* e o *ser orgânico*. Na esfera do ser inorgânico não existe vida, “existem apenas realidades e uma ininterrupta transformação das formas concretas, um contínuo tornar-se-outro” (LUKÁCS, 1981: 33), por exemplo, o vapor d’água se condensa em chuva. Contrariamente, na esfera do ser orgânico ou biológico a vida é o fator decisivo; porém, ainda não se trata de um processo consciente de continuidade do ser; sua característica fundamental é dada pela incessante reprodução do mesmo, ou seja, “entre a reprodução do ser vivo singular e o seu ambiente a interação autêntica é mínima” (Idem, ibidem: 178). Portanto, para compreendermos a especificidade do ser social, é necessário ter em mente que este só pode surgir e se desenvolver sobre as bases de um *ser orgânico*, e que este por fim, apenas se efetiva sobre as bases do *ser inorgânico*. Sobre isso, complementa Lukács:

...a natureza inorgânica não pressupõe, em nenhuma forma, nem o ser biológico nem aquele social. Pode existir em termos completamente autônomos, enquanto o ser biológico pressupõe uma particular constituição do inorgânico e, sem uma perene integração com ele, não é capaz de reproduzir seu próprio ser nem mesmo por um átomo. Do mesmo modo o ser social pressupõe a natureza orgânica e inorgânica e, sem estas como base, não pode desenvolver suas categorias que, não obstante, diferem substancialmente daqueles dois graus do ser. Daí a possibilidade de um ordenamento dos graus do ser sem propósitos valorativos, sem confundir com estes o problema da prioridade ontológica, da independência e dependência ontológica (Idem, ibidem: 166).

Como afirmamos anteriormente, contrariamente a ontologia idealista, que postulava hierarquias de valores às diferentes esferas ou formas do ser, priorizando sempre o ideal frente ao material; a ontologia marxiana-lukacsiana, ao estabelecer que “o *homem* é imediatamente *ser natural*” (MARX, 2004: 127) rompe com as concepções de mundo que afirmam enfaticamente que o homem deriva de desígnios imanentistas ou de propósitos espirituais, como algo acima da *natureza*². O método para enfrentar a análise da fundamentação ontológica da estrutura do ser social tem de necessariamente questionar qual categoria ou complexo categorial possui “prioridade ontológica em relação ao outro, qual pode existir sem aquele cujo ser, ao invés, pressupõe ontologicamente o ser do outro” (LUKÁCS, 1981: 169). Nestes termos, falta esclarecer o nexos da passagem de uma forma de ser a outra, tendo em mente sempre que essa “passagem” não se efetiva numa tendência evolutiva linear. Se pretendemos apreender corretamente o salto ontológico das formas de ser mais simples àquelas mais complexas, ou seja, das menos mediadas às mais mediadas; “se queremos dar expressão conceitual à dinâmica viva do ser, ao seu desenvolvimento, devemos elucidar qual seria, na interação da qual se trata, o *momento predominante*” (*übergreifendes Moment*). É necessário deixar patente que a “simples interação conduz a um arranjo estacionário, definitivamente estático” (Idem, ibidem: 229, *grifo nosso*).

Como enfatiza Lukács, entre a passagem de uma forma de ser mais simples, a uma forma de ser mais complexa, “verifica-se sempre um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente ‘deduzida’ da

² Deparamos-nos com a mesma afirmação n’A *ideologia alemã*: “O primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. (...) O primeiro fato situacional a ser constatado é, portanto, a organização corporal desses indivíduos e sua relação com o restante da natureza, resultante dessa mesma organização” (MARX; ENGELS, 2007: 42).

forma mais simples” (Idem, 1978: 3). Ou seja, o salto ontológico possui sempre um caráter *continuo no interior da descontinuidade e descontinuo no interior da continuidade*; em outros termos, por um lado, as novas formas de ser que surgem não são, jamais, capazes de eliminar completamente aquelas que antecedem a sua forma de ser, mas por outro lado, elas não constituem mero desdobramento da última existindo no interior de sua processualidade sempre um elemento novo, *predominante*. O salto “requer um longo e contraditório processo de construção das novas categorias, da nova legalidade e das novas relações que caracterizam a esfera nascente” (LESSA, 2007: 29).

Finalizando este tópico, concluímos que: 1) a natureza, antes de se apresentar como uma “entidade misteriosa” é, em sua essência, uma relação objetiva específica e; 2) que “ter a natureza fora de si” é a *conditio sine qua non* de *todo* ser natural, e não é de modo algum específico do *homem*³ (MÉSZÁROS, 2006: 155). Por outro lado, chegamos ao fato de que se a reprodução do mesmo que caracteriza o ser orgânico ou biológico tem de ser o *momento predominante* do salto ontológico para além da inorganicidade; a processualidade que resulta no *salto ontológico para fora da natureza* e assim, dita a especificidade do ser social frente às demais formas de ser, tem necessariamente de ser marcada por algo que em-si não exista na natureza. Portanto este salto deve ser especificamente dado pela *produção do novo*, ou seja, através da atividade transformadora do real orientada a um fim conscientemente posto, esta atividade é *o trabalho*.

1.2 – Trabalho e humanização

Marx em *O Capital*, – contrariando qualquer perspectiva das tendências do marxismo vulgar em dissociar o *jovem Marx* do *velho Marx*, onde o primeiro seria marcadamente *filosófico*, enquanto o segundo seria acima de tudo *científico* – nos indica que o trabalho é o fator fundamental do salto ontológico para fora da natureza. Portanto, o trabalho na perspectiva marxiana se caracteriza como

...atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem

³ Trataremos mais a frente sobre a relação sujeito-objeto na esfera social.

e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983a: 153).

Nesse trecho estão dadas as condições do *fazer homem do homem*, o salto para fora da natureza efetiva-se pela transformação consciente desta, ou seja, o homem “desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (Idem, ibidem: 149). A partir da tese marxiana podemos delimitar com maior clareza o real significado do trabalho para o desenvolvimento do gênero humano-social. O trabalho é a atividade humana que transforma a natureza nos valores de uso necessários para a reprodução humana. “O primeiro ato histórico é, pois, a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades [reprodução humana], a produção da vida material em-si”. O segundo fato histórico “é que satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e a aquisição do instrumento necessário para tanto conduzem a novas necessidades”. E, continuam Marx e Engels, “mais tarde, quando as necessidades, ao se multiplicarem, criam novas relações sociais e o número aumentado de homens cria novas necessidades”, ou seja, a práxis humana, tornada cada vez mais *social* exige para sua continuidade novos complexos sociais ou sistemas de mediações entre os homens. Assim, concluem nossos autores, “a produção da vida, tanto da própria no trabalho quanto a [alheia⁴] na procriação, parece já se mostrar desde logo na condição de relação dupla – de um lado, como uma relação natural, e de outro como uma relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de diversos indivíduos, quaisquer que sejam suas condições, de qualquer modo e para qualquer fim” (MARX, ENGELS, 2007: 50-52). Desse modo, o trabalho é a categoria marcante de toda socialidade, uma vez que o homem, por meio dessa relação *mediada* com a natureza, encontra cada vez *menos prontas nela os seus pressupostos e esta mesma mediação remete a outras mediações que vão além do intercâmbio com a natureza, que por seu fim, vão muito além do trabalho em-si*. Ou seja, aquilo que Marx denominou de “recuo das barreiras naturais⁵”, significa justamente isso:

⁴ O tradutor da obra para a língua portuguesa utiliza o termo “estranha”; porém, a fim de evitarmos qualquer confusão entre *existência estranha* como algo fora da individualidade, externo ao ser (*entäussern*) e *existência estranhada* como o não reconhecimento de si na atividade, no produto desta ou na totalidade social (*entfremden*), preferimos “alheia” (*äusser*) (Cf. MARX, ENGELS, 2007: 52).

⁵ Em *O Capital*, Marx afirma que o mais-trabalho não é uma condição natural do trabalho, imediatamente dada pela natureza, na realidade este mais-trabalho e numa etapa posterior, a mais-valia, são resultados da redução espontânea e contínua do tempo socialmente necessário à produção. De maneira, que tal possibilidade se torna realidade somente “na medida em que a indústria avança, [e faz] essa barreira natural recua[r]” (MARX, 1984a: 109).

que o desenvolvimento das forças produtivas tende a reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário à satisfação das necessidades humanas e, paralelamente reduz a proporção de força de trabalho envolvida no processo de trabalho, ampliando assim o leque de possibilidades e de relações sociais humanas.

Para especificar a centralidade do trabalho para o desenvolvimento do ser social torna-se necessário aqui, enfatizarmos que não se trata de todo e qualquer trabalho, sobre tal questão, o *duplo aspecto do trabalho representado nas mercadorias* demarca com clareza a distinção marxiana entre o efetivamente humano e o efetivamente alienado. De acordo com Marx, todo trabalho é, por um lado

...dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (Idem, 1983: 53).

Assim, nunca é demais repetir, o trabalho que efetua o salto para fora da natureza, que torna possível a realização do ser social é o trabalho concreto, eterna e indispensável condição de metabolismo entre homem e natureza. O trabalho abstrato, produtor da mais-valia constitui uma forma de ser socialmente posterior e inteiramente oposta a plena efetivação do ser social apesar de ter como depositário indispensável o trabalho concreto. Ambos os tipos de trabalho são formas de ser historicamente dadas, porém um é essencialmente humano, enquanto o outro é fenomenicamente superável.

Porém, nossos argumentos seriam insuficientes se levássemos em conta somente o substrato material da reprodução social, ou seja, a produção de meios de produção e de produtos; os demais animais superiores, assim como os homens, também travam um determinado tipo de relação com seu ambiente. A assertiva marxiana onde “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente determina sua consciência” (MARX, 1998: 5), lança as bases para a compreensão, de que a consciência, apesar de seu caráter ulterior na determinação do ser social constitui também, um elemento ativo, transformador e transformado do mesmo. Ainda em Marx, encontramos elementos suficientes para acentuarmos sem maiores dúvidas a distinção

entre o ser biológico e o ser social. No Capítulo V de *O Capital*, encontramos a seguinte passagem:

...Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. *No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente.* Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (Idem, 1983: 149-150, *grifo nosso*).

Desse modo, como afirmamos em outro momento, o método para enfrentar a análise da fundamentação ontológica da estrutura do ser social tem de necessariamente questionar qual categoria ou complexo categorial possui prioridade ontológica em relação ao outro, qual processualidade desencadeada se estabelece como momento predominante. Diante disso, o ser humano em sua fundamentação ontológica mais íntima tem necessariamente de partir da natureza para sua transformação ulterior em ser social. A fundamentação ontológica marxiana-lukacsiana ao partir das formas menos complexas de ser não se traduz, de modo algum, em um método que destina importância secundária à consciência em relação ao ser material, numa espécie de contraposição grosseira ao idealismo. A questão é que “Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material”. Como produto tardio dos desdobramentos categoriais do ser, a consciência “não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e (...) não que ela é carente de força” (LUKÁCS, 1978: 2-3). É o despertar dessa *consciência social ou articulada*, que por meio do momento predominante (o trabalho) ultrapassa em sentido ontológico a *consciência epifenomênica*, meramente reativa e adaptativa ao ambiente circundante.

Para compreendermos com maior acerto a relação entre realidade e consciência ou entre objetividade e subjetividade é fundamental, aqui, traçarmos brevemente a relação sujeito-objeto. A natureza por seu caráter ontologicamente reativo ou adaptativo

desconhece qualquer relação sujeito-objeto. Portanto, tal relação é uma legalidade exclusivamente social. Quando o jovem Marx escreve que “o animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. *É ela*”. E, inversamente “o homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. (...) Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente”. A diferença fundamental não é como vimos em *O Capital*, somente a capacidade de transformar o ambiente; o animal “produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente]”; a diferença é marcadamente dada pela transformação dotada de intencionalidade, teleológica, ou o que Lukács denomina de *causalidade posta*⁶. Assim, o homem “produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela” (MARX, 2004: 84-85), como ser social. A transformação da realidade objetiva – o processo de objetivação – realiza no ser social o distanciamento do objeto, sua atividade torna-se, de tal maneira, atividade reflexiva, pois ao exteriorizar sua subjetividade ele se defronta com uma *nova* objetividade (extensão objetiva de sua existência subjetiva) e, no momento em que se apropria desta “nova objetividade” transforma a si mesmo. Com isso não pretendemos afirmar que exista qualquer *identidade ou unidade imediata* entre sujeito-objeto; se entendêssemos deste modo, as relações sociais fetichizadas na forma-dinheiro, a reprodução ampliada de capital e todas as objetivações da socialidade alienadas se elevariam, de um lado, como elemento paralisante que inviabilizaria qualquer possibilidade de superação do complexo de alienações, ou então, por outro lado, teríamos de realizar a construção de um sujeito ético-messiânico capaz de recuperar a unidade primária entre objetividade livre e ser social. A relação sujeito-objeto é fundamental, uma vez que possibilita ao homem contemplar-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele (Idem, ibidem: 85); a relação sujeito-objeto, como relação reflexiva na consciência social é notável quando Marx se refere à reciprocidade dialética do processo de *autoconstrução humana* mediante os atos de produção e consumo. “Não somente o objeto do consumo, senão também o modo de

⁶ Lessa resume com destreza a denominação lukacsiana de *causalidade posta*: “Se a teleologia é limitada aos atos humanos singulares, há uma necessária relação entre teleologia e causalidade, já que se torna impossível a redução de uma a outra. Contudo, ao iniciar a delimitação dessa relação, Lukács postula uma permanente contraposição entre causalidade (‘princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo’) e a teleologia (‘uma categoria posta’) e, logo a seguir, faz menção a uma *causalidade posta*” (LESSA, 2000: 72). A causalidade posta resulta da resolução de Lukács em retirar todo conteúdo finalístico absoluto do processo de trabalho, como ato *puro* da consciência (identidade sujeito-objeto) e, também, todo equívoco de caráter accidental da causalidade (automovimento circular); não existe, portanto, subordinação da esfera natural à esfera social, nem vice-versa, senão sua relação recíproca ineliminável.

consumo, que a produção produz não apenas objetiva, senão também, subjetivamente”, torna a necessidade do objeto dado pela percepção deste e no desenrolar da praxis social; assim conclui Marx: “O objeto de arte – tal como qualquer outro produto – cria um público sensível para a arte, capaz de gozo estético. De modo que a produção não apenas produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” (Idem, 1974a: 12-13).

É justamente por fazer de sua própria vida seu objeto, por romper com as determinações imediatamente naturais de suas necessidades e, portanto, transformar sua atividade em *atividade universal* que o homem pode ser definido como *ser que se universaliza, que se generaliza*⁷. E o fato de que a praxis social em sua forma mais adequada à satisfação das necessidades se apresente inicialmente “como contribuição singular,” – uma vez que toda consciência só pode pertencer a este ou aquele indivíduo – “não contradiz o quanto dissemos; com o tempo ela se impõe exatamente porque, no seu conteúdo essencial, é genérica, capaz de generalizações, e não simplesmente particular” (LUKÁCS, 1981: 194-195). Na medida em que as gerações posteriores se apropriam das objetivações das gerações precedentes, existe um acúmulo dos poderes, das capacidades humanas – justamente por meio da relação reflexiva entre sujeito e objeto – que fixam aquela *nova objetividade* como produto da história humana ampliando continuamente as faculdades humanas. Portanto, todo indivíduo mesmo sem uma consciência clara de tal realidade, participa ativamente do gênero humano-social, seja se apropriando de determinada objetivação genérica, seja contribuindo para o desenvolvimento desta; mas, isso não significa imediatamente que o indivíduo singular se aproprie e usufrua da totalidade das conquistas do gênero. É nessa cisão entre o desenvolvimento da totalidade social enquanto gênero humano-social e o desenvolvimento individual singular que se torna evidente o fenômeno da alienação (mas isso só será possível discutir em detalhe no próximo capítulo).

Mais uma vez, o trabalho aparece como referência central ao processo de humanização, de modo que a partir de seu núcleo são exigidas *novas necessidades sociais*, novos complexos de mediações e categorias, distintos do trabalho enquanto tal, capazes de

⁷ Segundo Lukács, o homem é o ser que generaliza sua praxis “na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas num outro trabalho, elas se tornam gradativamente autônomas – em sentido relativo – ou seja, são generalizadas e fixadas determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um determinado procedimento, mas, ao contrário, adquirem certo caráter de generalidade como observações que se referem a fatos da natureza em geral” (LUKÁCS, 198: 59).

estabelecer a continuidade da reprodução social, de mediar a complexa e contraditória relação entre indivíduo e totalidade sócio-genérica. Com isso, pretendemos ressaltar que após o salto ontológico para fora da natureza, até as determinações mais biológicas do ser social, como por exemplo, os cinco sentidos e a sexualidade, se confirmam como *realidades sociais*. Quando Marx escreve nos *Manuscritos de 1844* que “a formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui”, é suficiente recordar que apenas no interior da relação reflexiva entre sujeito e objeto mediante a transformação consciente da realidade o objeto humano pode ser a confirmação das forças essenciais do ser social. Como o indivíduo humano só pode existir em sua determinação reflexiva com o gênero humano-social, “cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos de sua individualidade, (...) formam-se, por isso, [como] órgãos *sociais*, na *forma* da sociedade” (MARX, 2004: 110-108-111). Sobre a sexualidade, uma categoria em nada específica ao ser social, senão comum a todo ser biológico, Marx escreve com destreza que

...a relação do homem com a mulher é a relação *mais natural* do ser humano com o ser humano. Nessa relação se mostra também até que ponto o comportamento *natural* do ser humano se tornou *humano*, ou até que ponto a essência *humana* se tornou para ele essência *natural*, até que ponto a sua *natureza humana* tornou-se para ele *natureza*. (...) Do caráter desta relação segue-se até que ponto o *ser humano* veio a ser e se apreendeu como *ser genérico*, como *ser humano* (Idem, ibidem: 105).

Assim, o incremento da socialidade a patamares superiores faz continuamente as “barreiras naturais recuar”, mas, estas mesmas barreiras não podem jamais ser suprimidas; o processo de socialização, a partir de sua universalização mediante a praxis social, tende a transformar os órgãos puramente naturais dos homens, como o ouvido e a sexualidade, em manifestações puramente sociais, como por exemplo, a musicalidade e a moralidade. Portanto, “à medida que o mundo natural se torna humanizado – mostrando as marcas da atividade humana – os sentidos, relacionados com objetos cada vez mais humanamente configurados, tornam-se especificamente humanos e cada vez mais refinados” (MÉSZÁROS, 2006: 182).

Nesse sentido, a *fala*, ou em sentido mais amplo, a *linguagem* surge justamente no interior dessa mesma processualidade histórico-social que a partir da satisfação de suas

necessidades elementares, sempre impõe *novas necessidades sociais* de acordo com o crescimento quantitativo e qualitativo das relações entre os indivíduos singulares, contribuindo de modo inestimável à generalização do ser social. Portanto, a fala surge no *ser social* sob dois aspectos de certo modo já mencionados: subjetivamente como um *órgão* individual e objetivamente como um *medium* social. E no interior dessa relação recíproca entre o órgão e o medium social, a fala *potencializa* a tendência objetiva do trabalho à elevação da mera particularidade individual à generalidade humano-social. Desse modo, “ainda que o interesse direto da consciência humana seja determinado por objetos singulares, na linguagem, desde o início age uma intenção objetiva do sujeito acerca da legalidade, acerca da objetividade do objeto por ele designado”. Porém, é fundamental ter em mente, que mesmo as palavras mais simples do cotidiano exprimem “sempre a generalidade do objeto, o gênero, a espécie, não o exemplar singular”. De tal maneira, a base da fecundidade e especificidade da fala, enquanto complexo social, encontra-se sem dúvida em sua reciprocidade dialética, em suas tendências à generalização até o caminho inverso, em direção à individuação. Ou seja, “das criações, refutações, etc. individuais, adentra o complexo dinâmico da fala apenas aquilo que corresponde ao estado atual da generalidade⁸” (LUKÁCS, 1981: 192-200). A fala, portanto, tem sua gênese nas necessidades humanas mediadas pelo trabalho, mas, como vimos, vai muito além dele, ampliando o escopo das generalizações humanas, se ampliando como complexo social “relativamente” autônomo, que perpassa necessariamente o *conjunto das relações sociais*; assim, ela se desdobra como produto indispensável da relação reflexiva sujeito-objeto, a fim de se apropriar das determinações do real (que fique claro aqui: as denominações da fala não são o real, mas aquilo que Marx redigiu com clareza nos *Manuscritos de 1844*, a duplicação do homem tanto na consciência e intelectualmente, quanto operativa e efetivamente).

Não é difícil apreendermos o papel ativo e determinante da fala para o devir humano, como órgão ativo da continuidade social e como um dos nexos da relação

⁸ Como nos indica o *velho Marx*: “A língua como produto de um indivíduo é um absurdo”. Ela “é tanto o produto de uma entidade comunitária, como, de outro ponto de vista, é ela mesma a existência da entidade comunitária e a existência dessa comunidade enquanto ela mesma falante” (MARX, 1974a: 450-451). E do mesmo modo, complementa o *jovem Marx*: “Não apenas o material da minha atividade – como a própria língua na qual o pensador é ativo – me é dado como produto social, a minha *própria* existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social” (Idem, 2004: 107).

indivíduo-gênero. A linguagem concretiza aquilo que Lukács denomina como *substância*⁹ *social*. Em outros termos, quando esta “funciona apenas como linguagem falada e exerce seu papel de portadora da continuidade através da tradição oral”, mesmo na contínua mudança das coisas, ao mudar a si mesma, é capaz de conservar-se na continuidade delas, sempre como parte movida e movente da processualidade social. “Mas deriva de sua essência – e nisto ela é uma autêntica manifestação do ser social – que este seu fixar as aquisições se desenvolva um fixar a si própria na escrita” (LUKÁCS, 1981: 199). A fim de ampliar a visibilidade de tal fato, no momento em que Marx nos *Grundrisse*, aponta que a arte grega – no caso a *Ilíada* – é a elaboração artística, mesmo que inconsciente da própria formação social grega, seu conceito de *realismo* torna claro o modo como as aquisições humanas são fixadas na própria escrita (no caso a literatura). Ou seja, se a literatura ou a arte em geral, dissesse respeito somente à sua formação social específica, o próprio progresso social exerceria uma força desestruturadora de tais aquisições, afetando além da linguagem escrita os demais complexos sociais. De acordo com Marx

...a dificuldade não consiste em compreender que a arte grega e a epopéia estão ligadas a certas formas do desenvolvimento social. A dificuldade reside em compreender que estas possam ainda nos proporcionar gozo artístico e de valor, em certos aspectos, como uma norma e um modelo inacessível (MARX, 1974a: 32).

O realismo não se limita, portanto, a uma série cronológica de modelos e estilos formais, dados exclusivamente pela formação social a qual pertence, mas, em contrapartida, também não é estático. O “realismo” “é equivalente a ‘adequação artística’, que é a reprodução artisticamente adequada das relações múltiplas e em constante transformação nas quais o homem se encontra”. Desde a incomparável arte grega, passando por Dante Alighieri e Wolfgang Von Goethe até Machado de Assis, apesar das diferenças substanciais dos séculos, formações sociais, culturais e lingüísticas que os separam, “eles podem ser reunidos num denominador comum porque, de acordo com os traços específicos de suas situações históricas, eles alcançam uma descrição artisticamente adequada das relações humanas fundamentais de suas épocas” (MÉSZÁROS, 2006: 180). Em outras palavras, as construções lingüísticas literárias (ou artísticas em geral) que dizem

⁹ A substância, segundo Lukács, “é aquilo que na contínua mudança das coisas, mudando ela mesma, pode conservar-se na continuidade delas. No entanto, este dinâmico conservar-se não está necessariamente ligado a uma ‘eternidade’; as substâncias podem surgir e perecer, sem que com isto, desde que se mantenham dinamicamente durante o tempo da sua existência, deixem de ser substâncias” (1981: 95).

respeito às aflições, conflitos, utopias ou tocam de algum modo a essência humana, tendem a se universalizar, a generalizar a existência humana, a se tornar patrimônio social, e isso, se torna cada vez mais efetivo, na medida em que se realiza a “história universal”.

Portanto, o salto ontológico para fora da natureza realizado pelo trabalho enquanto atividade consciente de transformação da natureza em valores de uso para a reprodução social, conforme exposto ao longo do capítulo, tem como momento predominante o “recuo das barreiras naturais”, a *produção do novo*, o desenvolvimento contínuo da socialização do ser humano. Para ilustrar tal realidade sem nos retirarmos da esfera do trabalho e de sua contribuição fundamental para o desenvolvimento da socialidade a patamares cada vez mais elevados, mais “puros¹⁰” é necessário nos remetermos à gênese ontológica do valor. A primeira observação contundente é que “só se pode falar de valor no âmbito do ser social”, pois na natureza não existe nenhuma atividade, ela não conhece valores, “mas apenas nexos causais e as mudanças, a diversificação das coisas, dos complexos etc.”, produzidos por ela. Somente o ser humano conscientemente ativo tem “no trabalho como produção de valores de uso (bens), a alternativa do que é útil ou inútil para a satisfação da necessidade entra como elemento ativo do ser social”. Portanto, os valores “não constituem de modo algum resultados, sínteses, etc. dos valores subjetivos singulares, mas ao contrário, é sua objetividade no interior do ser social que estabelece se são certas ou erradas as posições alternativas orientadas para o valor”. E mais, “o fato de que os valores, nos níveis mais altos da sociedade, assumam formas mais espirituais, esse fato não elimina o significado básico dessa gênese ontológica” (LUKÁCS, 1979: 86; 1981: 84-91 e 1978: 7). Enfatizamos então que os valores nem são exclusivos à subjetividade, nem derivam imediatamente da objetividade, são dimensões ontologicamente sociais, legalidades desconhecidas pela natureza. Quando Marx nos diz que “cada coisa possui muitas propriedades e, por isso, é capaz de diversas aplicações úteis, o mesmo produto pode constituir a matéria-prima de processos de trabalho diferentes. Grão, por exemplo, é matéria-prima do moleiro, do fabricante de amido, do destilador, do criador de gado etc.” (MARX, 1983: 152). Ele nos revela duas processualidades sociais, a primeira com relação àquilo a que já nos referimos sobre a capacidade do homem generalizar e, a segunda que o

¹⁰ Voltaremos nossas atenções para o conceito marxiano-lukacsiano de “relações sociais puras” somente no momento em que iniciarmos os delineamentos fundamentais da inter-relação indivíduo e gênero.

grão, em seu *ser-em-si* é somente uma determinação natural, mas que em sua determinação social, farinha, pão ou alimento do gado, possui o *ser-para-nós*, ou seja, é uma relação social entre meios e fins, resultado de um processo valorativo.

Os valores – neste caso a forma mais elementar de valor (de uso) – estão, portanto, indispensavelmente ligados a seres que têm *necessidades*, e a natureza dessas necessidades determina o caráter dos valores (MÉSZÁROS, 2006). Mais uma vez, apenas para reforçar a questão acima, se Marx parte dos *dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor* para a redação d’*O Capital*, então, de acordo com a gênese ontológica tal como expomos aqui, não há qualquer relação com algum “determinismo econômico”. Pelo contrário, antes de se apresentar como um resgate da *ontologia em geral*, as teorizações de Marx e, posteriormente de Lukács, lançam as bases de uma *ontologia social*, pois, da mesma maneira que “nenhum químico descobriu valor de troca em pérolas ou diamantes”, nenhum físico descobriu valor de troca em ondas eletro-magnético ou radiofrequência (MARX, 1983: 78). Podemos dizer o mesmo para os valores de uso, pois, não são imediatamente suas propriedades naturais objetivas o que lhes confirma valor e, muito menos, a ação direta ou indireta da gravidade a determinante deste mesmo valor, senão, seu *valor social*. A análise do *valor e dos processos valorativos* é fundamental, uma vez que o valor como fato ontológico retira do horizonte qualquer afirmação deste como *artificialidade supra-humana* ou, como *imanência natural*.

Como já afirmamos anteriormente, o trabalho tende inevitavelmente à generalizações, e quanto mais amplas são as novas necessidades que dele se desdobram imediatamente como a divisão do trabalho, cooperação e troca e, no interior desse mesmo processo muitas delas não possuem mais referência imediata ao trabalho em-si, como a linguagem e a estética por exemplo; todos estes complexos requerem valores que vão muito além da mera satisfação de necessidades oriundas do “eu”. Desse ponto de vista, os valores revelam seu caráter puramente social, sem qualquer analogia na natureza; em outros termos, os valores, como “todos os princípios ordenadores da sociedade (...) têm a função de afirmar frente às aspirações particulares dos indivíduos, a sua socialidade, o seu pertencer ao gênero humano que vai surgindo no curso do desenvolvimento social” (LUKÁCS, 1981: 328). A função ativa dos valores, independente se estes tendencialmente

ergam a socialidade positivamente ou negativamente é justamente articular, mediar à inter-relação fundamental entre indivíduo singular e gênero humano-social.

Emerge da discussão dos valores a seguinte questão: se o homem é capaz de emitir juízos de valor mediante sua capacidade de satisfazer suas necessidades, adequando de acordo com sua vontade a relação entre meios e fins, surge, em tal contexto a possibilidade da “liberdade”. Dito isso, cabe salientar que não devemos buscar a gênese da liberdade na linha de continuidade entre a natureza a sociedade. Ou como nos diz Marx “é tão ridículo sentir nostalgia daquela plenitude como crer que é preciso deter-se neste vazio completo” da sociedade burguesa. Se “em estágios de desenvolvimento anteriores, o indivíduo se apresenta com maior plenitude [é] precisamente porque não havia desenvolvido ainda a plenitude de suas relações e não as colocou, frente a ele, como potências e relações sociais autônomas”, livres de qualquer pré-determinação externa (MARX, 1974a: 90). A liberdade, uma legalidade inteiramente social, só tem início quando o homem alcança aquele patamar que Marx expõe com precisão n’*O Capital*; ou seja, a partir do momento em que o homem em seu metabolismo orgânico com a natureza “desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio”, ele coloca em marcha a passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade, faz recuar continuamente as barreiras naturais, porém sem jamais eliminar tal barreira.

Colocado desse modo que a liberdade não consiste numa espécie de retorno nostálgico à integração homem e natureza, senão o domínio consciente das pulsões exclusivamente biológicas para a satisfação das necessidades efetivamente humanas; é necessário, em contrapartida, romper com as formas fetichizadas de suas determinações mais *socializadas*. Nesse sentido, a liberdade é um dos fenômenos sociais mais variados e multiformes existentes. Como nos indica Lukács, a “liberdade no sentido jurídico significa algo substancialmente diverso do sentido político, da moral, da ética etc.” (1981: 112). Sobre tal afirmação, é suficiente a verificação das diversas demandas sociais contemporâneas pela liberdade: tais demandas passam desde a liberdade sexual, pela liberdade de expressão, até a liberdade de consumo. A questão fundamental que se coloca aqui é que tais demandas por liberdade humana despontam como afirmações do “indivíduo contra os constrangimentos sócio-coletivos, como afirmação desta esfera do privado contra o público” (LESSA, 2000: 189). A liberdade, nesse caso, se reduz a um princípio

meramente individualista, tal como a “liberdade de escolha”, uma vez que, mesmo alcançada na utópica realização do “mercado perfeito” será uma liberdade alienada, ou seja, o sentido da liberdade humana resume-se, nesse caso, ao princípio das *relações livres contratuais e à suposta igualdade de oportunidades* e, “tão logo o direito à igualdade [é] aplicada à aquisição e à posse, ele se [torna] necessariamente abstrato (igualdade como mera posse de direitos) porque é impossível possuir uma coisa em termos individualistas (exclusivamente) e ao mesmo tempo também compartilhá-la com alguém” (MÉSZÁROS, 2006: 144).

Assim, a questão da liberdade, tal qual o valor tem sua origem na realidade concreta do trabalho, mas não se resumem a este ato em-si, vão muito além dele na medida em que crescem os poderes humanos e as necessidades oriundas da satisfação de outras necessidades. Assim, complementa Lukács que para compreendermos a *gênese ontológica da liberdade*

...temos que partir do caráter alternativo das posições teleológicas nele [o trabalho] existentes. Com efeito, é nessa alternativa que aparece, pela primeira vez, de forma claramente delineada, o fenômeno da liberdade, que é completamente estranho à natureza: no momento em que a consciência decide em termos alternativos, que finalidade quer estabelecer e de que maneira quer transformar as séries causais correntes em séries causais postas, como meios de sua realização, surge um complexo dinâmico que não encontra paralelo na natureza. Só neste momento, portanto, é que se pode examinar o problema da liberdade em sua gênese ontológica. Numa primeira aproximação, a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele (LUKÁCS, 1981: 112).

Desse modo, a assertiva marxiana de que à “economia de tempo: a isto se reduz finalmente toda economia”, nos indica que no próprio processo de trabalho, na decisão alternativa mais eficaz na orientação da posição do fim, ou seja, na decisão mais correta dos meios de trabalho é possível encontrar o núcleo da liberdade humana. A partir do momento em que se desenvolve o caráter social da produção “a sociedade deve repartir seu tempo de modo planejado a fim de conseguir uma produção adequada à suas necessidades conjuntas, e, do mesmo modo o indivíduo deve também dividir o seu [tempo] com exatidão para adquirir os conhecimentos nas proporções adequadas ou para satisfazer as variadas exigências de sua atividade”. De fato, é somente por meio da redução do tempo

socialmente necessário a produção que tanto mais tempo a sociedade ganha para outras produções, sejam materiais ou espirituais (MARX, 1974a: 101).

A liberdade, em sua gênese ontológica, só pode surgir e se desenvolver no interior de um complexo social efetivamente *humano*, as necessidades e os poderes para satisfazê-las devem deste modo, tornar-se um *fim em si mesmo*, de maneira que toda sociedade ganhe *tempo efetivamente livre* para as diversas produções materiais e espirituais. Como nos adverte Mészáros, não se pode falar em liberdade, quando as potências humanas que se manifestam na atividade cotidiana estão *dominadas* por necessidades *exteriores* a ela; onde a atividade vital do homem é transformada apenas num meio para um fim. “A liberdade é, assim, a realização da finalidade própria do homem: *a auto-realização no exercício autodeterminado e externamente não-impedido dos poderes humanos*” (MÉSZÁROS, 2006: 170).

De acordo com o discorrido até agora podemos nos referir aos seguintes elementos de uma possível definição ontológica do ser social: 1) o homem é um ser *natural*; 2) como ser natural, possui *necessidades* naturais e tem a *potencialidade* de satisfazer estas mesmas por intermédio da *produção da vida material*; 3) como ser que vive em *sociedade*, sua produção e existência é, portanto, *social*; 4) como ser social produtivo, ele adquire *novas necessidades* (“uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento utilizado para tal conduzem a novas necessidades”); 5) como ser social produtivo, toda a transformação da realidade objetiva a sua volta, se torna, por assim dizer em *segunda natureza* ou “*natureza antropológica*” (MARX, 2004: 112); 6) por meio de seus novos poderes, que são criados a partir da transformação da realidade objetiva, a atividade humana se destaca das determinações imediatamente naturais e, assim, retroage sobre todas as esferas de sua própria existência, tanto individual singular quanto genérico social, de modo que seus *novos poderes* – sem qualquer paralelo na esfera natural – lançam as bases para o surgimento de diversos complexos sociais ou como bem colocou Mészáros, *mediações de primeira ordem*¹¹, como por exemplo, os valores, a liberdade, a linguagem e a estética. Partindo de sua atividade basilar – o trabalho – o homem se desdobra sobre si mesmo, “contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele” (MÉSZÁROS, 2006).

¹¹ Entraremos em mais detalhes nos conceitos de “mediações de primeira ordem” e “mediações de segunda ordem” no segundo capítulo.

1.3 – Indivíduo, gênero e sociedade: a reprodução social

Vimos ao longo deste capítulo que fora da natureza não existe objetividade. E, (apenas para nos mantermos na esfera de ser mais próxima do mundo dos homens), examinamos o fato de que o ser biológico salta para além da esfera inorgânica mediante a reprodução da vida. O momento predominante do ser biológico é marcado pela *perene reprodução do mesmo*. A relação que se desenvolve entre os exemplares singulares e o gênero é inteiramente desprovida de uma consciência ativa, de qualquer objetivação, sua consciência, portanto é um *epifenômeno*. Desse modo, “o gênero se realiza nos exemplares singulares; e esses, em seu processo vital, realizam o gênero” (LUKÁCS, 1979: 140). O reconhecimento desse *mutismo* entre exemplar da espécie e gênero do ser biológico levou Marx e Engels a afirmarem que “o animal não se ‘*comporta*’ em relação a nada e de nenhuma maneira. Para o animal sua relação com os outros não existe na condição de relação” (2007: 53). A reprodução biológica permanece, nesse sentido, restrita ao puro *ser-em-si*.

Por outro lado, afirmamos que o trabalho é a atividade humana capaz de transformar a natureza nos valores de uso necessários para a reprodução humana; partindo dos postulados marxiano-lukacsiano, delimitamos também que o agente de tal transformação é o ser humano dotado de consciência social. Mesmo esta resultando no plano ontológico como produto tardio, não se traduz num produto de menor valor ontológico, pelo contrário, se desdobra como um dos pilares da gênese do *ser social*. Portanto, os caminhos entre o ser biológico e o ser social “começam a divergir quando entre necessidade e satisfação se insere o trabalho”. Neste mesmo fato, “se evidencia a sua natureza marcadamente cognitiva”, uma vez que, “construir e usar instrumentos implica necessariamente, como pressuposto imprescindível para o sucesso do trabalho, que o homem tenha domínio sobre si mesmo”. De fato, somente na consciência humana tem lugar a decisão alternativa entre valores e desvalores, entre o particular e o universal. Então, “no momento em que a consciência surge como *medium*, como portadora e depositária da continuidade, esta se alça a um *ser-para-si* que não existe nas outras esferas” (LUKÁCS, 1981: 50-54, *grifo nosso*).

Se a consciência é o *locus da continuidade social*, esta só pode ter como seu depositário este ou aquele indivíduo concreto. Porém, como vimos anteriormente, não só o trabalho, como também as alternativas entre valores, a fala e a própria liberdade, possuem tendências tanto da mera particularidade quanto da universalidade da praxis social, onde estas categorias existentes agem reciprocamente uma sobre a outra. Aqui, basta ter em mente que “o homem, por exemplo, trabalha para satisfazer suas necessidades completamente particulares (fome, etc.), contudo o seu trabalho possui, como vimos, tanto na execução como no resultado, elementos e tendências da generalidade” (Idem, ibidem: 276). Nestes termos, tanto a individualidade quanto a generalidade emergem como complexos dinâmicos do desenvolvimento humano-social sem qualquer hierarquia de superioridade ou inferioridade entre ambos. Analisando a “relação entre indivíduo e gênero, vemos que a realização do elemento genérico no indivíduo produz e reproduz sua própria existência, ou seja, é indissociável da explicitação da própria individualidade” (Idem, 1979: 144). Portanto, como ressalta Lessa, o fenômeno em sua determinação reflexiva, só pode vir a ser em sua relação com a essência, enquanto esta apenas pode se desenvolver pela mediação fenomênica (LESSA, 2007). A *substância social*, a partir de tal relação reflexiva entre indivíduo (fenômeno) e gênero (essência) não é de modo algum uma relação “estática-estacionária de auto-conservação, que se contraponha em termos rígidos e excludentes ao processo do devir; ao contrário, ela se conserva em essência, mas de modo processual, transformando-se no processo, renovando-se, participando do processo” sempre do *ser-em-si ao ser-para-si* (LUKÁCS, 1979: 161).

Se a partir de nossa perspectiva, a consciência é o *locus da continuidade social* e esta só pode ter como seu depositário este ou aquele indivíduo, nada melhor do que iniciarmos desse mesmo ponto. Nesse sentido, a primeira consideração a ser feita é que a individualidade humana – independente da estrutura social à qual pertença – “implica ao mesmo tempo, na singularidade irrepetível de cada ser humano e na intrínseca socialidade dessa singularidade” (DUARTE, 1997: 150). Portanto, a questão central aqui é ressaltar o fato de que a individualidade humana, tal como a conhecemos, não é um *dado natural*, mas um *resultado histórico* do homem, ou, conforme Lukács, “um dos conteúdos centrais da história é o modo pelo qual o homem, da mera singularidade (exemplar da espécie) se desenvolveu para o homem real, a personalidade, a individualidade” (LUKÁCS, 1981: 256).

Seguindo as indicações de Newton Duarte (1997), encontramos nos *Grundrisse* o esboço do processo histórico do desenvolvimento da individualidade ou individuação dividido em três grandes estágios:

...As relações de dependência pessoal (a princípio sobre uma base natural) são as primeiras formas sociais, nas quais a produtividade humana se desenvolve somente num âmbito restrito e em lugares isolados. A independência pessoal fundada na dependência *em relação às coisas* é a segunda forma importante em que chega a constituir-se um sistema de metabolismo social geral, um sistema de relações universais, de necessidades universais e de capacidades universais. A livre individualidade, fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na subordinação de sua produtividade coletiva, social, como patrimônio social, constitui o terceiro estágio. O segundo cria as condições do terceiro (MARX, 1974a: 85).

As “primeiras formas sociais” ou sociedades pré-capitalistas foram denominadas por Marx como *sociedades naturais*¹² (ibidem: 452). Assim, dados os limites das forças produtivas e das relações sociais de produção, o ser social parte da dependência total e quase imediata em relação ao conjunto que pertence. Em outros termos, a relação entre indivíduo e comunidade se desenrola mediante laços estreitos, laços político-naturais, fato que, em contrapartida não consiste jamais na “identidade” entre ambas as esferas ontológicas do ser social. De tal maneira, a individualidade incipiente deriva do fato de que

...as condições originárias da produção aparecem como pressupostos naturais, *como condições naturais de existência do produtor*, exatamente tal como seu corpo vivo, o qual, por mais que ele o reproduza e desenvolva originariamente não é posto por ele mesmo, senão que aparece como *pressuposto* de si próprio. (...) [E] a relação com os pressupostos naturais de sua produção como pertencentes a ele, como *seus*, é mediada através do fato de ser ele membro natural de uma entidade comunitária (MARX, 1974a: 450).

Sem maiores equívocos, a “naturalidade” das relações sociais pré-capitalistas, expressa fundamentalmente a *aparência casual* da subsunção do indivíduo à determinada estrutura social, por exemplo, dada pelo seu sexo, etnia ou local de nascimento. Claro que a estrutura social dividida em tribos, castas ou ordens resulta do processo econômico,

¹² Lukács denomina as relações sociais das sociedades pré-capitalistas como “relações sociais naturais” (Cf. LUKÁCS, 1981).

político e social, mas, os laços naturais que prendem os indivíduos a circunstâncias sociais particulares com as quais eles se identificam plenamente por toda sua vida se impõem de tal maneira, que estes consideram “seu pertencer a eles por nascimento como um fato tão natural e imutável quanto o ser que lhes vem do nascimento” (DUARTE, 1997; LUKÁCS, 1981: 324). A individualidade aqui não é *anulada*, senão circunscrita à qualidade de membro da comunidade à qual pertence e sua relação com os meios de existência, por exemplo, “um nobre segue sendo um nobre e um *roturier* segue sendo um *roturier*, independentemente de suas outras relações, por ser aquela uma qualidade inseparável de sua individualidade” (MARX, ENGELS, 2007: 104). É devido a esta qualidade de membro da comunidade que adotamos sempre a relação entre *indivíduo* e *comunidade* ao invés da relação entre *indivíduo* e *gênero*. Isso se deve ao fato de que o gênero humano em *todas* as sociedades pré-capitalistas ainda apresentava-se de modo gregário inicial, ou seja, a idéia de “humanidade” para os indivíduos que compunham as diversas estruturas sociais se restringia a cisões entre “nativo” e “estrangeiro”, “livre” e “escravo”, “cidadão” e “bárbaro”, “cristão” e “pagão”. Seu caráter era acima de tudo *local* e se remontarmos à origem do processo de troca de mercadorias, onde tal troca “não aparecia no seio das comunidades primitivas, mas sim onde estas se detêm, nas suas fronteiras, nos raros momentos em que entram em contato com outras comunidades”, o caráter “fragmentado” da composição do gênero humano fica evidente (MARX, 1998: 40). Se, de um lado, “as condições originárias da produção aparecem como pressupostos naturais, *como condições naturais de existência do produtor*”, por outro, estas mesmas “condições originárias” impõem-se como limites à dinâmica social, de modo que, a transposição destes limites pode vir a exercer uma ação dissolvente sobre a própria comunidade, mesmo o crescimento dos “contatos com as outras comunidades” pode vir a desempenhar essa ação desagregadora. É justamente aqui o local da crítica de Marx à “nostalgia daquela plenitude primitiva” tão enfatizada pelos teóricos burgueses, pois, o desenvolvimento e ampliação das relações, capacidades e possibilidades tanto do indivíduo quanto da comunidade, a fim de manter a coesão e estruturação da última não pode efetivamente ser *livre e pleno*:

...Se o indivíduo modifica sua relação com a comunidade, modifica desse modo a comunidade e atua sobre ela de forma destrutiva, assim como sobre seu pressuposto econômico. (...) A *reprodução* das relações pressupostas entre indivíduo e sua comunidade – relações em maior ou menor grau naturais ou produto de um processo histórico, porém

tradicionais – e de uma existência *objetiva determinada*, para ele *pré-determinada*, tanto com relação às condições do trabalho como com relação a seus companheiros de trabalho e de tribo, é o fundamento do desenvolvimento, que, em consequência é a partir daí um desenvolvimento *limitado*, porém que, ao trazer a superação dos limites, representa decadência e ruína (Idem, 1974a: 446).

Nesse ponto, aquela fundamentação ontológica do ser social – a reprodução do novo – tantas vezes ressaltada por nós, ao fazer recuar as barreiras naturais comprova-se na base puramente histórica da individualidade e na dissolução da comunidade. O trabalho, enquanto núcleo da praxis humana se destaca das determinações imediatamente naturais e, assim, retroage sobre todas as esferas de sua própria existência, tanto individual singular quanto genérico social, de modo que seus *novos poderes* – sem qualquer paralelo na esfera natural – lançam as bases para o surgimento de diversos complexos sociais, e, portanto, estes colaboram para o desenvolvimento de novas formações sociais.

A “segunda forma social” ou sociedade capitalista fundamenta-se na destruição de todas as relações “naturais” que uniam indivíduo, comunidade e condições objetivas de produção. Por isso, a sociedade capitalista é a primeira *sociedade puramente social* (LUKÁCS, 1981). O caráter puramente social é dado pelo fato de que o trabalho, nas sociedades capitalistas, tornou-se, “um meio para criar riqueza em geral e, enquanto determinação deixou de fixar-se ao indivíduo como sua particularidade”. De tal maneira, “a indiferença [do indivíduo] frente a um gênero determinado de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalhos reais, dos quais nenhum predomina sobre os demais” (MARX, 1974a: 25). Essa “totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalhos reais”, do ponto de vista individual, revela um caráter no mínimo paradoxal: uma vez que abre, por um lado, a possibilidade do desenvolvimento da individualidade livre e universal, pois esta não forma uma unidade imediata com as condições de existência, não é pré-determinada; de outro lado, a indiferença a este ou aquele ramo de atividade, a possibilidade da ampliação das relações sociais, a *universalização* das relações e da própria individualidade só pode se efetivar mediante a *abstração* da atividade desta individualidade sob a forma *coisificada*. Marx coloca esse paradoxo nos seguintes termos:

...O grau e a universalidade do desenvolvimento das faculdades, nas quais se faz possível *esta* individualidade, supõem precisamente a produção baseada sobre o valor de

troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo da universalidade da alienação do indivíduo frente a si mesmo e aos demais, a universalidade e a multilateralidade de suas relações e de suas habilidades (1974a: 90).

Nos deparamos, portanto, com um fato que pode causar alguma estranheza: o processo de individuação só pode vir a se desenvolver, ser efetivo, real, através do aumento quantitativo e qualitativo das relações sociais, das objetivações, da praxis, consolidando-se no *indivíduo social*, porém, tal processo passa necessariamente – segundo a perspectiva marxiana – pela intermediação da alienação. Sendo assim, a individualidade que se destaca “conscientemente” da totalidade social capitalista, o faz na “cisão do homem na *vida pública* e na *vida privada*”, entre o “*citoyen*” e o “*bourgeois*”, na *abstração* das diversas formas do conjunto social que passam assim, a “apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados” (Idem, 2003: 25; 1974a: 4). Desse ponto de vista, é muito simples traçar a distinção fundamental entre o indivíduo nas sociedades naturais e o indivíduo nas sociedades capitalistas: sua socialização e individuação, na primeira são dadas por sua condição de “membro da comunidade”, na segunda são dadas pela condição de “proprietário privado”. “Aqui só se trata de *pessoas* à medida que são personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesse” (Idem, 1983: 13). As potências humanas que se manifestam na atividade cotidiana estão dominadas por necessidades exteriores a ela; onde a atividade vital do homem, seu relacionar entre si é transformada apenas num *meio para um fim*. Deste modo, o paradoxo da humanização posta em marcha pela passagem das “sociedades naturais” a “primeira sociedade puramente social”, tem como base o fato de que a individualidade pode se destacar das determinações naturais da comunidade por meio da alienação e alienabilidade numa forma universal. Finalmente, os limites da socialização e individuação capitalista, mesmo que se apresente como superioridade “relativa” e “aparente” sobre as sociedades pré-capitalistas, enquanto sistema de metabolismo social geral tem seus limites internos postos à medida que “evidencia-se uma diferença entre a vida de cada indivíduo, enquanto se trata de sua vida pessoal, e essa mesma vida subsumida a uma determinada ramificação do trabalho e às condições correspondentes”, ou seja, seus intercâmbios, potencialidades e possibilidades como indivíduo singular, como personalidade são prostrados a seu pertencer a determinada classe social, “em contradição com um mundo de riquezas e educação existente”. Portanto, a condição de membro desta

ou daquela classe social, lhe vem à consciência como determinação de uma pressão externa da produção humana – não mais impiedosamente natural –, seja pela concorrência intra-classe, seja pela própria dinâmica da divisão social do trabalho e da apropriação privada dos resultados da produção social (MARX, ENGELS, 2007: 104-58).

Sendo assim, o progresso do ser genérico do homem vem a se traduzir no desenvolvimento da vida do indivíduo, porém, a própria história do indivíduo não coincide imediatamente com a história do gênero humano, e justamente no reconhecimento desse fato, é que o ser social tem consciência dessa diferenciação entre sua individualidade e o gênero ao qual pertence, ou seja, a sua condição de *indivíduo ou personalidade*. É a partir do crescimento contínuo dessas articulações, mediações, intercâmbios e vínculos que se torna possível o desenvolvimento do gênero em-si ao gênero para-si. Conseqüentemente, se o *indivíduo para-si socialmente mediado* se destaca do *indivíduo em-si naturalmente imediato ou, possivelmente alienado*, para o gênero tal relação não é diferente. Conforme Lukács:

...do ponto de vista biológico, um gênero humano já existe quando ele se destacou objetivamente dos primatas e, objetivamente, se tornou um gênero em-si. Mas este gênero, considerado na sua totalidade biológica simplesmente objetiva, se revela tão mudo quanto aquele do qual surgiu. Esta situação pode cessar apenas quando, em seguida aos resultados objetivos e subjetivos da posição teleológica no trabalho, na divisão do trabalho, etc., as bases da reprodução filogenética cessam de serem somente biológicas, quando vêm recobertas, modificadas, transformadas, etc. por determinações sociais que vão se tornando cada vez mais nítidas, cada vez mais dominantes (Idem, 1981: 174).

Partindo das considerações lukacsianas sobre o em-si e o para-si do gênero, fica evidente a necessidade da delimitação mais precisa a respeito dos usos de tais categorias a fim de dispersarmos qualquer confusão ou equívoco acerca dessas categorias. Tal como as encontramos em Marx, estas são utilizadas enquanto *relativas* e *tendenciais*. São *relativas* por um lado, na medida em que podem se referir ao intercâmbio entre natureza e homem, onde a natureza (reprodução do mesmo) representa o *ser-em-si* e o homem (reprodução do novo) representa o *ser-para-si*. Por outro lado, podem se referir ao conjunto das relações sociais (socialidade), restringindo-se desse modo, ao âmbito da praxis social, onde o *ser-em-si* caracteriza a generalidade que se efetiva sem que exista uma relação consciente dos homens para com ela, e, o *ser-para-si* caracteriza a passagem dessa mesma generalidade ao

nível da relação consciente. Finalmente, são *tendenciais*, na medida em que não são categorias estáticas, em estado puro, mas em movimento, em seu auto-transformar histórico, dotadas de substância; a própria passagem do em-si ao para-si no intercâmbio homem-natureza já é prova cabal da *tendencialidade* das categorias (Cf. DUARTE, 1993, capítulo III). Ainda no que tange o caráter *relativo e tendencial* de tais categorias, é importante ressaltar que estas não se restringem às interações entre homem e natureza ou indivíduo e gênero. Podemos encontrá-las no processo político posto em marcha pelo aprofundamento das contradições sociais, no processo de lutas de classes, onde a consciência de classe em-si (ser objetivo da classe) e a consciência de classe para-si (ser consciente da classe) são de suma importância para o desencadeamento do processo revolucionário conforme as teses marxianas¹³.

Neste mesmo viés, torna-se necessário o breve esclarecimento das distinções fundamentais entre as categorias *gênero humano e sociedade*. De acordo com Duarte, “embora a forma concreta da [generalidade¹⁴] seja a socialidade, a apropriação de uma socialidade concreta pelo indivíduo não possibilita necessariamente a objetivação plena desse homem enquanto ser genérico, isto é, pertencente ao gênero humano” (Idem, ibidem: 111). Nestes termos, a sociedade é idêntica ao gênero apenas *aparentemente*. Enquanto a primeira é marcada por uma estrutura social de determinado momento histórico; a segunda delimita os acúmulos e aquisições do desenvolvimento humano ao longo do processo histórico à sua plena realização. Portanto, para efetuarmos a ruptura com a *aparente igualdade* entre gênero humano e sociedade, é suficiente considerar que na passagem do ser-em-si ao ser-para-si humano, a qualidade de gênero humano-social em seus primórdios limita-se a dois pontos fundamentais: 1) àquilo que já nos referimos anteriormente como “*sociedades naturais*”; ou seja, a relação entre indivíduo particular e gênero parte do

¹³ Apenas a título de ilustração, encontramos a seguinte menção à relatividade e tendencialidade de tais categorias: “As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda *para si mesma* [, ou seja, o *em si mesmo* refere-se aqui ao ser objetivo da própria classe, à *sua condição de mercadoria mais miserável*]. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em *classe para si mesma*. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política” (MARX, 2001: 151, *grifo nosso*).

¹⁴ Nessa passagem o autor utiliza o termo “generidade”, porém, a fim de evitarmos qualquer confusão ou contradição no uso de nossos conceitos e categorias, o substituímos por “generalidade” tal como utilizamos ao longo de nossa dissertação. A substituição destas categorias não causa nenhum prejuízo na compreensão de seu significado, trata-se, portanto de uma adequação estilística, ambas traduzem o mesmo termo alemão *Gattungswesen* (ser genérico).

pressuposto de que este indivíduo seja membro desta ou daquela comunidade (família, tribo, casta etc.). Somente mediante o crescimento das relações entre os diversos grupos que compunham uma diversidade social, com estruturas sociais próprias é que gradativamente, em meio a retrocessos e contradições, o autêntico gênero humano-social apresenta sua forma real, enquanto totalidade sócio-global em sua tendência ao *para-si*, portanto, “a história universal nem sempre existiu; a história como história universal é um resultado” (MARX, 1974a: 31) e; 2) do mesmo modo, a primeira sociedade puramente social ou capitalismo, ao libertar as relações sociais dos laços naturais que determinavam de uma vez por todas os limites do desenvolvimento, não só do indivíduo, mas de toda a comunidade da qual ele era membro, inaugura um processo de reprodução social dinâmico e qualitativamente novo que dirige sua produção, não para a satisfação de necessidades imediatas, particulares e locais da comunidade, mas para a produção de riqueza social em geral, reificada, para a troca de equivalentes num mercado cada vez mais ampliado. Tal como a situação paradoxal na qual emerge a individualidade, a integração do ser humano como “algo mais” do que a mera reprodução filogenética, como gênero humano-social, não realizou plena e livremente o salto ao *para-si*, a tendencialidade de integração via *mercado mundial* registra-se, conseqüentemente, em meio a contradições e retrocessos absurdos. Lukács em sua *ontologia* esclarece tal integração nos seguintes termos:

...o caráter não teleológico desse desenvolvimento sujeito a leis revela-se também no fato de que – tal como no caso da elevação das faculdades humanas – os veículos concretos através dos quais se realiza entram permanentemente em contradição com a própria coisa; guerras sanguinárias, servidão ou mesmo extermínio de povos inteiros, devastação e degradação humana, hostilidade entre nações que chegam a se transformar em ódios seculares: esses são os “meios” imediatos através dos quais se realizou e ainda se realiza essa integração da humanidade em gênero humano (LUKÁCS, 1979: 149).

Em suma, não há qualquer identidade imediata entre gênero humano e sociedade, os autores do *Manifesto Comunista* declaram que “nas épocas anteriores da história, em quase todos os lugares, encontramos sociedades estruturadas em vários segmentos, em uma hierarquia diferenciada das posições dos indivíduos” (MARX, ENGELS, 2005: 84); logo, a estrutura social pode vir tanto a *negar* quanto a *afirmar* o desenvolvimento pleno do indivíduo, de modo que este traduza em suas ações, em menor ou maior grau, a universalidade do gênero humano.

O desenvolvimento da socialidade humana a patamares cada vez mais complexos e elevados, como temos afirmado continuamente, desde seu aspecto basilar com a consciência, passando pelo trabalho, valores, liberdade e até mesmo em sua expressão mais comum, a fala, passa pelo desenvolvimento do indivíduo singular. Tal afirmação nos revela duas questões ontológicas fundamentais a respeito do desenvolvimento da individuação e socialidade humana:

...1) Uma pré-condição necessária a qualquer indivíduo para adquirir *sua* personalidade é estar numa multiplicidade de relações com *outras* pessoas, usando, para se desenvolver os meios e ferramentas que lhe são *dados* (pelo menos até certo ponto de independência e maturidade), e experimentando suas *próprias* forças na medida em que é capaz de identificá-las no intercâmbio recíproco com os demais, considerando que elas estejam presentes, de alguma forma, em seus semelhantes; (...) 2) Para o indivíduo – esteja ele consciente disso ou não – sua própria auto-realização é, em primeiro lugar, necessariamente, uma tarefa de enquadramento nos papéis e funções existentes e disponíveis (mas, é claro, não criados especificamente para ele). Mais tarde, ele pode ser capaz de ampliar ou romper seus limites, se forem incapazes de adaptação e se sua força para isso não encontrar resistência capaz de derrotá-la. Não obstante, perdura o problema de que o indivíduo só pode realizar seus próprios poderes se tiver escoadouros para eles, isto é, se seus semelhantes forem capazes, e estiverem dispostos, a receber aquilo que ele tem a oferecer (MÉSZÁROS, 2006: 225-226).

Assim, ao resgataremos os fundamentos ontológicos da ação e do pensamento humanos, concluímos que trabalho e produto; sujeito e objeto; indivíduo e gênero, não são idênticos, “senão que constituem as articulações da totalidade, diferenciações no interior da unidade” (MARX, 1974a: 20). A totalidade social, portanto, só existe enquanto unidade e articulação das diversas particularidades, sempre em movimento recíproco e mediado. Se não adentrarmos em questões que compõem a “terceira forma social”, isso não significa que esta se encerra na *dissolução das individualidades num sujeito coletivo transcendental*, ou na *independência plena e fictícia destas mesmas individualidades em relação à totalidade social*, senão, uma postura prudente a fim de evitar qualquer *futurologia abstrata e moralista*. E, em nosso percurso, tal como nossa exposição inicial, a estruturação da ontologia social marxiana, apesar de seu caráter aparentemente fragmentado, só pode confirmar sua coerência metodológica se tomadas em seu conjunto a totalidade de suas

obras. Finalmente, se partimos do trabalho, como atividade central do processo de humanização que ao satisfazer uma necessidade põe novas necessidades, exigindo, portanto, sistemas de mediações sociais cada vez mais complexos a fim de regular a reprodução social, é impossível discordar de Mészáros quando este afirma – na trilha de Marx – que a alienação do trabalho é a *raiz causal* de todo o complexo de alienações (MÉSZÁROS, 2006), onde tal “raiz causal”, enquanto fenômeno histórico-social, diz respeito às barreiras erigidas artificialmente entre a inter-relação fundamental de indivíduo e gênero humano, como *anacronismo histórico-social* que firma a totalidade social como *abstração* perante o indivíduo e, vice-versa.

Capítulo 2

A alienação como prostração ontológica

“mas no possível mal há também a possibilidade, aliás, o veículo da sua superação”

György Lukács, *Per una ontologia dell'essere sociale*

2.1 – A teoria da alienação: elementos constitutivos de uma relação social incontrolável e sua superação positiva

Não foi por acaso que iniciamos o capítulo anterior destacando a essencialidade do social e, a partir daí reconstituir as esferas ontológicas e algumas de suas inter-relações. Em nosso percurso até aqui buscamos a todo instante deixar claro que o momento predominante do processo de humanização é a atividade consciente orientada a um fim, atividade que ao transformar a realidade objetiva transforma simultaneamente o indivíduo singular continuamente em ser social. Ao iniciarmos pelo trabalho, enfatizamos também que a totalidade da praxis humana não pode se reduzir a este único momento, mesmo que a princípio, o tenha como referência. A relação do trabalho com as demais esferas da vida humana, como expõe Lukács, diz respeito em última instância a *prioridade ontológica*¹⁵. Estas diversas formas de ação e relação humanas, ao fazer recuar as “barreiras naturais”, ganham relevo e despontam como sistemas de mediações ou complexos sociais “relativamente” autônomos. Assim, construímos conceitualmente alguns dos sistemas de mediações fundamentais da socialidade humana – ou como denominou corretamente Mészáros –, as “mediações de primeira ordem”, visando encontrar suas bases ontológicas; passamos pelo trabalho, valor, linguagem, estética e liberdade. De nosso ponto de vista, estas “mediações de primeira ordem”, destituídas de qualquer hierarquia de valor,

¹⁵ Segundo o pensador húngaro: “É preciso sublinhar sempre de novo que as marcas específicas do trabalho não podem ser transferidas sem mais nem menos para formas mais complexas de praxis social. (...) O fato de que o trabalho realiza materialmente a relação radicalmente nova do intercâmbio orgânico com a natureza, ao passo que as outras formas mais complexas de praxis social, na sua imensa maioria, pressupõem este intercâmbio orgânico com a natureza, este fundamento da reprodução do homem na sociedade” (LUKÁCS, 1981: 65-66).

entendidas, senão, como aquela universalidade de “complexos de complexos” (LUKÁCS, 1981), compõem uma “síntese de múltiplas determinações” e, portanto, caracterizam-se pela *auto-mediação* capaz de articular concretamente indivíduo e totalidade sócio-genérica. A partir da ontologia social buscamos, portanto, “*a reconstituição do próprio trabalho, não apenas como antagonista do capital, mas como agente soberano criativo do processo de trabalho*”, *do processo de humanização do ser social*. Esta é a verdadeira significação da *crítica prática* marxista da economia política do capital, senão, de todo o complexo de alienações, das “mediações de segunda ordem” (MÉSZÁROS, 2002: 201, *grifo nosso*).

Esclarecida a importância do resgate ontológico como antítese, como “*negação da negação*”, cabe advertir que antes de adentrarmos o debate que envolve a teoria marxiana da alienação, é necessário estabelecer alguns esclarecimentos com relação à utilização do termo. O conceito de alienação, nesse sentido, apresenta uma peculiaridade imediata muito próxima daquela “multiplicidade” de significações da liberdade. De modo geral, a alienação, como conceito “inter” e “multidisciplinar”, carrega a idéia de transmissão ou afastamento de algo ou alguém. Neste sentido, a alienação independentemente de sua origem mais ou menos religiosa, filosófica, ou científica, é sempre o estabelecimento de uma mediação ou relação, seja entre coisas ou entre homens, posta num terceiro ente. Para ilustrar a diversidade do termo *alienação* podemos exemplificar: 1) a concepção platônica, que via o mundo natural como projeção imperfeita do mundo das idéias; 2) a abordagem judaico-cristã da doutrina do pecado original e da redenção, a separação entre sagrado expresso na perfeição de Deus e profano manifesta na corrupção humana; 3) na vida cotidiana onde um indivíduo se afasta de amigos ou se alheia aos acontecimentos gerais; 4) nas teorias contratualistas, a alienação significa a transferência de poderes a uma autoridade soberana, a fim de superar os antagonismos das *vontades particulares* em prol da *vontade geral*; 5) na medicina e psiquiatria, geralmente tida como desvio da conduta normal ou insanidade mental; 6) na teoria econômica e jurídica utilizada para expressar a transferência de uma propriedade particular para outro indivíduo, seja mediante aluguel, compra, venda ou roubo; 7) no interior do idealismo alemão, alguns autores como Fichte, Schiller, Schelling ocuparam-se do tema, mas foi Hegel quem levou sua reflexão às últimas conseqüências, de maneira que a Idéia Absoluta (Espírito Absoluto), que para ele é a única realidade, é um Eu dinâmico envolvido num processo circular de alienação e desalienação, sempre em direção ao absoluto. De outra maneira, a concepção de alienação

em Hegel está ligada também, ao sentido da atividade enquanto exteriorização do trabalho, como capacidade do homem (espírito finito) produzir coisas, objetivar-se em coisas e instituições positivamente; 8) em Ludwig Feuerbach, a alienação define-se essencialmente pela crítica da *abstração*. Seja do homem (espírito finito) de Hegel, entendido como ser sensível, real abstraído na idéia do Espírito Absoluto, seja a essência humana abstraída em Deus. Em ambos os casos, para Feuerbach, a alienação é a abstração do ser imediato, sensível, carente de sua essência real na forma de outro ser, numa *mediação* entre ser e essência, ser e predicado por um terceiro ser, e, finalmente; 9) na tradição marxista a alienação refere-se fundamentalmente à não oportunidade do homem de ter acesso aos produtos de sua atividade, na subordinação do homem aos resultados de seu trabalho e à impossibilidade dos homens, devido a estes mesmos fatos, se reconhecerem como verdadeiros produtores da história (FREDERICO, 1995; RANIERI, 2001; PETROVIC, 2001; MÉSZÁROS, 2006).

Dito isso, nosso ponto de partida não poderia ser outro a não ser reafirmar que “na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu* trabalho como um objeto *estranho* estão todas estas conseqüências” do fenômeno da alienação (MARX, 2004: 81). E se a tematização sobre a *alienação* é aparentemente diluída ou vagamente retomada em obras posteriores de Marx, isso não significa uma re-orientação de sua proposição teórica, ou o deslumbre teórico com a “descoberta científica” da *mais-valia* como afirmou Engels; mas o contínuo desdobramento categorial da alienação, manifesto posteriormente como trabalho abstrato, reificação, coisificação, personificação, fetiche sem, no entanto, deixar de ser reconhecida como trabalho alienado ao homem no interior de um processo de exteriorização do ponto de vista da atividade e, ao mesmo tempo, como apropriação, do ponto de vista do capital (RANIERI, 2001). Visando desvendar as bases do *conceito-chave alienação* seguimos a enumeração marxiana onde, o trabalho alienado:

...1) estranha o homem da natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; (...) 3) do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, um *meio* da sua existência *individual*. (...) 4) uma conseqüência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem pelo [próprio] homem* (Idem, ibidem: 84-85).

Toda crítica séria não deve limitar o fenômeno da alienação apenas às suas bases objetivas imediatas, ou seja, a separação do produtor direto dos meios de produção e do produto. A própria superação, não somente do sistema sociometabólico capitalista, senão do sistema orgânico do capital, como já provou a história em outro momento, não pode ser exclusivamente resumida na palavra de ordem “expropriação dos expropriadores”. Se desejamos compreender e estabelecer as bases da crítica de tal fenômeno, é necessário ir além das meras aparências e buscar a essência de sua manifestação. De igual modo, a teoria da alienação marxiana não se limita unicamente à crítica do fenômeno, se assim fosse, se restringiria à crítica moralista e subjetivista, num eterno movimento circular. O problema da superação positiva ou da emancipação humana, tal como colocado em *A questão judaica* não se trata de uma simples questão teológica ou moral. Como nos diz Marx, cabe investigar não somente quem há de emancipar ou quem *deve* ser emancipado, senão, de “*que espécie de emancipação se trata; quais as condições implícitas da emancipação que se postula*” (Idem, 2003: 17). Mas se n’*A questão judaica* a emancipação ainda estava posta sob uma enorme influência feuerbachiana, ou seja, a superação das contradições entre *citoyen* e *bourgeois* seria resolvida pelo “retorno” do homem a sua essência (identidade sujeito-objeto), nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*¹⁶ a questão toma contornos “terrenos”:

...Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e conseqüências dessa relação (Idem, 2004: 88-89).

Nesse sentido, a necessidade da superação positiva do complexo de alienações atém-se então, a uma *necessidade histórica*, de maneira que “as atuais condições de

¹⁶ Encontramos uma posição análoga em *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*: “a dissolução da sociedade, como classe particular, é o *proletariado*”. Que, em suma representa “a *perda total* da humanidade, portanto, [esta humanidade], só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total* do homem” (MARX, 2005: 156).

produção se apresentam como *se abolindo a si mesmas* e, portanto, como colocando as *bases históricas* para um novo ordenamento de sociedade” (Idem, 1974a: 422). Se a necessidade da alienação é definida naqueles termos da passagem da “dependência pessoal” a “dependência *em relação às coisas*”, passagem que tem como momento, tanto a liberação política como a liberação da individualidade, seus limites esbarram no fosso crescente entre o indivíduo – abstraído de seus verdadeiros *nexos* sociais – e a totalidade humano-genérica, “com um mundo de riquezas e educação existente”, quando este não é mais capaz de contemplar “a si mesmo num mundo criado por ele”.

2.1.1 – O homem alienado da *natureza*

A primeira das quatro características do trabalho alienado ou estranhado, a o homem alienado da *natureza*, expressa a relação do trabalhador com o *produto* de seu trabalho, com o “*mundo exterior sensível*”, a relação de reciprocidade dialética entre objetivação e apropriação.

Antes de mais nada, torna-se indispensável um breve esclarecimento acerca do termo *natureza*, tal como utilizado por Marx. A “natureza”, em primeiro lugar, não se restringe ao meio ambiente tomado em si mesmo, ou seja, em sua acepção literal. Em segundo lugar, esta não coincide com toda e qualquer “nostalgia romântica” de um estado de primitivismo longínquo e pitoresco e; em último lugar, muito menos com uma fixação “naquele vazio da sociedade burguesa” na forma de uma “natureza humana” a-histórica, do homem *egoísta* e voltado essencialmente para a *troca*, como considera a economia política. Esta natureza, então, tem sua confirmação na *continuidade ontológica* de que o homem “desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio”. De tal maneira, o homem mediante o trabalho – atividade consciente transformadora da realidade objetiva nos valores de uso necessários à reprodução humana – marca o salto para fora da natureza imediata e, portanto, como este mesmo homem é parte *movente* e *movida* da natureza¹⁷, esta por seu fim, revela-se ao indivíduo como “natureza *antropológica* verdadeira” ou “*segunda natureza*” (Idem, 2004: 112).

Dito isso, retornamos ao conjunto de questões relativas à *relação sujeito-objeto*. O trabalho, “*atividade vital*”, realiza no ser social o distanciamento do objeto, sua atividade

¹⁷ “Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza” (MARX, 2004: 84).

torna-se, de tal maneira, atividade reflexiva, pois ao exteriorizar sua subjetividade ele se defronta com uma *nova* objetividade (extensão objetiva de sua existência subjetiva) e, a partir da apropriação da “natureza humanizada” transforma a si mesmo. É essa relação de reciprocidade dialética entre sujeito e objeto que afirma o homem como o *ser universal da natureza*. De outro lado, essa mesma relação de objetivação e apropriação, mesmo constituindo o processo de humanização, no interior de relações de dominação, emerge simultaneamente como processo de desumanização. A passagem da “dependência pessoal” a “dependência *sob as coisas*” delimita com precisão tal realidade:

...A dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais da produção material quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela. Mas, justamente porque relações de dependência constituem a base social dada, os trabalhos e produtos não precisam adquirir forma fantástica, diferente de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e pagamentos em *natura*. A forma natural do trabalho, sua particularidade, e não, como na base da produção de mercadorias, a sua generalidade, é aqui a sua forma diretamente social. A corvéia mede-se tanto pelo tempo quanto o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que é certa quantidade de sua força pessoal de trabalho que ele despende no serviço do seu senhor. O dízimo, a ser pago ao cura, é mais claro que a bênção do cura. Portanto, como quer que se julguem as máscaras que os homens, ao se defrontarem aqui, vestem, as relações entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho (Idem, 1983a: 74).

Nas “sociedades naturais” ou pré-capitalistas, o fenômeno da alienação era uma realidade, os limites de movimento e desenvolvimento tanto do indivíduo quanto da comunidade eram dados imediatamente pela estrutura social, sob o véu da divindade, da consangüinidade e/ou da política, mas do princípio ao fim de sua atividade, o indivíduo se reconhece tanto no ato como no resultado desta. A questão é que paralelamente ao desenvolvimento da universalidade e ampliação da liberdade de suas relações, o trabalho, na “primeira formação social pura” ou capitalismo, tornou-se apenas “um meio para criar riqueza em geral” e, essa mesma riqueza social reificada defronta o indivíduo como algo exterior e independente dele, uma *objetividade absoluta*, que se apresenta de tal maneira que “os indivíduos são agora dominados por *abstrações*, enquanto que antes dependiam uns dos outros” (Idem, 1974a: 92). No entanto, como veremos nos demais itens, a

alienação não se restringe apenas a objetividade exterior estranhada, senão a transmissão para segundo plano das relações essencialmente humanas.

2.1.2 – O homem alienado de *si mesmo*

A segunda característica do complexo de alienações se contrapõe àquela característica marcante da individualidade que já avaliamos “positivamente” em outro momento, como possibilidade objetiva do desenvolvimento da individualidade livre e universal, uma vez que esta não forma uma unidade imediata com as condições de existência, não é fatalmente pré-determinada. Sua “negatividade” vem à tona, portanto, quando verificamos que a ruptura com as “relações sociais naturais” se efetiva mediante a *universalização* da propriedade privada móvel contra a propriedade privada fundiária. No momento dessa ruptura ou *transição* de espécie de propriedade e dominação, o próprio conceito de “homem” foi popularizado por aqueles que combateram o poder feudal e sua ideologia, porém, o paradoxo de tal combate “é que nos escritos desses pensadores antifeudais o conceito de homem não é apresentado para *negar* a alienação, mas para *afirmá-la* e mantê-la, embora de forma diferente. Eles afirmavam o princípio da alienação e alienabilidade numa forma *universal*, estendendo sua esfera a todos os aspectos da vida humana”, tudo em nome do “*homem*” (MESZÁROS, 2006: 125).

Nesse sentido, a alienação do homem de *si mesmo*, “o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa”. Mas, por outro lado, “esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmo depois que todos os meios de produção e todas as garantias de sua existência oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados” (MARX, 1984a: 262). A contradição, apenas para mencionar novamente a questão da “liberdade”, não poderia ser maior. De um lado, a proclamação da Liberdade e dos Direitos do Homem, de outro, a subordinação de massas inteiras por meio das mais inescrupulosas desumanizações (desde marcação com ferro em brasa, até festivos enforcamentos dos “vagabundos” em praça pública). É esta contradição que leva o jovem Marx a questionar enfaticamente de “*que espécie de emancipação se trata*”. Portanto, a socialidade capitalista se estabelece sobre os princípios da *igualdade formal*, porém, tendo como resultado inevitável a *desigualdade substantiva* entre os indivíduos, o “segredo” da relação-capital reside no fato de que o “processo de objetivação [do trabalho] se apresenta

como processo de alienação do ponto de vista do trabalho, e como apropriação do trabalho alheio do ponto de vista do capital” (MARX, 1974b: 395). Detrás dessa “suposta” *troca de equivalentes* ou *troca justa*, o ser social, antes de realizar sua humanidade, realiza *a priori* o mercado, a mais-valia, a reprodução do capital. É como se todos os dias o trabalhador acordasse de “sonhos intranquilos”, metamorfoseado num inseto monstruoso tal qual o herói kafkiano, onde este “só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito na habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal” (Idem, 2004: 83).

O “desvendamento” do processo de alienação de si ou *auto-alienação* é crucial para se pensar na superação positiva da alienação, uma vez que a *socialidade do trabalho*, (uma condição ontológica indispensável justamente pela contínua ampliação das relações e poderes humanos), é demasiadamente confundida e mistificada pela *divisão capitalista do trabalho*, locus da “sedimentação da atividade social (...) que escapa a nosso controle, que levanta uma barreira diante de nossa expectativa e destrói nossos cálculos” (MARX, ENGELS, 2007: 56).

2.1.3 – A alienação de seu *ser genérico*

A terceira característica – a alienação do homem com relação ao seu *ser genérico* – tem como eixo fundamental a *cisão artificial* da relação de reciprocidade dialética entre indivíduo singular e gênero humano-social. Como já vimos, o conceito de gênero humano-social é definido pelos os acúmulos e aquisições do desenvolvimento humano ao longo do processo histórico à sua plena realização e, firmar a totalidade do desenvolvimento social resultante de tal processualidade como algo *dado* em si mesmo, termina, necessariamente, num grande equívoco; portanto, a universalidade humano-social só existe enquanto unidade e articulação das diversas particularidades, sempre em movimento recíproco e mediado. Assim, “o crescimento da ‘capacidade vital’ da sociedade no seu todo implica também – ainda que de forma contraditória, desigual, repetimos – o crescimento e aprofundamento das capacidades individuais” (LESSA, 1995: 41). Os dois pólos do ser social, individualidade e generalidade, não correspondem a esferas ontológicas antagônicas, senão a inter-relação necessária ao desenvolvimento a níveis cada vez mais complexos de socialidade. Em contrapartida, sob o domínio e a exploração capitalista, a atividade humana individual é limitada em suas potencialidades, pois esta mesma atividade

é remetida à produção de riqueza social reificada. Sua atividade vital é entorpecida e fragmentada, pois se o mundo das objetivações humanas se transforma num mundo *coisificado*, a individualidade abstrata torna-se a única garantia de existência.

A redução do ser social a *homem que trabalha abstratamente* inverte o pressuposto elementar de que “o objeto do trabalho é, portanto, a *objetivação da vida genérica do homem*”. Na medida em que a atividade humana auto-mediada é exteriorização e apropriação genérica, mesmo que a atividade encerre-se numa manifestação de vida mais *particular* ou mais *universal*, devido a preponderância das “mediações de segunda ordem” nas formas fetichizadas de salário, valor de troca e propriedade privada, estas fazem da existência singular o único meio de existência humana e, portanto, “transforma sua vantagem com relação ao animal na desvantagem” (MARX, 2004: 85). Ou, segundo a reflexão de Mészáros, “a mera individualidade exige apenas *meios* para sua *subsistência*, mas não formas especificamente humanas – humanamente naturais e naturalmente humanas, isto é, *sociais* – de auto-realização, as quais são ao mesmo tempo manifestações adequadas da atividade vital de um *Gattungswesen*” (MÉSZÁROS, 2006: 80). De acordo com os fundamentos ontológicos do ser, a redução da individualidade ou singularidade a único meio de existência, aparentemente desprovido de um nexos social real e ampliado, corresponde exatamente àquele *anacronismo histórico-social*, onde mesmo após o salto ontológico ao gênero humano-social *articulado*, mediante tanto pelo estranhamento da coisa, como pela auto-alienação, o ser social limita-se ao *mutismo originário* da existência enquanto *exemplar da espécie*.

Assim sendo, se a totalidade concreta só existe enquanto unidade e articulação das diversas particularidades, somente o indivíduo concreto (particularidade) em seu processo social cotidiano é capaz de realizar a *unidade* entre vida individual e vida genérico-social, produção e consumo, meios e fins. Tal unidade essencial não corresponde, portanto, nem à diluição dos indivíduos num *sujeito coletivo absoluto ou transcendental* ou, muito menos na *independência total destas mesmas individualidades diante da totalidade social*. O homem é um “animal que só pode individualizar-se em sociedade”, justamente pelo fato de que o desenvolvimento genérico-social vem a se traduzir no desenvolvimento da vida de cada indivíduo; mas mesmo nesta “individualização” (nesse caso seria mais correto “individuação”) a unidade tem sua manifestação concreta no “retorno pleno, tornado

consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem *social*, isto é, humano” (MARX, 1974a: 4; 2004: 105).

2.1.4 – O homem alienado do *homem*

Se a terceira característica foi formulada com respeito à relação do *homem com a humanidade* em geral (a alienação da “condição humana”), a quarta característica é considerada por Marx do ponto de vista da relação do homem com *os outros homens* (MÉSZÁROS, 2006). Na medida em que o produto, a atividade e a própria existência humana existe somente como *meio* de enriquecimento da objetividade absoluta do capital, os homens se postam frente a si mesmos “como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior”.

Neste ponto, deparamo-nos mais uma vez com o paroxismo do despotamento da individualidade no interior das sociedades capitalistas. A individualidade ao se liberar das limitações político-naturais, alcança a liberdade e a universalidade das relações e, é capaz de adquirir por sua atividade autonomia “relativa” pela ampliação dos poderes humanos, porém, a *liberdade* é a liberdade de venda e compra da força de trabalho e a *universalidade* é a universalidade da produção de mercadorias. Assim, como bem manifesta Marx n’*A questão judaica*, a sociedade capitalista “faz [com] que todo homem encontre noutros homens não a realização de sua liberdade, mas, pelo contrário, a limitação desta. (...) O limite dentro do qual o homem pode mover-se *inocua*mente em direção a outro é determinado pela lei, assim como as estacas marcam o limite ou linha divisória entre duas terras” (MARX, 2003: 36-35).

Encontramos ainda em *A questão judaica* e também nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* alguns elementos que fornecem pistas preciosas para a compreensão do fenômeno. A reivindicação e crítica central da primeira obra é a *emancipação humana* de sua *essência alienada*, porém, enquanto esta é visivelmente marcada pela influencia de Feuerbach, a segunda, além da aproximação de Marx com a economia política e do movimento operário francês, marca o momento da ruptura com Feuerbach e uma aproximação velada com Hegel. Mas quando lemos *emancipação* em ambas as obras, não se trata de qualquer emancipação. É partindo da contradição expressa entre as declarações dos Direitos do Homem e a “aparente” emancipação francesa do jugo absolutista,

momento histórico da emancipação política, que leva Marx a equiparar a antinomia da autonomização do Estado na *comunidade política* e, da privatização dos indivíduos com seu direito à propriedade na *sociedade civil*. Assim, segundo Marx, a emancipação política, tal como realizada pela Revolução Francesa, antes de exprimir a *unidade* entre os indivíduos, aprofundou o processo de *separação* do homem em relação ao homem. Portanto, a emancipação política não encerra as possibilidades objetivas de liberdade, senão que reduz esta ao direito de “dissociação, o direito do indivíduo *delimitado*, limitado a si mesmo” (Idem, 2003: 35). E, na redução de tudo a critérios quantitativos de propriedade das coisas, complementa: “as qualidades do dinheiro são minhas – [de] seu possuidor – qualidades e forças essenciais. O que eu *sou* e *consigo* não é determinado de modo algum, portanto, pela minha individualidade” (Idem, 2003: 35; 2004: 159). O homem alienado do *homem*, essa redução do outro ser social a simples meio de satisfações privadas, encerra-se em sua essência, tanto na forma de possuidor de força de trabalho ou na forma de possuidor de dinheiro; característica do fenômeno da alienação que não se hierarquiza sobre as demais, senão afirma sua tendência histórica de maximização na consciência e prática social dos homens, tornando-os personificações do trabalho e do capital, antagonismo indissolúvel sob o metabolismo social universal do capital.

2.2 – As *personificações* como maximização da tendência histórica à alienação

É evidente que esses aspectos da alienação como retratamos nos subitens logo acima, não podem ser entendidos isoladamente ou a partir da construção de hierarquias entre eles; mas sim em íntima relação recíproca e complementar, pois todos possuem como fundamento o “trabalho”, a “*atividade vital*” do ser social, e mais precisamente sua manifestação historicamente superável, o “trabalho abstrato”. Mas, existe outra questão que marca a peculiaridade deste fenômeno social, expressa no fato de que “o capitalismo não se caracteriza simplesmente pela alienação e reificação, mas também pela *maximização da tendência à alienação*” (MÉSZÁROS, 2006: 228). Tal assertiva merece um exame mais detalhado e, por isso, de nosso ponto de vista o conceito de *personificação* – tanto do trabalho como do capital – pode trazer grandes contribuições à crítica da alienação. Isso não traduz de modo algum a manifestação ou ascendência de *novas formas contemporâneas de alienações ou estranhamentos*, se posto de tal modo, esta se estenderia

ad infinitum, portanto, acreditamos mais em seu aprofundamento na experiência da vida cotidiana.

A respeito desta última afirmação, cabe uma observação em separado. São muito difundidas hoje teses que postulam a passagem do modelo produtivo taylorista-fordista a um modelo produtivo flexível, pós-taylorista, pós-fordista. Marcada essencialmente pelo fim do “despotismo” de fábrica ou empresa, do trabalho rotineiro, desantropomorfizado, entorpecido intelectualmente e quase exclusivamente fabril e o início de uma “nova era” do trabalho, agora “desmaterializado”, multidimensional, inteligente e participativo. Entre tais teses, destacamos a elaboração de Antonio Negri sobre o “trabalho imaterial”. O “conceito” de *trabalho imaterial* é dividido em duas formas fundamentais: 1) a primeira refere-se ao trabalho que é primordialmente intelectual ou lingüístico, onde são produzidas idéias, símbolos, códigos, formas lingüísticas, produtos culturais etc.; 2) a segunda corresponde ao “trabalho afetivo”, sendo que este tipo de trabalho “produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão”. Sob tal perspectiva, Negri e seu colaborador, Hardt, afirmam que, “a alienação efetivamente constitui um fator útil para entender a exploração”, porém, após a hegemonia do trabalho imaterial, este pode ser vivido “de uma maneira extremamente alienante: estou vendendo minha capacidade de estabelecer relações humanas, algo extremamente íntimo, manipulado pelo cliente e o patrão”. A questão se obscurece quando estes colocam que “a alienação nunca foi um bom conceito para entender a exploração dos operários de fábricas” (NEGRI, HARDT, 2005: 153). Fica a “lacuna” do *quê* exatamente estes autores entendem por *alienação*, mas ao que tudo indica estes a identificam com *exploração e com novas formas de alienação*. O raciocínio dos autores, em parte é correto, a exploração do trabalho expressa na mais-valia corresponde justamente à parte do *trabalho não-pago*, ao valor excedente apropriado pelo proprietário privado, que está além do suficiente à manutenção da existência do trabalhador. Mas, de outro lado, seu raciocínio depara-se com contradições insolúveis, por desconsiderar a *complexidade do fenômeno da alienação e, inclusive identificá-lo com exploração*. Escrevem o seguinte:

...Para Marx, a exploração é definida em termos de quantidades de tempo de trabalho, exatamente como a teoria do valor. (...) O tempo de trabalho excedente e a mais-valia produzida nesse período constituem a chave da definição marxiana de exploração.

Essa medida temporal deu a Marx um claro e conveniente arcabouço em sua época, à luta dos trabalhadores para encurtar a duração da jornada de trabalho (Idem, ibidem: 198).

Mas, se a luta da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho era “clara” e “conveniente” à época de Marx, e sua conquista foi um marco “social” das lutas de classes e não um marco “moral” da classe capitalista; a questão em volta da jornada de trabalho se transforma radicalmente no paradigma da imaterialidade “quando a produção tem por objetivo resolver um problema, no entanto, ou criar uma idéia ou uma relação, o tempo de trabalho tende a se expandir para todo o tempo de vida” (Idem, ibidem: 154). Assim, em nome de uma imperiosa necessidade de “recortar” e “reestruturar” a teoria marxiana e marxista, os autores em questão, identificam a alienação à apropriação do excedente e, mais nada. É muito interessante verificar que estes tendem a desqualificar o próprio arcabouço teórico em que se fundamentam, de modo que a invasão da lógica do valor na vida cotidiana, a falta de dimensões e rupturas entre tempo de trabalho (abstrato) e tempo de não-trabalho, *para quem e por quê* se produz uma idéia, se resolve um problema ou se cria uma relação, permanece intocada justamente porque os autores definem o trabalho imaterial como autonomia, liberdade e cooperação. De nosso ponto de vista, tais fatos caracterizam claramente, não somente a prevalência da lei do valor-trabalho, mas também, reafirmam a alienação, não como *novidade social de um trabalho mais “intelectualizado”*, mas como *essência* do sistema orgânico do capital.

Dando continuidade, apenas mencionar tal fato, deixa aberta a lacuna do *como é possível* a efetivação da tendência à maximização do fenômeno e, se pretendemos avançar no desenvolvimento de nosso raciocínio, cabe retomar dois conceitos desenvolvidos por Mészáros a fim de compreender com maior exatidão este aprofundamento da tendência à alienação. Já mencionamos no capítulo anterior o conceito de *mediações de primeira ordem*, passemos, então, à sua definição e seu complemento de contramão, as *mediações de segunda ordem*, momento de nossa dissertação em que estes são capazes de dar fôlego à crítica da alienação. Encontramos n’*A teoria da alienação em Marx* a primeira tentativa de formulação das *mediações de primeira e segunda ordem*, porém, estas ainda estão colocadas de forma “inacabada”, isto não por uma deficiência do conceito ou de seu autor, mas pelas próprias preocupações da obra, que se ocupa da leitura minuciosa da *síntese in statu nascendi* marxiana. De tal maneira, Mészáros as expõem nos seguintes termos:

...“mediação de primeira ordem” – a atividade produtiva como tal – é um fator ontológico absoluto da condição humana. (...) “mediações de segunda ordem” (propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho) uma “mediação da mediação”, isto é, uma mediação *historicamente específica* da automediação *ontologicamente fundamental* do homem com a natureza (MÉSZÁROS, 2006: 78).

Somente mais tarde, tais conceitos recebem acabamento preciso (em *Para além do capital*) e, segundo o autor, as formas essenciais das mediações de primeira ordem “abrangem as relações em cujo quadro tanto os indivíduos da espécie humana como as entrelaçadas condições culturais/intelectuais/morais/materiais cada vez mais complexas de sua vida são reproduzidos segundo a margem de ação sócio-histórica disponível e cumulativamente ampliada” (Idem, 2002: 212-213). Sobre as mediações primárias já discorremos no primeiro capítulo quando resgatamos as bases ontológicas da ação e do pensamento humano e, deste modo, evidenciamos alguns dos complexos indispensáveis à reprodução e continuidade social como, por exemplo, trabalho, valores, linguagem, estética e liberdade. Quanto às *mediações de segunda ordem*, Mézáros coloca sua definição partindo desde a *família nuclear* que reproduz o conjunto legislativo do Estado capitalista, como herança e direito de propriedade; *meios alienados de produção* e suas “personificações”; o *dinheiro* desde suas manifestações mais primitivas até as altamente fetichizadas como o sistema global financeiro; a ampliação contínua dos “*apetites imaginários*” aumentando consideravelmente o fosso da disjunção radical entre necessidades humanas e imperativos de acumulação do capital; o *trabalho assalariado* estruturalmente separado da possibilidade de controle; as variações dos *Estados do capital* em sua hierarquia global de exploração e dominação, e, finalmente; o incontrolável *mercado mundial*, firmando a estrutura hierárquica de exploração e dominação entre os diversos Estados nacionais, sempre rivais e, portanto, propagando as sementes de conflitos cada vez mais destrutivos (Idem, *ibidem*).

Colocado o sentido e a distinção conceitual das mediações genuinamente humanas e aquelas especificadas como “mediação da mediação” podemos prosseguir nossa exposição. A possibilidade objetiva do aprofundamento ou maximização da tendência histórica à alienação torna-se efetiva graças às mediações de segunda ordem do capital que *alteram* cada uma das formas primárias de mediações tornando-as, em seu sentido mais essencial, *quase* irreconhecíveis, a fim de “adequar-se às necessidades expansionistas de

um sistema fetichista e alienante de controle sociometabólico, que subordina absolutamente tudo ao imperativo da acumulação de capital” (Idem, ibidem: 213). É interessante destacar, que esse desenvolvimento dos poderes sociais e sua contradição interna, ou seja, marcado pelo processo paralelo e paradoxal de humanização e alienação, está em plena consonância com o método dialético de dissecação da mercadoria em *O Capital*, ou seja, a mercadoria a princípio é algo “trivial”, mas analisando-a, “vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” e, assim, deturpa e distorce o mundo humano, e o *valor* da mercadoria só existe pela supressão e secundarização de seu *valor de uso*.

A confirmação desta assertiva acerca da “alteração” fetichista das mediações primárias, que expressa a maximização da tendência histórica à alienação, ganha concreticidade e visibilidade quando levamos em consideração a relação de reciprocidade dialética entre produção e consumo, que constituem momentos do trabalho e da humanização. No subitem 1.2 do primeiro capítulo, “*trabalho e humanização*”, concebemos a atividade produtiva de transformação consciente do real com vistas à satisfação de necessidades, (sejam mais particulares ou mais universais), como lugar privilegiado do processo ontocriativo do ser social e, também, que esta mesma atividade não se encerra na unidade imediata entre sujeito e objeto, o consumo dos resultados desta atividade, enquanto atividade reflexiva ocupa lugar análogo no interior desta mesma processualidade. Então, como ressaltou Marx, “a produção não apenas produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto”. Sobre este ponto, a reciprocidade dialética entre produção e consumo como partes moventes e movidas do processo ontocriativo de humanização, é alterada ou desfigurada pelo sistema de metabolismo social do capital de maneira que se torna, portanto, “hábito tratar o consumo como algo *passivo* e meramente *individualista*”. Essa “passividade” então subordina “todas as principais funções da sociedade – desde a produção industrial até a educação e a arte – à tarefa de encher cestos, ignorando os efeitos anti-humanos desse processo”, relegando o consumo àquele elogio banal do *novo supérfluo*, à espera da moda da próxima estação. Basta ter em mente que o capitalismo contemporâneo tem entre suas diversas demandas por flexibilização a *flexibilidade dos produtos*, alcançando, assim, um estágio inédito de *disjunção radical* entre a satisfação de necessidades genuinamente humanas e necessidades de auto-reprodução do capital; em termos mais precisos, esta dura realidade é apresentada

pelo ideal de acumulação sempre através de termos vagos e eufemismos cínicos como “qualidade total” dos produtos. Produto que em sua manifestação concreta contradiz sua denominação mais otimista, uma vez que num ambiente de concorrência acirrada as empresas, em face da necessidade de reduzir o tempo entre produção e consumo (circulação em geral), terminam por *reduzir seu tempo de vida útil*, incentivando ao limite essa tendência *destrutiva* do valor de uso das mercadorias. Por outro lado, no que diz respeito ao mercado mundial, nos centros capitalistas estimula-se ao máximo o consumo perdulário e predatório, enquanto nas demais periferias capitalistas milhões de seres humanos são condenados à miséria extrema (ANTUNES, 2003). Finalmente, a abstração das necessidades genuinamente humanas por intermédio da circulação de uma “grande coleção de mercadorias” descaracteriza a proposição ontologicamente fundada de que “os fatores sociais e individuais estão intimamente interligados, tanto no consumo como na produção”. É a propriedade de inverter a determinação real das relações sociais, no caso a relação entre produção e consumo, que transforma a socialidade capitalista num “hieroglifo social” retirando do horizonte a máxima de que “a necessidade de consumo é, ao mesmo tempo, também uma necessidade de produção e, inversamente, a necessidade de produção é simultaneamente também uma necessidade de consumo” (MÉSZÁROS, 2006: 186-187).

Se apresentamos a tendência histórica de maximização da experiência da alienação na vida cotidiana a partir da “trivialidade” da relação produção-consumo, podemos aprofundar essa questão tomando por base a liberação e formação dos traços constitutivos da moderna individualidade capitalista. Por um lado, já vimos que a individualidade, mesmo nas sociedades pré-capitalistas ou sociedades naturais, ao contrário do que muitos inimigos e vulgarizadores do marxismo consideram, é uma realidade insuprimível do ser social. Os limites desta mesma individualidade, assim, eram dados por sua condição de membro e sua dependência imediata em relação à comunidade; sua relação com a totalidade social lhe defrontava como uma determinação natural dada para sempre pela tradição, política ou religião etc. Neste sentido, o próprio desenvolvimento das condições objetivas (intercâmbios, meios de produção e relações diversas) surge como *força desagregadora* da socialidade limitada da tribo, comunidade, pólis ou feudo. De outro lado, colocamos que o *processo de individuação* (ou seja, a formação da individualidade consciente de sua *personalidade*), tem seu primeiro ápice na efetivação da segunda formação social ou sociedade capitalista. Tal sociedade tem sua fundamentação na

destruição de todas as relações sociais ditas “naturais” que uniam indivíduo, comunidade e condições objetivas de produção, onde “tudo que era sagrado é profanado”. Ao ser social, sua socialização e individuação, são dadas na primeira formação social pela condição de “membro da comunidade” e, na segunda pela condição de “proprietário privado”. Vejamos isso mais de perto.

Antes de continuarmos, porém, é necessária uma breve advertência sobre o *significado de capital*. Repetidas vezes alertamos que as *sociedades naturais* (pré-capitalistas), possuem as determinações sociais obscurecidas pelo véu das limitações objetivas que a estruturam, porém, isso não significa que o *capital* seja um sistema sociometabólico surgido somente no decurso dos últimos quatro ou cinco séculos. *Capital usurário e capital comercial* são formas econômicas pré-capitalistas marginais, existentes, fundamentalmente no processo de circulação simples de mercadorias ($M - D - M'$), onde realizam a captação do excedente, por meio de trocas não-equivalentes, um exemplo clássico de tal captação é o *entesouramento*. Somente após a destruição de todas as “sacralidades” pôde o *capital industrial* prevalecer (sempre ao lado de uma “multiplicidade de capitais”, formando o que Marx definiu como “o capital em geral”) como sistema de metabolismo socioeconômico, através da dominação do processo de *produção* gerador de sobre-produto na circulação de dinheiro como capital ($D - M - D'$) (CHASIN, 1987). De acordo com isto, a formação da primeira sociedade puramente social é apresentada nos seguintes termos: a) a produção para a troca é dominante; b) a própria força de trabalho baixa à condição de mercadoria; c) a motivação de *lucro* é a força reguladora fundamental da produção; d) o mecanismo vital de formação de mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica (o que legitima, justifica e obscurece a dominação. Por exemplo, os trabalhadores tendem a acreditar que pelo fato de a empresa ou meio de trabalho pertencer a outrem, essa relação de subordinação é mais do que natural, como necessária); e) a mais-valia é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista, e; f) o sistema capitalista tende, devido aos seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, à integração global, por intermédio do mercado internacional, condições objetivas da “história *universal*” (o que representa um dinamismo inimaginável e uma deficiência fatídica) (MÉSZÁROS, 2002).

Dito isso, cabe questionar que tipo de individualidade que foi libertada e consumada no trânsito histórico dos últimos séculos, e destarte, como ela confirma a maximização à tendência histórica à alienação, uma vez que, efetiva-se o *capitalismo* pela encarnação das *personificações* do trabalho e do capital: proprietários *privados*, postos em *concorrência* (CHASIN, 1987). Adotamos o termo *personificação* emprestado de Marx em *O Capital* que, posteriormente, foi retomado em *Para além do capital* por Mészáros. Sua significação precisa só faz sentido quando imersa no conjunto das determinações estruturais do sistema de metabolismo universal do capitalismo e suas mediações de segunda ordem, como argumentou Marx, “aqui só se trata de *pessoas* à medida que são personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesse”. Deste ponto de vista, o processo de reificação, coisificação ou personificação, exposto por Karl Marx no capítulo IV d’*O Capital, transformação do dinheiro em capital*, resume as condições em que circulam no mercado e se reafirmam as personificações:

...como pessoa, ele [o trabalhador] tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode à medida que ele coloca à disposição do consumidor [o capitalista] apenas provisoriamente, por prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação (MARX, 1983: 139).

Temos, de um lado, a construção da identidade fragmentada de um dos pólos das *personificações*, o “trabalho”, que tende no nível imediato a inverter a aparência pela essência, naquela crença de que a empresa e/ou meios de trabalho, por pertencer a outrem, é mais do que “natural” que este venda sua força de trabalho. Portanto, como o trabalho abstrato só existe na relação-capital, “a ‘escravidão assalariada’ é *internalizada* pelos sujeitos trabalhadores e não tem de ser imposta e constantemente reimposta *externamente* a eles sob forma de dominação política, a não ser em situações de grave crise”, assim, a *personificação do trabalho* entende a defesa da relação-capital como a defesa de si mesma (MÉSZÁROS, 2002: 102-720-721). Por outro lado, o “consumidor” da força de trabalho ou a *personificação do capital* existe “funcionando no processo de produção apenas como *portador do capital*” (MARX, 1985: 272). É indiferente se é este ou aquele *nome* que inflige miséria, exploração ou dominação a toda uma classe de indivíduos, senão, como bem escreve Mészáros, a *personificação do capital* deve ser entendida “como ‘valor egoísta’ (...) uma vontade, não no sentido do ‘capricho individual’, mas no de definir como

sua finalidade internalizada a realização dos imperativos expansionistas do capital¹⁸” (MÉSZÁROS, 2002: 720). Detrás desta “suposta” troca de equivalentes ou *troca justa*, o ser social, antes de realizar sua humanidade, realiza *a priori* o mercado, a reprodução e valorização do capital. Tal realidade nos leva a acreditar que a “superioridade¹⁹” do trabalhador em relação ao capitalista reside neste *núcleo* da alienação. Ambas as classes ou personificações estão subsumidas a este processo dinâmico de valorização do capital, a este *poder objetivo que por eles está sendo personificado*, porém, o experimentam e o vivem distintamente e de maneira antagônica. Enquanto a alienação do capitalista se efetiva mediante sua subsunção contínua à lógica do valor, a constante regulação da produção de valor excedente, da concorrência e da acumulação, que lhe defronta como poder *estranho* ao qual deve necessariamente se subordinar “sob pena de ruína”, o mesmo capitalista encontra, em contrapartida, sua satisfação e realização na apropriação do trabalho *alienado*²⁰. Sua participação na totalidade social se limita à expropriação, valorização e acumulação das potencialidades fragmentadas do *gênero humano em-si*. Para o trabalhador, a *alienação*, o *estranhamento* de sua vida efetiva-se mediante sua subsunção aos mesmos “mecanismos de mercado” que defrontam o capitalista e que estes infligem uns sobre os outros e, finalmente, sobre o trabalho; porém, a subsunção do trabalho ao capital, manifesta a “existência *abstrata* do homem como um puro *homem que trabalha* e que, por isso, pode precipitar-se diariamente de seu pleno nada no nada absoluto e, portanto, na sua efetiva (*wirkliche*) não-existência” (MARX, 2004: 93). Este lado das personificações, não se satisfaz nem se realiza em seu trabalho, se resume somente a um *meio* para um *fim*.

¹⁸ Encontramos n’*O Capital* a seguinte passagem: “como fanático da valorização do valor, ele força sem nenhum escrúpulo a humanidade à produção pela produção. (...) Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista faz do contínuo aumento do capital investido numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas” (MARX, 1983: 172).

¹⁹ *Superioridade* no sentido de que “uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-la a todas – o que é, em suma, a *perda total* da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total* do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o *proletariado*” (Idem, 2005: 156).

²⁰ Sobre isso encontramos a seguinte passagem em Marx: “Ele [o capitalista] lucra não apenas daquilo que recebe do trabalhador, mas também daquilo que lhe dá. O capital *alienado* no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores” (Idem, 1984a: 157, *grifo nosso*). O consumo individual é parte fundamental da “re-transformação” dos meios de subsistência em capital.

Mas não devemos deduzir ou concluir a partir do conceito “personificação” a identidade plena e absoluta entre *alienação* e *ser social*, entre *produtor* e *produto*. Colocamos logo acima que produção e consumo não são contrários nem idênticos, senão uma relação complementar e indissociável do processo ontocriativo do “fazer homem do homem”. Por este motivo advertimos no primeiro capítulo sobre as graves implicações da “identidade sujeito-objeto”, ressaltando enfim, a necessidade ontológica da unidade *sempre* mediada entre sujeito e objeto. As personificações do trabalho e do capital não são idênticas à objetividade absoluta do capital, senão, são subsumidas aos imperativos desta relação social posta sob *coisas*, e assim, “evidencia-se uma diferença entre a vida de cada indivíduo, enquanto se trata de sua vida pessoal, e essa mesma vida subsumida a uma determinada ramificação do trabalho e às condições correspondentes” (MARX, ENGELS, 2007: 104). Quando insistimos no problema da relação sujeito-objeto que confronta o trabalho, não temos por objetivo uma discussão filosófica de uma mítica “identidade sujeito-objeto” hegeliana na história em geral. Senão, buscar as bases práticas tangíveis para “remover a contradição paralisante por meio da qual o sujeito real da produção é tratado pelo capital – a objetivação alienada do trabalho convertida no poder controlador e ‘sujeito predominante’ do processo de trabalho – como objeto degradado do processo de reprodução societal e ‘acessório isolado vivo’ da maquinaria produtiva do capital no presente estágio do desenvolvimento histórico” (MÉSZÁROS, 2002: 716-717). Nas últimas décadas do século XX, em meio à crise estrutural e as respostas a esta mesma crise na forma de diversas *experiências produtivas* em todo globo, tendo como resultado tanto o aumento da composição orgânica do capital, quanto do desemprego estrutural, a ideologia dominante tratou de disseminar valores que realçam a *positividade* da competição em todos os níveis da socialidade como fator de desenvolvimento econômico e social. Porém, como bem resume André Gorz, trata-se de um círculo vicioso de extração de mais-trabalho e valorização do capital, de modo que:

...quanto mais eles [as personificações] se identificam ao trabalho e aos sucessos de sua empresa, mais contribuem para produzir e reproduzir as condições de sua própria sujeição, para intensificar a concorrência entre as firmas e, portanto, para tornar mortífera a corrida ao rendimento, mais pesadas as ameaças que pairam sobre o emprego de todos – o deles inclusive –, mais irresistível a dominação do capital sobre os trabalhadores e sobre a sociedade (GORZ, 2004: 57).

O conceito de *personificação*, tal como apresentamos aqui, não deve ser entendido, nem como uma “nova” manifestação da alienação e, muito menos, com um conceito universal além do *conceito-chave*, senão, que de nosso ponto de vista, apresenta uma capacidade explicativa através da articulação dos quatro aspectos que compõem a complexidade do conceito-chave alienação e da própria dinâmica das lutas de classes. Nesse sentido, o conceito de personificação do trabalho e do capital é capaz de ampliar o entendimento de que a alienação *é uma realidade não somente para a classe trabalhadora, mas também para a classe capitalista ou burguesa*; ou seja, as forças pessoais são, mediante a divisão *alienada* do trabalho, transformadas em forças objetivas do capital, são poderes sociais mantidos sempre *à sombra da incontrollabilidade*. No mesmo sentido, se o capital é um modo de atividade humana, uma relação social voltada para a contínua *valorização de valores existentes*, o fenômeno da *alienação* ou *estranhamento* não deve ser entendido como *um* dos aspectos do capital, assim, ele *é* o fundamento do capital; seja na experiência maximizada de desumanização, seja na forma de trabalho *não-pago*, a *alienação é a luta do capital* no intuito de subsumir o trabalho e a produção de riqueza, e de tal forma, sobreviver e se autonomizar enquanto “sujeito predominante” da sociedade de classes, como verdadeira *prostração ontológica*.

Capítulo 3

O capital: fundamentos da “contradição em processo”

“O movimento do capital é insaciável”

Karl Marx, *O Capital*

3.1 – O modo de controle do capital como “sistema orgânico”

Marx redigiu em *O Capital* que “todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução” e, igualmente, “se a produção tem forma capitalista, então terá a reprodução” (MARX, 1984a: 153), mas tal explanação da relação de reciprocidade dialética entre as condições objetivas de reprodução social e, também, da reprodução do capital, em sua forma mais *geral*, custou e, ainda custam diversas acusações de economicismo por parte deste autor. Porém, o fato de que a ontologia social marxiana tenha se erigido sobre os desdobramentos materiais ou econômicos da sociedade, não traduz a redução da mesma ao “economicismo”²¹. Lukács em seu texto *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*, fundamenta com exatidão uma síntese de três orientações evolutivas do desenvolvimento socioeconômico capaz de dar maior “entendimento” à explanação marxiana. Em primeiro lugar, aponta a tendência histórica do homem reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução. Em segundo lugar, a reprodução humana encontra cada vez menos “já prontas” na natureza as condições da própria reprodução, ou seja, esse processo torna-se cada vez mais social. Evidencia-se assim o “recoo das barreiras naturais”, de modo que tanto qualitativamente, quanto quantitativamente, reduz-se constantemente o papel do elemento puramente natural, quer na produção quer nos produtos. E, em terceiro lugar, o desenvolvimento econômico (como capacidade de produção e reprodução, não *imediatamente* na forma fetichizada do “mercado” e seus mecanismos), “cria ligações quantitativas cada vez mais intensas entre as sociedades singulares originariamente pequenas e autônomas, as quais no início – de modo objetivo e real – compunham o gênero humano”. Mas, tendo em mente que o progresso das capacidades humanas é permeado de contradições e nexos causais, portanto isento de uma

²¹ Trata-se, *novamente*, de uma questão de prioridade ontológica da esfera social sobre as esferas naturais.

teleologia finalista qualquer, a integração ou mundialização posta em marcha pelo mercado mundial abre aos homens, povos e nações os mais graves e áspers conflitos, mediante a própria objetividade da integração, ou seja, o capital com seu princípio de acumulação e imperativo de expansão²² (LUKÁCS, 1978: 12-13).

A tendência da “integração” ou do gênero humano como humanidade, em tal contexto, tem como “meio” ou “objetividade” o capital; a integração social via mercado mundial, em sua manifestação historicamente mais adequada, *o capitalismo*, carrega consigo uma complexidade que foi muito pouco compreendida fora dos círculos marxistas. Já manifestamos em outro momento, que as trocas e, inclusive o dinheiro, não se desenvolveram no interior das comunidades, senão que no interstício entre as diversas comunidades e, também, que o capital é uma categoria histórica dinâmica, porém, em determinados momentos a relação-capital se apresenta como uma *relação subordinada* ao domínio tradicional, religioso ou político etc.. Sobre isso, Mandel afirma que “o movimento do capital manifestamente começa a partir de relações não-capitalistas e prossegue dentro do quadro de referência de uma troca constante, exploradora, metabólica, com esse meio não-capitalista” (MANDEL, 1982: 29). Sendo assim, desde as formações socioeconômicas pré-capitalistas o capital entra em rota de efetivação sob diversas formas particulares, como por exemplo, *capital comercial*, *capital usurário*, até alcançar mediante diversas transformações o *capital industrial*, forma predominante do sistema capitalista de produção. O capital pode ser, *grosso modo*, resumido como uma *força social extratora e apropriadora de sobre-trabalho*, e, nesse sentido, na forma adequadamente desenvolvida até agora (o capitalismo), possui, sem sombra de dúvidas, um aspecto *civilizador*, uma vez que tal extração é realizada de forma continuamente “mais vantajosa” para o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e para a criação de elementos para uma nova formação social mais elevada que as formações sociais precedentes (MARX, 1985). Portanto, a *substancialidade da integração humana enquanto gênero* realiza-se sob a égide do *sistema orgânico do capital*. Mészáros aponta quatro condições básicas constitutivas do “sistema orgânico” do capital que são compatíveis com todos os tipos de transformações *parciais*, (inclusive o sistema soviético pós-capitalista), sem que isso altere a substância do capital:

²² Não se trata, claro, da integração enquanto “gênero humano-para-si”, mas à limitada integração enquanto “gênero humano-em-si”; justamente pelo “veículo” da integração ou mundialização.

...1) a *separação* e a *alienação* das *condições objetivas* do processo de trabalho do próprio trabalho; 2) a *imposição* de tais condições *objetivadas* e *alienadas* sobre os trabalhadores como um poder separado que exerce *comando sobre o trabalho*; 3) a *personificação do capital* como “*valor egoísta*” (...) uma vontade, não no sentido do ‘capricho individual’, mas no de definir como sua finalidade internalizada a realização dos imperativos expansionistas do capital (...); e, 4) a equivalente *personificação do trabalho* (...) confinando a identidade do sujeito deste “trabalho” às suas funções produtivas fragmentárias (MÉSZÁROS, 2002: 720-721).

O capital como força social extratora de sobre-trabalho é, portanto, o modo de controle sociometabólico mais *alienante* da história humana. Como enfatizamos no capítulo anterior, sua estrutura de comando requer entre outras coisas, que não somente a personificação do trabalho possua uma existência alienada do controle da produção e tomada de decisão, mas a personificação do capital exista como uma “força estranhada” e não como uma “força pessoal”. Foi a compreensão de tal dimensão alienada da relação-capital que levou o *jovem Marx* a afirmar que mesmo “uma violenta *elevação do salário* (...) nada seria além de um melhor *assalariamento do escravo* e não teria conquistado nem ao trabalhador nem ao trabalho a sua dignidade e determinação humanas” (MARX, 2004: 88). É o desconhecimento da estrutura dinâmica do sistema orgânico do capital que leva, por exemplo, Max Weber a acreditar que “o capitalismo e as empresas capitalistas, inclusive com uma considerável racionalização do cálculo capitalista, existiram em todos os países civilizados da Terra, como podemos julgar pelos documentos econômicos. Existiram na China, na Índia, na Babilônia, no Egito, na Antiguidade Mediterrânea e na Idade Média quanto na Idade Média” (WEBER, 2001: 10). Recuperando uma “polêmica” das ciências sociais, fica a dúvida se para justificar sua ética do trabalho e a ascensão do capitalismo no ocidente, Weber confunde as próprias sutilezas de seu próprio método; ou seja, o sociólogo alemão não parece ser capaz de erradicar os *juízos de valor* dos *juízos científicos*, de separar o “político” do “cientista”.

Tendo em vista tais condições básicas do “sistema orgânico” do capital, voltamos a afirmar que o capital é um modo de atividade humana, uma relação social voltada para a contínua *valorização de valores existentes*, e, o fenômeno da *alienação* ou *estranhamento* não deve ser entendido como *um* dos aspectos do capital, ele *é* a essência do capital; *é a expressão do capital* no intuito de subsumir o trabalho e a produção de riqueza, a fim de

sua expansão, acumulação e reprodução em escala cada vez mais ampliada. E, se o “aspecto civilizador”, a “universalização das relações” e o “cosmopolitismo” da produção e consumo em todos os países são determinantes que possibilitam as bases objetivas da “história universal”, esta se efetiva por meio da *abstração*, por meio da *universalidade da alienação*, de modo que o capital cria um mundo à sua imagem e semelhança. Mas mesmo seus mais positivos “aspectos civilizadores” esbarram em determinados limites estruturais de sua composição orgânica, em outras palavras, do ponto de vista ontológico da socialidade do trabalho e da valorização do capital sobre as bases desta mesma socialidade ou tempo de trabalho, existe uma força *negativa* intrínseca ao sistema orgânico do capital que, pelo menos numa perspectiva de longo prazo que não pode ser negligenciada. “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato de] que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza”, portanto, o “recuo das barreiras naturais” via ação do ser auto-mediado da natureza surge como próprio limite da relação-capital (MARX, 1974b: 229).

3.2 – As respostas do capital à sua crise estrutural: o toyotismo como “momento predominante”

Tendo em vista seu aspecto civilizador intrínseco, o fenômeno recente da *mundialização do capital*, ou na linguagem corrente, a *globalização*, longe de todos os eufemismos propagandísticos ideologicamente acessórios contidos na última expressão (“aldeia global” ou “fim das fronteiras” etc.) efetiva-se por meio do robustecimento do “sujeito” capital no plano mundial. O capital se impõe como “capital em geral” e sua mundialização traduz a capacidade estratégica de suas diversas formas particulares, seja como capital comercial, capital industrial ou capital financeiro etc., adotarem um enforque e uma conduta “global²³”. Mas é justamente a partir desta mundialização, integração ou globalização que se inicia um profundo complexo de reestruturação produtiva com conseqüências incalculáveis para a totalidade da humanidade. Após um longo período de acumulação iniciado no pós-II Guerra, o capital começa a apresentar na década de 1970

²³ Tal postura “global” refere-se justamente àquela “integração social” que mencionamos no item anterior.

alguns sinais de estagnação em seu crescimento “normalizado” como tendência a uma “*continuum* depressivo”. Ricardo Antunes oferece uma boa síntese das causas determinantes da queda da taxa de lucro: 1) aumento do preço da força de trabalho, nos países capitalistas centrais, conquistado durante o período pós-guerra e pela intensificação das lutas sociais nos anos 1960; 2) esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo; 3) início do crescimento do *desemprego estrutural*, cujo impacto imediato é a retração do consumo; 4) hipertrofia da *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, marcando a nova fase do processo de internacionalização da economia; 5) aumento da concentração de capitais graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; 6) crise do *Welfare State* ou do “Estado de bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acentuando o processo de transferência dos serviços públicos para o capital privado, e; 7) privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2003).

Frente aos limites de acumulação de capital, a pouco mais de três décadas diversos estudos e pesquisas se direcionaram a reformular ou, na melhor das hipóteses, criar um novo modelo ou sistema de produção capaz de retomar e estabilizar as taxas de lucro. Assim, como resposta à crise do capital desencadeada na década de 1970, são postos em prática diversos experimentos produtivos de novo tipo por todo o mundo. Tais experimentos que caracterizam o novo modo de acumulação do capital abrem espaço para a discussão sobre a flexibilização da produção, da acumulação, do consumo e do trabalho, frente à produção em série de tipo taylorista-fordista, vista como excessivamente “rígida”, desde sua forma de produzir, consumir e acumular, trabalhar e até mesmo suas relações com o Estado. Entre os experimentos de flexibilização do capital podemos ressaltar alguns casos típicos como a disseminação das “empresas domésticas” na Terceira Itália, o “volvoismo” na Suécia e o “toyotismo” no Japão. Desse modo, o rumo da “flexibilização do capital” se apresenta como um “processo aberto” de difícil compreensão imediata e as teorizações sobre os caminhos e descaminhos deste processo variam ao ponto de encontrarmos termos diversos como: neofordismo, fordismo global, pós-fordismo e acumulação flexível, além dos referidos acima; porém, todas estas teorizações parecem ter em comum a *flexibilização do trabalho, da produção, do consumo e da acumulação* (DAL

ROSSO, 1996: 184). A própria margem de ação do Estado é inteiramente transformada, tanto nos países capitalistas centrais como nos periféricos. A questão, algumas vezes desconsiderada é que “o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração de trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2002: 121). A operação de privatização de empresas estatais estratégicas (supostamente) deficitárias, a abertura comercial, a desregulamentação financeira e dos mercados de trabalho que caracterizam o Estado neoliberal e as “receitas” dos organismos econômicos internacionais (FMI, OCDE, Banco Mundial, G7 etc.), confluem para a nova hegemonia do capital na época de sua mundialização.

Frente à diversidade de neologismos e da dificuldade da compreensão imediata das transformações ocorridas ao longo de mais de três décadas, acreditamos ser necessário desconstruir duas noções sociológicas que buscam apreender a realidade em curso no mundo do trabalho: a acumulação flexível e o toyotismo. Quanto a primeira tentativa de apreender as transformações capitalistas, David Harvey em a *Condição Pós-Moderna* aponta alguns elementos de evidente “ruptura” com o “taylorismo-fordismo” e, destarte, adota como definição capaz de melhor abranger este processo o conceito de *acumulação flexível*, que, segundo o mesmo é marcado essencialmente

...por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional . A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres , os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplos e variegado (2004: 140).

De fato, as caracterizações de Harvey são verificáveis, tanto teórica quanto empiricamente, porém, como nos adverte Giovanni Alves, “existe um perigo em exagerar a significação da acumulação flexível, de vê-la como algo essencialmente novo”, pois, “um dos traços ontológicos do capital é a sua notável capacidade em ‘desmanchar tudo que é sólido’, revolucionar, de modo constante, as condições de produção; pôr – e repor – novos patamares de mobilidade do processo de valorização nos seus vários aspectos” (ALVES, 2005: 23). Nestes termos, a flexibilidade tem de ser entendida como parte integrante do sistema orgânico do capital, como parte de sua determinação mais íntima, de sua necessidade de estar orientado para a expansão e guiado pela acumulação (ou seja, sua auto-reprodução em geral) que consiste tanto na base de um “dinamismo anteriormente inimaginável como [de] uma fatal deficiência”. Em outras palavras, se as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo, distribuição/circulação/realização – encontram determinados limites à sua expansão e, dessa maneira, o modo imediato e natural é simplesmente *deslocar* suas contradições a outras esferas das relações sociais, porém, sem necessariamente superar tais limites estruturais; podemos, então, concordar que as *crises são o modo natural de existência do capital*, “são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”, logo, “a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises”, mesmo que todos seus ideólogos acreditem e postulem o contrário (MÉSZÁROS, 2002: 100-795). Assim, o novo patamar de flexibilidade reflete por um lado os indícios da ativação dos limites de auto-reprodução do sistema do capital, ou crise estrutural, e por outro a própria flexibilidade como o ser-precisamente-assim do capital.

Da mesma maneira, é necessário evitar qualquer “euforia” ou “otimismo” quanto às novidades existentes detrás do modelo produtivo “toyotista” ou “ohnista”. Uma vez que este possibilitou o advento de um trabalhador mais qualificado, multifuncional, em equipe, participativo apresentando, portanto, características que a princípio rompem com o trabalho desantropomorfizado e rotineiro típico do taylorismo-fordismo, aproximando-o do trabalho desalienado e dotado do livre emprego de si. Existe uma tendência a ressaltar que estes aspectos positivos das atuais transformações na organização capitalista do trabalho modificaram a relação entre capital e trabalho de modo que esta se desenvolveria num ambiente mais favorável quando comparada ao taylorismo-fordismo e, nesse sentido são

superadas as contradições básicas constitutivas da sociedade capitalista. Mas a realidade da “nova” organização capitalista do trabalho caracterizada pelo toyotismo segue uma linha bastante contrária a qualquer “euforia” ou “otimismo” sobre qualquer ambiente mais “favorável” ao trabalho. Segundo Coriat, a via específica da racionalização do trabalho toyotista ou ohnista começa pelo problema de resistência da mão-de-obra qualificada e de suas organizações do trabalho. E, ainda nos adverte que o próprio idealizador do Sistema Toyota de Produção, Taiichi Ohno, “embora consciente das diferenças e de suas contribuições específicas”, sempre preferiu “insistir antes sobre as continuidades que sobre as rupturas” dos modelos de produção taylorista, fordista e toyotista (CORIAT, 1993: 86). Nesse caso, é quase impossível discordar do fato de que aqueles intelectuais que concluíram que adentramos a era do pós-taylorismo, do pós-fordismo, na ampliação considerável do campo de intervenção e da autonomia do trabalho – na indústria ou nos serviços – e, que demos um verdadeiro salto qualitativo, continuaram num primeiro patamar, incapazes de considerar a totalidade das questões em jogo (LINHART, 2007).

Realmente a acumulação flexível e as respectivas “experiências produtivas” põem em relevo uma novidade na esfera de reprodução do capital, não propriamente sua capacidade dinâmica de se flexibilizar, mas no referente – como já mencionamos – a ativação de seus limites estruturais de auto-reprodução, ou seja, nas possibilidades de ir além de suas barreiras imediatas. Assim, a crise estrutural do capital, seja denominada de “*continuum* depressivo” ou “período de crescimento lento”, tem sua novidade histórica na confluência de quatro fatores básicos: sua *universalidade*, atingindo igualmente os diversos tipos de capital e atividades produtivas; seu *alcance verdadeiramente global*, abrangendo todas as regiões planetárias; sua *escala de tempo prolongada*, ou se preferirmos, permanente, contrariamente as crises cíclicas; e seu *mecanismo de deslocamento rastejante*, ou seja, a debilidade ou impossibilidade de deslocar as contradições dos centros às periferias do sistema. Então, o atual quadro da crise estrutural não se refere fundamentalmente aos limites *imediatos*, mas aos limites *últimos* de sua estrutura sociometabólico, a sua própria legitimidade enquanto *missão civilizatória*²⁴. A crise das

²⁴A principal questão que se coloca no horizonte próximo é que, sem sombra de dúvida a crise estrutural, antes de se restringir apenas a *mais* uma crise de apropriação, valorização e acumulação, se estende de modo tão ou até mais agressivo como *crise social global*, tendo repercussões imediatas nos índices de emprego e desemprego, nas relações de assalariamento e precarização, nas novas formas de divisão internacional do trabalho, nos processos e jornadas de trabalho, no Estado nacional e da subsunção do trabalho ao capital etc..

relações sociais de produção capitalistas, que hoje se torna cada vez mais evidente, não se identifica de modo algum com as *crises clássicas de superprodução*, como por exemplo, a Crise de 1929, momento onde o circuito de reprodução ampliado do capital deixa de acontecer, mas também não as exclui, a crise estrutural diz respeito ao *fim da ascendência histórica do sistema do capital*.

Assim, diante das margens limitadas de deslocamento²⁵ das contradições sistêmicas, ou de “como aumentar a produtividade quando as quantidades não aumentam” (OHNO, 1997: 35), acreditamos que entre os principais experimentos de flexibilização do capital, o “toyotismo” se apresenta claramente como *valor universal para a produção global de mercadorias*. Sua universalização se efetiva por atender, principalmente, duas questões nodais para o deslocamento imediato das contradições provenientes da crise estrutural do capital: 1) por eliminar o desperdício – entendido como superprodução ou como excesso de mão-de-obra – mediante as práticas do *just-in-time* e da *lean production* (reengenharia). Nas palavras do próprio Senhor Ohno: “uma vez que, no Sistema Toyota de Produção devemos produzir apenas a quantidade necessária, a força de trabalho deve ser reduzida para cortar o excesso de capacidade e corresponder à quantidade necessária. (...) *O Sistema Toyota de Produção revela claramente o excesso de trabalhadores*” (Idem, ibidem: 39-40) e; 2) por implementar o “engajamento estimulado” com alto poder ideológico através da gestão participativa, remuneração flexível, trabalho em equipe etc.. Tudo isso em grande conformidade com as transformações da base técnica da produção capitalista. Portanto, apreciado a esta luz, torna-se desnecessário recorrer ao *confucionismo* ou ao *zen-budismo* para compreender a universalização e o aspecto original do toyotismo; basta compreender que ele é altamente capaz de articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseco ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista (CORIAT, 1993; ALVES, 2005).

Seguimos então, a teorização do sociólogo Giovani Alves, onde este considera o toyotismo como “momento predominante” do *complexo de reestruturação produtiva* que

Como disse Mandel em outro momento, a crise estrutural do capital marca um período histórico do sistema sociometabólico do capital em que a contradição entre o *crescimento* das forças produtivas e a *sobrevivência* das relações sociais de produção assume uma forma *explosiva*.

²⁵“Deslocamento significa *postergar* (não liquidar) a saturação das válvulas de escape disponíveis e a maturação das contradições fundamentais. Também significa *estender* as fronteiras historicamente dadas do capital, mas não eliminar seus limites estruturais objetivos e explosivos” (MÉSZÁROS, 2002: 588).

surge sob a mundialização do capital. Ou seja, frente à multiplicidade das experiências produtivas pelo mundo como respostas do capital à sua crise, pretendemos dar ao conceito de toyotismo uma significação particular, delimitando alguns de seus aspectos mais essenciais. Assim, limitamos o conceito de toyotismo

...à compreensão do surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, por meio da captura da subjetividade [trabalhadora] pelo capital (ALVES, 2005: 31).

No sistema de gestão da força de trabalho taylorista-fordista, o controle e a coerção sobre os tempos das ações, divisão das atividades e o ritmo do maquinário era claramente estabelecido pela gerência científica, composta geralmente por um quadro de administradores e engenheiros que exercia o controle externo ao trabalhador imediato. Porém, após a reestruturação produtiva toyotista, “a mudança está na *passagem de um controle exterior ao trabalhador para a tentativa de autocontrole*” (DAL ROSSO, 1996: 59). Os métodos e as técnicas de descentralização dos processos decisórios e compartilhamento – como, por exemplo, a gestão participativa, o trabalho em equipe e a remuneração flexível – são centrais à compreensão do procedimento de autocontrole e internalização dos objetivos empresariais. Desse modo, acreditamos que a principal estratégia de captura da subjetividade e do consentimento da classe trabalhadora operados pelo toyotismo tem adotado contornos ambíguos – passando desde a valorização da capacidade humana até a emulação entre os indivíduos da própria classe – de maneira a dissimular a real brutalidade e natureza da relação capital-trabalho, a extração de sobre-trabalho no processo de valorização e a manutenção da hegemonia do capital.

Capítulo 4

Da contradição à colaboração: as condições objetivas do “rebatizado” do assalariamento

*“Eu vivo preso à sua senha, sou enganado,
eu solto o ar no fim do dia, perdi a vida”*

Secos e Molhados, *O patrão nosso de cada dia*

4.1 – Do trabalhador ao colaborador: sai o “trabalho” e entra a “satisfação do cliente”

Tendo em vista o caráter *descontínuo* do toyotismo no interior da *continuidade* plena do metabolismo do capital, não devemos de modo algum conjecturar que os *novos* modos de acumulação capitalista mais flexibilizados reflitam um *novo modo de organização social*, livre das contradições do sistema produtor de mercadorias. Também, chamamos atenção ao fato de, pelo menos de nosso ponto de vista, não deve nem mesmo ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era taylorista-fordista (ANTUNES, 2000). Entretanto, de fato, alguma coisa mudou; as transformações no mundo do trabalho trazem à superfície questões inéditas, formas de gestão da força de trabalho inimagináveis até então na história do capitalismo. Ao observador menos atento ou mais “comprometido” com o mercado, as novas práticas empresariais parecem ter conseguido um feito único: extirparam ou minimizaram ao máximo as possibilidades das contradições entre trabalho e capital. Por exemplo: a multifuncionalidade, o trabalho em equipe e a gestão participativa cercam o ambiente de trabalho com práticas valorizadoras da capacidade humana e cooperativa dos indivíduos de modo que apresentam características que visivelmente rompem com o trabalho desantropomorfizado e rotineiro típico do taylorismo-fordismo, de maneira a aproximá-lo do trabalho desalienado, inteligente, e dotado do livre emprego de si. Como disse Dal Rosso em outro momento: de *contradição o trabalhador se transforma em elemento de colaboração*. Hoje, tanto no Brasil como em todo mundo, parece ser prática comum das empresas *rebatizarem* seus assalariados, operários ou empregados de colaboradores, parceiros ou associados. Mas, fica a dúvida

sobre quais são as verdadeiras implicações por trás deste “rebatizado” da classe trabalhadora? Como já afirmamos diversas vezes, a relação-capital só pode se movimentar e se auto-reproduzir por meio do trabalho alienado, sendo assim, é possível dizer que a experiência cotidiana da alienação foi reduzida, ou até mesmo eliminada? Da mesma forma, rebatizar o assalariado ou trabalhador de colaborador ou parceiro acarreta numa transformação real de sua consciência, no fim das contradições capital-trabalho?

Existe, portanto, algumas transformações em curso que vão da ditadura à democracia na empresa, ou seja, aos trabalhadores polivalentes, flexíveis e cooperativos “*é-lhes tanto permitido como exigido pensar, interagir, julgar e tomar decisões, (...) a sua personalidade também se torna importante*” (HAMMER, CHAMPY, 1994: 55-56). É a partir deste ponto de vista que surgem avaliações otimistas como a do sociólogo italiano Antonio Negri, que chega a afirmar euforicamente que “quando o cérebro humano se reapropria do instrumento de trabalho, então o capital não tem mais a possibilidade de articular o comando sobre o instrumento” (NEGRI, 2003: 95). Para Negri a principal força produtiva da sociedade “pós-industrial” e “pós-fordista” é a capacidade cognitiva das subjetividades, de modo que a própria subjetividade dos trabalhadores torna-se *o capital fixo por excelência*, lançando o próprio capitalista a uma posição secundária na sociedade, que, conforme sua tese estaria rumando ao comunismo.

Porém, na contracorrente de qualquer otimismo, o processo de flexibilização da produção possui elementos que reforçam a perda de identidade dos trabalhadores, aumentam consideravelmente a superexploração, além de elevar o nível de competitividade entre a própria classe trabalhadora. Sobre o primeiro ponto – a dissolução da identidade dos trabalhadores – podemos considerar que na medida em que a reengenharia empresarial exige que seus empregados acreditem plenamente que trabalham para seus clientes, e não para seus chefes, imaginar-se como trabalhador torna-se descontextualizado; logo, imaginar-se como proletário soa tão absurdo quanto ofende. O trabalhador, agora “parceiro”, “associado” ou “colaborador”, não mais *trabalha*, senão, atende as *necessidades do cliente*. Um bancário relata o seguinte sobre a *imperiosidade* de se satisfazer as necessidades do cliente:

“É importante porque você está vendendo um produto, o banco é um serviço, né? Então, está vendendo esse serviço. Então, é a primeira impressão da pessoa. Ela pode até

sair do banco. Ela pode abrir uma conta ou não abrir uma conta pelo seu atendimento. Ela pode generalizar, que dizer, “ah, não me trataram bem”, “aquele banco não é bom porque os funcionários não são bons”. (...) Eles podem generalizar e se o atendimento não for bom, ele se compromete”.

Assim, sob o véu da *misteriosa entidade independente*, o cliente, as empresas utilizam como base de parte da remuneração flexível um indicador da satisfação do cliente. Gorz resume com clareza o processo de inversão da lógica de propriedade mediante tal mecanismo, ou seja, não são os “trabalhadores” ou “colaboradores” que emprestam à empresa a sua personalidade, é exatamente o contrário: é a “personalidade” da empresa, no caso, do banco que se exprime através de seus “colaboradores”, “esta lhes confere sua identidade da mesma forma como entende conferir uma identidade inimitável aos clientes de sua marca” (GORZ, 2005: 47). Não somente a noção de propriedade é invertida, as pressões da concorrência entre as diversas empresas do setor são camufladas pelo imperativo da “liberdade” de escolha e pelas supostas “exigências” do cliente.

Com respeito ao segundo ponto – o aumento considerável da superexploração – a empresa enxuta (*lean production*) tende a eliminar não apenas o desperdício, através do sistema *just-in-time* onde a produção é vinculada à demanda; elimina também a maior parte do trabalho que não adiciona diretamente valor à mercadoria. Portanto, a maior parte das atividades de verificação, monitoração, acompanhamento, gerenciamento é suprimida ou transferida pela reengenharia dos postos de trabalho, o que Taiichi Ohno denomina de *autonomação*, ou automação com um toque humano (OHNO, 1997: 28). Desse modo, o trabalhador polivalente, flexível e cooperativo, mesmo com a redução de sua jornada de trabalho está suscetível à intensificação do trabalho. Quanto mais o trabalho se torna multidimensional, ou seja, regido pelos princípios da *polivalência e multifuncionalidade* (ou *autonomação*), onde num sistema de alternância o trabalhador opera e participa – pelo menos parcialmente – da totalidade do processo de trabalho e gestão de si e de seu grupo, acumulando tarefas excessivas e; operando com sistemas de *estoques mínimos (kanban)*, que exige a flexibilidade dos tempos e da jornada de trabalho – oscilando entre picos e depressões na demanda – nos parece evidente que o trabalho é *intensivo*²⁶. O que nos leva a concordar com Harvey que “a acumulação flexível parece enquadrar-se como uma

²⁶ Dal Rosso também adverte sobre o fato de que a “participação” e “envolvimento” do trabalhador “resulta necessariamente em aumento da produtividade, sem que haja aumento do tempo de trabalho” (1996: 188).

recombinação simples de duas estratégias de procura de lucro (mais-valia) definidas por Marx”. A primeira, baseada na *mais-valia absoluta*, centra-se na extensão da jornada de trabalho sem o aumento substancial dos salários, reduzindo o padrão de vida da classe trabalhadora; a segunda, denominada de *mais-valia relativa*, apóia-se na mudança organizacional e tecnológica, de maneira que a margem de extração da massa de mais-valia é ampliada sem a necessidade da extensão da jornada, apontando, na realidade tanto para a redução da jornada de trabalho, quanto para o desemprego estrutural (HARVEY, 2004: 174-175). Em nosso trabalho de campo encontramos em dois setores distintos fortes indícios dessa recombinação apontada por Harvey. Num dos casos, um bancário afirmou que no intuito de encerrar o dia bancário com “eficiência”, devido ao acúmulo de serviços era muito comum trabalhar “*além daquelas seis horas que a gente deveria trabalhar, mais um monte. (...) Teve um mês que o dia que eu saí mais cedo foi dez horas da noite*”. Em outro caso, um operador de caixa de supermercado relatou que “*na época de natal nós tivemos uma diferença no dia 23 e 24. No dia 23 todos os funcionários tiveram que chegar 11h00, né? (...) Os da tarde chegaram 11:00 e saíram as 22:00*”. A ampliação da jornada de trabalho, e isso em dois tipos de trabalho, que embora em escalas diferentes, utilizam sistemas informatizados, são trabalhos altamente intensificados pelo fluxo contínuo de informações e clientes. Gurgel em *Gestão do Pensamento* capta muito bem essa “recombinação” no interior do discurso e prática empresarial, onde:

...muitos desses recursos – as células produtivas, a multifuncionalidade, os *downsizing* – acabaram por criar condições para o *speed-up*, elevação da produção sem o correspondente aumento de remuneração, e o *stretch-out*, atribuição de maior número de equipamentos ou funções aos mesmos (ou a menos) trabalhadores, mantidos seus salários. São formas de exploração amplamente estimuladas e viáveis com os novos métodos e processos de gestão (GURGEL, 2003: 132).

Finalmente, na mesma proporção em que se “inverte” o ideário de propriedade e se intensifica o trabalho mediante recombinação de mais-valia absoluta e relativa, o recurso a políticas e métodos de fixação de metas para os empregados, de remuneração flexível e de avaliação de desempenho individual, a princípio parece comprometer e desenvolver sérios atritos com os propósitos de criação de equipes e com o objetivo da empresa. De fato, como escreve Alves, torna-se “importante estimular o comprometimento [do trabalhador], por intermédio da pressão coletivamente exercida pela equipe de trabalho sobre todo

elemento do *team*. (...) Com o toyotismo, a competição entre os [trabalhadores] é intrínseca à idéia de ‘trabalho em equipe’” (ALVES, 2005: 53). Essa situação paradoxal em que a *competição é intrínseca ao trabalho em equipe* pode ser visualizada de dois modos distintos. A primeira maneira de se compreender esse fenômeno é claramente colocada por uma operadora de caixa em supermercados:

“Se o caixa não vai bem o mercado também não vai. E se dependesse desse um só, são seis caixas lá, se os cinco caixa forem bem e um for mal o mercado perde ponto por causa desse um, entendeu? Então, tem que ser tudo ali é coletivo, não existe o eu, o você, ou ele, é todo mundo nós. Então, se um se dá mal o outro vai se dar mal também. Não assim diretamente, mas em termos gerais sim”.

É importante destacar que as novas práticas de gestão da força de trabalho – conforme o depoimento acima – apontam para uma *reorientação do coletivo e do individual na empresa*. Sobre o coletivo, podemos dividi-lo em três momentos: 1) aquele relacionado diretamente à empresa, que corresponde às mobilizações orquestradas em torno do projeto da empresa, ao nome da marca; 2) “coletivos de dimensões mais restritas”, como grupos que definem as diretrizes dos círculos de qualidade total, geralmente compostos por especialistas, mas de mesma *natureza participativa*, e; 3) grupos de trabalho presentes na maior parte das grandes empresas. Sejam células, módulos, ilhas ou unidades elementares, são sempre tarefas assumidas coletivamente de acordo com os projetos e metas empresariais. A respeito do individual, existe uma tendência ao acompanhamento de “carreiras individuais”, “que se baseiam em arquivos sobre competência e em programas de formação especificados em trajetórias previstas” (LINHART, 2007: 116-117).

A segunda maneira em que esse fenômeno de “reorientação tanto do coletivo como do individual” se manifesta é a partir da criação de relatórios de resultados que são apresentados periodicamente em reuniões de avaliações, é neste momento que a equipe é posta em comparação com outras equipes, e, isso pode variar desde a comparação intra-local de trabalho ou entre outros postos da mesma empresa. A princípio, o recurso ao trabalho coletivo de novo tipo e o recurso à carreira individualizante seria em-si altamente contraditório e até mesmo excludente. Porém, “a empresa moderna se pensa como uma empresa que dispõe de indivíduos ‘livres’, ou seja, não condicionados por valores e por

uma cultura de ‘grupo’ (que nutre a sensibilidade sindical e o sentimento de classe)”, os indivíduos da empresa flexível devem ser capazes de trabalhar em coletivos de “geometria variável conforme as necessidades e as pressões do momento” (Idem, ibidem: 117). Assim, através da referência permanente a valores morais e/ou comunitários, no *team*, no trabalho em grupo ou nos apelos ao ambiente “artificialmente” familiar da empresa, o trabalhador deverá demonstrar grande espírito de solidariedade com os colegas de trabalho, no melhor da *liderança participativa*. Porém, antes de ajudar o colega, sua *liderança* serve ao contrário, se concentra em superá-lo na corrida pela *remuneração flexível* ou pelo eventual cargo que venha a sobrar na próxima reengenharia, isso, em plena conformidade com os objetivos empresariais (GURGEL, 2003: 180).

Como temos visto até agora, é impossível discordar do fato de que qualquer modificação na reprodução capitalista atinge não só a *materialidade* da classe trabalhadora, como também tem profundas repercussões em sua *subjetividade*, e no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afeta sua *forma de ser*. Antonio Gramsci, em seus escritos sobre o *Americanismo e Fordismo*, oferece uma leitura instigante para a compreensão dos diversos tipos de transformações sociais resultantes da reorganização do mundo do trabalho ou aquele “aspecto civilizador” do capital, uma vez que estas vão além da aparição de uma *nova economia, um novo patamar de acumulação do capital*. Segundo este autor, as formas históricas da organização e gerenciamento da força de trabalho, não se restringem exclusivamente ao “chão de fábrica”, mas, vão muito além, adentrando a prática e a consciência cotidiana adequando-as ao projeto político e econômico em curso, consolidando uma nova forma de hegemonia. Basta lembrar que sob a roupagem de um “puritanismo” interessado no resgate da moralidade da sociedade, o americanismo e o fordismo representaram “o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem”. Desse modo, “as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho” (GRAMSCI, 2001: 266). Neste contexto, se no taylorismo-fordismo tratava-se de *construir* um “*novo tipo humano*” apto aos novos processos de trabalho, vertendo o trabalhador em mero apêndice do maquinário, entorpecendo sua dimensão intelectual e o concentrando no espaço produtivo, e, subordinando-o ao *cronômetro, à esteira e à produção em série de*

massa; na acumulação flexível e em seu “momento predominante”, o toyotismo, trata-se de *reestruturar* o “*novo tipo humano*” de acordo com os novos processos de trabalho, transformando o trabalhador num ser multidimensional, altamente participativo, despertando sua dimensão intelectual e o dispersando no espaço produtivo, porém, subordinando o *limite da criatividade, do desenvolvimento humano e da liberdade à compulsoriedade capitalista*.

Sobre este último ponto, que podemos denominá-lo de *engajamento estimulado*, dois teóricos do capital são muito objetivos na delimitação do interesse empresarial pela *autonomia e personalidade trabalhadora*:

...as empresas que praticaram a reengenharia, em vez de empregados obedientes às regras, preferem aqueles capazes de formular as suas próprias regras. À medida que a gerência delega às equipes a responsabilidade pelo processo inteiro, também precisa lhes conceder a autoridade para tomarem as decisões necessárias. (...) Não mais basta examinar a educação, o treinamento e as habilidades dos empregados potenciais; a sua *personalidade* também se torna importante. Eles têm iniciativa? Possuem autodisciplina? Estão motivados a satisfazer os clientes? (HAMMER, CHAMPY, 1994: 55-56).

Esta longa e rica passagem é indicativa de transformações profundas na *forma de ser da classe trabalhadora*. Na era do trabalhador flexível, polivalente, multifuncional e cooperativo, torna-se imprescindível tanto a conquista quanto à manutenção do emprego (seja formal ou informal), adentrar a concorrência do mercado de trabalho com toda a bagagem social e cultural adquirida cotidianamente nos jogos, nos esportes de equipe, nas atividades musicais, teatrais, viagens etc.. Pois, nestas atividades que se desenrolam fora do trabalho são desenvolvidas a vivacidade, a capacidade de improvisação, a cooperação, além de outros atributos.

É suficientemente claro que no discurso do empregador, a tomada dos riscos de fracasso por parte do trabalhador, está diretamente voltada à sua compulsória *adaptabilidade, modernização, valorização e aprendizado contínuos*. O indivíduo torna-se, neste caso, um *gestor de sua própria força de trabalho*, a capacidade de o indivíduo adquirir *empregabilidade*²⁷ e concorrer no mercado de trabalho depende exclusivamente da

²⁷ Segundo Adalberto Cardoso, “agora diz-se dos indivíduos que eles têm maior ou menor empregabilidade, que podem melhorá-la ou piorá-la, que podem inclusive perdê-la inteiramente, digamos, por idade ou

constante atualização de suas habilidades e competências. Com o recuo das garantias no emprego, a construção de uma carreira significará administrar a própria vida pessoal e profissional, de modo que o trabalhador “deve dormir menos, estar menos com os seus, deixar de se divertir nos fins de semana e freqüentar cursos noturnos de especialização, de línguas, de computação, o que for necessário para fazer sua força de trabalho palatável, de preferência para o mesmo patrão” (CARDOSO, 2003: 108). Nada mais precioso e conveniente para o avanço das políticas neoliberais de dissolução do regime salarial e de abolição ou reforma dos direitos trabalhistas. Verificamos neste ponto, “uma nova e sutil inversão, que desloca do sistema e do seu novo modelo de acumulação a causa e responsabilidade pela (des)empregabilidade” (GURGEL, 2003: 147). Trata-se, portanto, de disseminar a ideologia do *mercado perfeito* ao nível *individual*. Mas a incessante busca de empregabilidade não decorre unicamente da adoção de novas práticas empresariais, mais “flexíveis” ou mais “humanizadas”. Estas como todos sabem, por si só não operam milagres que, do dia para a noite, transformando a classe trabalhadora em *sujeitos autônomos engajados com os objetivos da empresa*. A empregabilidade ou qualquer outro tipo de subsunção da classe trabalhadora ao capital resulta em grande parte, da relação de *reciprocidade dialética* entre empregados e desempregados. Segundo Marx a demanda por força de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas pela produtividade de seu componente variável que cai progressivamente com o crescimento do capital global e, nesse sentido essa ação de reciprocidade dialética funda-se no fato de que

...o sobre-trabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobre-trabalho e à submissão aos ditames do capital (MARX, 1984a: 203).

De tal maneira, o desemprego estrutural tende inexoravelmente à *equalização por baixo* entre as distintas e diversas categorias da classe trabalhadora, em outras palavras, as modificações na composição orgânica do capital se valem da subjetividade tanto do trabalhador empregado quanto do trabalhador desempregado, ampliando os fatores de emulação no interior da classe trabalhadora. O fato de que o Brasil em 1986 ter registrado a décima terceira posição no *ranking* mundial do desemprego e, menos de duas décadas depois, em 2002 o país ocupar a quarta posição nesse mesmo *ranking* ficando atrás

invalidez, como que deixam de ser força de trabalho e tornam-se outro ser social, alguém ‘fora da PEA’, alguém sem empregabilidade” (CARDOSO, 2003: 99).

somente de Índia, Indonésia e Rússia, além de equalizar as condições de salário e trabalho por baixo, são fortes indicadores daquela nova articulação entre o individual e o coletivo na empresa. Apenas para ilustrar melhor o peso desta determinação estrutural para a realidade brasileira, segundo a pesquisa de emprego e desemprego da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal, o número de desempregados em julho de 2006 batia a casa de 224,7 mil, são números bastante significativos diante de uma população total de cerca de 2 milhões de habitantes. Sendo assim, podemos adicionar à idéia de coletivo e individual dissolvida em torno do projeto da empresa, um *novo tipo de compromisso entre capital-trabalho*. Enquanto o taylorismo-fordismo reconhecia abertamente a especificidade dos antagonismos de interesses entre o trabalho e capital, levando a relação conflituosa para as mesas de negociação, onde os compromissos eram negociados essencialmente pelos sindicatos de trabalhadores; o toyotismo e suas diversas variações organizacionais conseguiram recuperar um terreno há muito perdido. Conseguiram erguer, diante do quadro social, político e econômico contemporâneo um *novo tipo de compromisso entre os interesses antagonistas*. Em troca da subsunção da “mentalidade” proletária aos interesses e resultados das empresas oferecem o emprego e algumas garantias, criando, assim, uma relação de cumplicidade marcada pelo “medo de errar”, “medo de não estar à altura” ou “medo de não fazer por onde” merecer o emprego. Nesse sentido, *o assalariado ou trabalhador não mais trabalha, mas colabora com a empresa*, como nos conta um operador de telemarketing:

“A empresa ela te dá esse suporte para você se sentir realmente como colaborador, não como um empregado no meio de todo mundo. Lá eles têm essa... você consegue se sentir, assim, essa diferença como colaborador mesmo. (...) Tipo, a gente que é funcionário da empresa, a gente tem o que... a gente tem uma seleção de TV a mais “top” que hoje uma pessoa pagaria quatrocentos reais pra ter ela. Tenho a melhor internet de ponta na minha casa, que são oito mega e tenho o telefone da empresa. Então, eu tenho todo o “combo”²⁸ da empresa, por isso eu pago uma quantia mínima. Pago trinta reais por mês. Então, assim, não pago quatrocentos reais. Somos colaboradores. Então, a empresa te dá isso, te dá plano de saúde, plano odontológico, plano funeral, te dá seguro de vida, te dá ticket de alimentação ou refeição, te dá vale-transporte. Então, te dá assim,

²⁸ *Combo*, palavra de origem inglesa, em português significa basicamente combinação. A empresa onde o entrevistado trabalha utiliza tal palavra para designar o pacote de serviços oferecidos de telefonia, televisão e internet a cabo.

todos os benefícios. Então, assim eles realmente te dão um suporte muito bom na empresa. Então, você também tem que fazer por onde, né?”

A ideologia dominante dissemina valores que realçam a competição como fator de desenvolvimento econômico e social para aqueles que são capazes de acompanhar a correnteza dos fatos, que continuamente atualizam sua empregabilidade. A sociedade competitiva premia aqueles e aquelas que desenvolvem uma atitude “correta” com relação ao trabalho, ou melhor, com relação aos projetos e objetivos da empresa e as necessidades do cliente, que consiste essencialmente em aderir ao novo compromisso, às novas noções e ideários de coletividade e individualidade, ou seja, que se transformam e se conformam plenamente como *personificações do trabalho*. Dito isso, a nova organização do trabalho parece muito mais *premiar e privilegiar a disciplina no trabalho do que propriamente a colaboração, uma vez que a autonomia e cooperação entre os trabalhadores não emerge como uma virtuosidade*.

É, simultaneamente, notável e estarrecedora a maneira como a nova forma de gestão da força de trabalho “convida” a personalidade ou subjetividade da classe trabalhadora a participar “ativamente” na empresa. Sem dúvida, as novas teorias e práticas de gestão são recursos altamente sedutores, capazes de suavizar a mais brutal exploração e dominação da força de trabalho, lhes atribuindo aparência de *naturalidade* em meio a crise do “onipresente” mercado. Para quem trabalha, formalmente ou informalmente, passar da *estigmatizada força de trabalho ou empregado* para o *premiado colaborador, parceiro ou associado* que não mais simplesmente trabalha, mas satisfaz o cliente, ter sua personalidade, ter sua concepção de mundo, ter seus conhecimentos particulares sobre o cotidiano levado em conta e colocado em uso no local de trabalho é algo gratificante, estimulante e valorizador do indivíduo.

No intuito de tornar nossa dissertação sobre a contemporaneidade e o aprofundamento da tendência à alienação mais didática acreditamos que segmentar a apresentação sobre algumas das especificidades e algumas das similaridades entre as três categorias profissionais em exame é o melhor caminho a seguir. Isso não se deve ao fato de buscarmos construir tal como a sociologia de Max Weber n’*Ética Protestante* uma espécie de “tipologia ideal” do ascetismo laico, uma “tipologia ideal” do trabalhador alienado destacando as peculiaridades e acentuando-as ao máximo e assim dar entendimento ao

fenômeno (Cf. WEBER, 2003); muito pelo contrário, nossas intenções caminham na direção de que por mais “humanizado” em sua essência “desumanizadora” e por mais “fragmentados” e “multifacetados” que o trabalho e os assalariados contemporâneos se encontrem, como veremos mais adiante, é possível colocar no horizonte da organização da classe trabalhadora alguns elementos comuns capazes de transcender o fenômeno da alienação por meio de interesses comuns da classe.

4.1.1 – Profissão bancário ou “comerciário frustrado”?

Nesse cenário, marcado pela crise estrutural do capital e pelo complexo de reestruturação produtiva, a peculiaridade do setor bancário é desenhada pela abertura comercial e financeira, privatizações, internacionalização, fusões e concentração e centralização de capital no setor. Portanto, tais transformações do capital implicaram na “redefinição do perfil operacional das instituições bancárias, que se voltam para os mercados de capital, desenvolvendo atividades puramente especulativas, diversificando serviços e produtos, utilizando novos instrumentos financeiros” (JINKINGS, 2006: 190). Nos locais de trabalho, a “redefinição do perfil operacional”, paralelamente a introdução ampliada da automação e virtualização dos serviços, põe em marcha a reorganização e reestruturação produtiva do trabalho bancário, exigindo maior qualificação profissional, aprimoramento contínuo, engajamento, mas, por outro lado, implica na precarização, intensificação do trabalho e desemprego em massa no setor.

Então, após a reorganização e reestruturação produtiva do trabalho "o perfil do novo bancário é traçado a partir da ênfase na capacidade de lidar com tarefas não prescritas e limites pouco definidos, muito diferente das exigências anteriores, claramente delimitadas pelo manual" (ANTUNES, 2001: 164). A questão é que sob as metáforas da “satisfação do cliente” e das “pressões do mercado”, cotidianamente difundidos nos órgãos de comunicação interna dos bancos ou programas de treinamento, são ressaltados os desafios da concorrência e é requisitada a colaboração e a mobilização de seus assalariados em face dos projetos empresariais. Nesse cenário, os programas de “qualidade total” nos bancos desempenham papel de destaque, uma vez que os bancos brasileiros buscam rever os processos sob a ótica dos clientes, identificar deficiências nos fluxos operacionais, além

de ações voltadas aos empregados. São quatro os "eixos básicos dos programas de Controle de Qualidade Total no sistema bancário, quais sejam: o foco no cliente, a busca de melhoria contínua, o controle de processos e a participação total" (Idem, ibidem: 106).

O foco no atendimento ao cliente demanda diversas inovações, desde: 1) a flexibilização da jornada de trabalho do bancário de acordo com o aumento ou redução do serviço²⁹; 2) remuneração flexível ou cargos comissionados, com base na venda de títulos, cartões, seguros, aplicações e em índices de satisfação do cliente; 3) criação do funcionário polivalente, que nos horários de pico deixa o trabalho de retaguarda para atender no caixa; 4) designação de funcionários que orientam o uso de equipamentos de auto-atendimento, e; 5) até o aumento da alçada dos gerentes e das responsabilidades dos caixas etc. As “metáforas” da satisfação do cliente ao lado das pressões do mercado, nesse caso, demandam *novas qualificações profissionais* dos bancários, reconstruindo o perfil ou subjetividade da categoria.

Soma-se à abertura comercial e financeira, privatizações, internacionalização, fusões e concentração e centralização de capital no setor, o intenso processo de reestruturação de salários, de cargos e comissões, fatos que levaram a uma transformação significativa da força de trabalho bancária, onde “dos cerca de 1 milhão de bancários que em meados da década de 1980 compunham a força de trabalho dos bancos, restam hoje aproximadamente 400 mil” (JINKINGS, 2006: 193). Nesse caso, a contradição entre trabalho e capital persiste no fato de que “bancário compreende estar trabalhando mais intensamente, comumente realizando horas extras, percebendo salários relativamente menores em comparação com anos anteriores”. Sobre isso nos diz um caixa de banco privado: “*é um trabalho intenso, né? Quer dizer, a gente trabalha seis horas por dia, de onze às cinco que é o horário normal. Seis horas é pouco tempo, mas é bastante intenso assim*”. Em contrapartida, revela compreender também que dessa forma mantém o emprego, transformando o medo em produtividade (SEGNINI, 1999: 195). E, assim complementa um escriturário:

“você pode chegar lá amanhã e na sua cadeira, na sua mesa e não ter mais nada na sua mesa assim. Já ter retirado de lá e já ter outra pessoa ocupando ou que vá ocupar

²⁹ Segundo o relato de um bancário citado na página 89, a fim de satisfazer as “necessidades do cliente” sua jornada pode estender-se até 11 horas diárias. Vale dizer que o cliente, nesse caso é tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica.

seu cargo e sua comissão. (...) Mas a impressão que eu tenho com esse tipo de padrão, com esse medo é como se o funcionário fosse render mais e trabalhar o mais possível”.

Não são necessários maiores argumentos para comprovar que desde as práticas de gestão individualizantes do trabalho, as privatizações, o caráter de empresa privada dos bancos ainda estatais e, claro até o medo do desemprego, lançaram a solidariedade bancária a objetivos limitados como as reivindicações salariais, sendo notório o recuo das reivindicações de ordem geral, definindo uma atitude mais defensiva. Mas a tendência do setor bancário de “compensação do número reduzido de trabalhadores pela elevação do grau de exploração do trabalho tem certas limitações insuperáveis” (MARX, 1984b: 187). Ou seja, se a década de 1990 foi marcada por altas taxas de desemprego, seja pelos Programas de Demissão Voluntária (PDV), automatização ampliada ou reengenharia dos postos de trabalho, a *Nota técnica* do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) relativa ao emprego bancário nos anos de 2005-2006 apontou o aumento da rotatividade no setor. A conclusão da pesquisa indica que esta rotatividade bancária, mesmo possuindo relação com a redução dos gastos com a força de trabalho, pois, “os salários médios de admissão foram inferiores aos salários de demissão”; este não constitui único fator da rotatividade, na realidade, “estão associados ao fenômeno fatores como tempo de casa do empregado e curva de experiência, reorganização do trabalho e adequação do perfil do trabalho às estratégias de negócio da empresa” (DIEESE, 2006: 3). Diante dos limites intrínsecos à redução do capital variável como tentativa de inibir a queda da taxa de lucro, a rotatividade da força de trabalho confirma uma segunda estratégia de exploração no setor como um de nossos entrevistados relatou, que “*o banco tem uma política hoje de fazer uma isonomia por baixo*”.

Antunes, baseando-se em longo trabalho de campo verificou que “A atividade bancária, redefinida a partir dos movimentos de racionalização e tecnificação, agregou novos atributos às exigências de qualificação do trabalho bancário. Contudo, o que tem sido constatado é a permanência de tarefas repetitivas, rotineiras, que coexistem com certa complexificação do trabalho vinculado ao atendimento personalizado”. Ao que tudo indica a qualificação exigida para o processo de trabalho bancário, não é de todo necessária, “pois alguns procedimentos permanecem muito simples, com controles rígidos, apontando para a forma como se expressa o controle do trabalho e o domínio do capital, que realiza um

processo renovado e eficaz de subordinação" (ANTUNES, 2001: 165). Na mesma linha de raciocínio, Liliana Segnini, complementa exemplificando que “na função de gerente, a particularidade de cada caso, a singularidade que cada cliente representa é minimizada pela construção de *softwares* que, pelo preenchimento de ficha cadastral, informa o ‘valor’ (em termos de riscos e rentabilidade) desse cliente”. (...) “Nesse sentido, torna-se necessário saber utilizar esses programas, de comandos simples, que não demandam longo processo de formação”. O que tudo indica é certa prevalência de métodos taylorizados de trabalho, ou seja, trabalho prescrito, ritmos, movimentos e quantidades controladas pelos níveis hierárquicos de trabalho. E mais, as exigências de índices de escolaridade e formação profissional mais elevado, não correspondem, portanto, ao conteúdo do posto e processo de trabalho em-si, senão a um critério de exclusão via desemprego daqueles que não conseguem seguir as “tendências” do mercado (SEGNINI, 1999: 197-198).

Dito isso, segundo Larangeira, a multifuncionalidade bancária estaria associada tanto à necessidade de atender ao crescimento da produtividade (variações nos picos de atendimento), quanto à nova concepção em termos de organização do trabalho (reengenharias de postos de trabalho), no atendimento do cliente, onde o bancário deve suprir todas as necessidades deste sem ter de recorrer a outros bancários. Isso "supõe, certamente, maior responsabilidade e demanda de envolvimento, mas não necessariamente maior participação nos diferentes níveis de decisão" (LARANGEIRA, 1997: 130-131). Apenas para confirmar, quando perguntamos a um caixa se é possível participar com idéias ou sugestões, o entrevistado foi enfático ao dizer que “*não é dado um espaço pra gente participar não, a gente tem que se impor se quiser fazer alguma coisa*”. Mais uma vez, mediante regras e processos pré-estabelecidos os bancários devem cumprir aquilo que se espera deles.

4.1.2 – Serviço de Atendimento ao Consumidor: as centrais de tele-atendimento nas tramas da “taylorização”?

Com a ascensão explosiva da imperiosidade de se satisfazer as necessidades da *misteriosa entidade independente*, ou na linguagem comum, *o cliente exigente*, os serviços de atendimento ao cliente tornam-se uma questão chave para grande parte das empresas

modernas. Nessas centrais as atividades são desenvolvidas, basicamente, via telefone através da combinação de elementos da informática e das telecomunicações, também conhecida como “telemática” ou “tele-informática”. A questão chave refere-se justamente às estratégias altamente flexíveis de venda, melhoria e qualidade dos produtos e serviços, daí a explosão, por exemplo, dos Serviços de Atendimento ao Cliente ou SAC; ou seja, a atividade de tele-atendimento é capaz de adaptar-se a vários tipos de atividades ou campanhas e, simultaneamente prestar serviços diferenciados. Nesse sentido, as Centrais de Tele-Atendimento (CTAs), *Call Center* ou empresas de *Telemarketing* representam um setor de expansão recente, tanto no Brasil como no mundo. Segundo Venco, em 2005 eram, apenas no Brasil, 600 mil trabalhadores distribuídos em 1.827 empresas, das quais 250 são terceirizadas. Entretanto, são números ainda modestos quando comparados, por exemplo, aos Estados Unidos que contam com 50 mil CTAs (VENCO, 2006).

Apesar de constituir uma atividade de elevada complexidade devido à exigência de conhecimentos sobre sistemas informatizados, bom trato pessoal no atendimento ao cliente e habilidade de se digitar informações simultaneamente em que se atende ao telefone, existe uma forte tendência de se estabelecer analogias entre a atividade de tele-operador com a atividade em linhas de montagem taylorista. Essa continuidade taylorista na descontinuidade da telemática é resumida claramente no fato de que as centrais de tele-atendimento sejam as fábricas modernas, pois

...a organização do trabalho praticada nessas empresas é marcada pelo trabalho repetitivo, baseado na reprodução de falas padronizadas expressas nos *scripts*, no tempo de atendimento controlado e no controle individual dos trabalhos, os quais reproduzem os procedimentos industriais nas relações comerciais (Idem, *ibidem*: 8).

Mas, além de tais continuidades no interior da descontinuidade do processo de controle e exploração do trabalho, acreditamos que a característica mais marcante deste setor encontre-se na *taylorização da voz*; se na fábrica de matiz taylorista-fordista o controle dos movimentos era notoriamente o controle dos músculos, nas empresas modernas de tele-atendimento o controle dos movimentos fundamenta-se principalmente no controle da voz dos atendentes. Esse processo de “taylorização da voz” e, até mesmo da habilidade intelectual, segundo Braga, possui objetivos muito claros: “multiplicar as operações e diminuir seus custos por meio da redução do estatuto da comunicação à

condição de pura instrumentalidade destituída de toda significação” (2006: 140). Tal situação paradoxal capaz de causar perplexidade em qualquer observador, ou seja, o entorpecimento das capacidades intelectivas e comunicativas dos empregados de um dos setores maior sofisticação tecnológica, é indicativa de que a organização racional do trabalho encontra respaldo na sofisticação tecno-informática. De acordo com os estudos de Venco, o controle da atividade tem início nas posições de atendimento (PA) que pelo *software* registra toda e qualquer movimentação do tele-operador: desde o momento em que inserem seu *login* e estão aptos a realizar ou receber chamadas, o número de ligações feitas ou recebidas, o tempo de atendimento, as pausas, as vendas realizadas, as estatísticas dos resultados das ligações, a indicação de clientes à espera e o tempo excedido de atendimento, até a URA, (Unidade de Resposta Audível), que, automaticamente distribui as ligações recebidas entre os tele-operadores há mais tempo ociosos e, grava, na íntegra, todos os atendimentos (VENCO, 2006).

Mas a subsunção e “colaboração” do tele-operador aos interesses de extração de sobre-valor da empresa não podem ser obtidos simplesmente pela implementação e organização técnica do trabalho nas CTAs. Como temos enfatizado ao longo da dissertação, o elemento subjetivo ou individual exerce grande peso e os tele-operadores aqui não são exceção. Firma-se ao lado do medo do desemprego e da “suposta” cumplicidade que se cria a partir de tal “medo” e do ambiente de concorrência econômica inevitável (o já referido “ter de fazer por onde”), uma série de estratégias de dominação, que têm início logo no processo de seleção de pessoal, ou seja, durante as várias etapas deste processo são exigidas qualidades comportamentais e culturais, desde comprometimento, disponibilidade, flexibilidade até a prontidão em aceitar novas regras (Cf. BRAGA, 2006). Essas estratégias de dominação visam claramente a “colaboração” dos tele-operadores com os objetivos da empresa, nesse sentido, verificamos em nosso trabalho de campo o recurso a atitudes *infantis e infantilizadoras* da supervisão no intuito de internalizar tais objetivos na consciência de seus subordinados. De um lado, o sistema de regras, sanções e advertências expressas pela pressão por resultados, pelo batimento de metas como nos disse um dos entrevistados: “*A cada meia hora você pode perceber que tem alguém gritando, um por um, “quanto você vendeu?”, e no meio de todo mundo: “quanto você vendeu?”, “não vendeu nada até agora, já são dez horas da manhã*”. Por outro lado, o sistema de recompensas e premiações caso o tele-operador tenha bons

resultados, que vão de prêmios “inexpressivos” como uma caneta, estojos e camisetas da empresa, até aparelhos eletrônicos sofisticados ou a “liberação” do trabalho aos sábados. Venco e Braga afirmam que as práticas infantis e infantilizadoras podem chegar a absurdos humilhantes, como o “nariz de palhaço”, a “camiseta de mico” ou “um martelo de plástico para bater na cabeça dos operadores, pedindo mais vendas” (BRAGA, 2006, VENCO, 2006).

As pressões da concorrência e o clima de competição é continuamente reforçado na ênfase da satisfação das necessidades do cliente. A este respeito, o trabalho de campo revelou que, paralelamente aos mecanismos de controle dos tempos e gestos, o “controle de qualidade do atendimento” exerce grande parte da pressão por resultados. Na empresa estudada, este controle de qualidade do atendimento é realizado imediatamente após a prestação do serviço, sendo assim, efetivada a venda ou solucionado o problema a chamada é transferida a outro tele-operador que verifica toda a negociação com o cliente, e, caso exista alguma “falha” no atendimento, o cliente é imediatamente re-transferido ao tele-operador que deu início à relação. Desse modo, além das sanções e advertências dos supervisores alia-se outra forma de sanção, como nos relata uma tele-operadora: *“ele [o cliente] não quer saber quem tá do outro lado linha, (...) ele não quer saber, desliga o telefone na sua cara... isso é normal, muito normal, até demais, eu acho que não devia ser tão normal como é”*. A entrevistada ainda divide o tipo de cliente encontrado no cotidiano em dois tipos, o calmo e o estressado, fato que exige do tele-operador a fim de escapar das possíveis sanções e punições do cliente, a capacidade de mobilizar imediatamente toda sua capacidade de manejo pessoal, engenhosidade para solucionar questões não previstas pela supervisão.

Para encerrar, cabe ressaltar que apesar da “taylorização” do setor, podemos encontrar alguns aspectos comuns ao toyotismo como, por exemplo, a multifuncionalidade e a gestão participativa. Encontramos um caso em que o tele-operador, além de exercer sua atividade diária de vendas era também coordenador da “participação de qualidade de atendimento”. Sobre isso nos informou que contribuiu com idéias significativas: *“eu coloquei os uniformes dos técnicos externos, das empreiteiras que a [empresa] faz, eles fizeram os uniformes. Os adesivos dos carros da [empresa] fui eu que sugeri”*. Segundo este, o cargo de coordenador não representava modificação direta em sua remuneração

nem mesmo mudança de cargo, senão que acúmulo de tarefas e, assim, essa coordenação realizada em equipe era mensurada ao fim do ano e de acordo com seus resultados recebia algumas premiações. Mas, apesar da participação com idéias e sugestões, estas continuam restritas aos interesses da empresa e ao que esta espera de seus operadores.

4.1.3 – Operador de Caixa em Supermercados: a linha de frente na satisfação da “misteriosa entidade independente”

Na década de 1990, mais especificamente a partir de 1996, após a estabilização da inflação, aprofundamento da abertura comercial e implantação do Plano Real, o setor supermercadista brasileiro foi marcado por um intenso processo de desnacionalização via fusões e aquisições das redes nacionais de supermercados. Nota-se nesse período a entrada maciça de capitais holandeses, portugueses, franceses e estadunidenses no setor. Nesse sentido, o novo cenário do setor supermercadista ao longo dos últimos dez anos é altamente competitivo. A nova realidade composta pela competição entre as grandes redes nacionais e/ou internacionais implantou o banco de horas, trabalho aos domingos, lojas abertas 24 horas, maior poder de pressão sobre os fornecedores, investimentos ampliados em novas tecnologias de informação e controle de estoques, crescimento da automação comercial, modificações nos modelos de organização e gestão do trabalho, redução dos postos de trabalho e atendimento com foco no cliente.

Há, portanto, uma lacuna na literatura sociológica sobre as transformações e impactos da reestruturação produtiva e concentração de capital no setor, trata-se fundamentalmente de um campo ainda inexplorado. A fim de melhor delinear o processo de trabalho e os impactos estruturais sobre este, recorreremos basicamente a alguns estudos e boletins do DIEESE, além de nosso trabalho de campo. Apesar de apontarmos algumas características que definem o setor, nos concentraremos no processo de trabalho do operador de caixa, justamente pelas peculiaridades operacionais de sua atividade. O setor supermercadista que envolve os supermercados de pequeno porte, os supermercados propriamente ditos, os hipermercados e a grande “novidade”, os clubes de compra, está basicamente integrado ao comércio. Uma das principais características do setor é o auto-serviço, ou seja, os produtos dispostos em sua maior parte nas prateleiras “dispensam” a

necessidade de acompanhamento de vendedores ou atendentes junto ao cliente. A relação entre atendentes e clientes nos supermercados são mais frequentes apenas em determinados setores como padaria, açougue, peixaria, eletroeletrônicos e também, indispensavelmente, a frente de caixa.

Mas como definir a função e o processo de trabalho do operador de caixa? Podemos definir sua atividade como aquela que recebe através da esteira e registra todas as mercadorias compradas pelos clientes através de um sistema automatizado de leitura ótica, recebe os pagamentos e repassa o troco devido. Seu posto de trabalho fica localizado na frente da loja, local extremamente importante, uma vez que todas as operações de encerramento de venda, contato direto com o cliente, além também estarem ali os empacotadores (quando existem), fiscais de caixa e o respectivo gerente do setor. Dito isso, é possível extrair algumas conclusões acerca do trabalho de operador de caixa em supermercados. Em primeiro lugar, como este é um setor integrado ao comércio sua atividade, em muitos casos depende das flutuações do movimento de vendas nas lojas. Assim, o trabalho em supermercados, e, especialmente do operador de caixa varia entre picos e depressões ao longo da semana, portanto a jornada de trabalho aos fins de semana, feriados e festividades pode ser demasiadamente longa, quando abordamos este assunto com um de nossos entrevistados ouvimos o seguinte relato:

“Época de final de ano é triste. (...) Tanto assim, no “sentir” como no “real”, porque na época de natal nós tivemos uma diferença no dia 23 e 24. No dia 23 todos os funcionários tiveram que chegar 11:00h, né? (...) Os da tarde chegaram 11:00h e saíram as 22:00h, e os de manhã chegaram as 6:00h e saíram, ao invés de sair as 15:00 da tarde, saíram as 18:00h, entendeu? Aí teve esse aumento”.

Mesmo que tal “diferença” tenha sido aplicada a todos os empregados da loja chegando até 11 horas de trabalho, acreditamos que para os operadores de caixa o aumento considerável de 3 horas na jornada de trabalho é ainda mais desgastante, alienante e desolador. Como apresentamos algumas linhas acima, a frente de caixa é a relação final entre a empresa e a “misteriosa entidade independente”, além do que ali se situam os fiscais de caixa e gerente do setor. Num momento em que a demanda pelas mercadorias aumenta consideravelmente, a pressão por resultados é ainda maior. Os clientes dos supermercados buscam na verdade o menor tempo possível de permanência nas filas e de

processamento das compras, e a preocupação com a redução máxima desse tempo competem aos operadores de caixa, que por sua vez são pressionados também pela presença constante dos fiscais e gerentes. A realidade que se firma no labor do operador de caixa vai desde o “medo” das grandes diferenças no fechamento do caixa, o número de itens passados por minuto, até o receio no trato com o cliente, que sempre exige que estes sejam “simpáticos”, “cordiais” e “prestativos”. Em nossas entrevistas nos deparamos com diversas queixas por parte dos operadores sobre essa relação empresa-cliente, como nos relatou um de nossos entrevistados que “*quando o cliente xinga a gente ele tem razão, quando ele xinga o mercado ele não tem*”. Uma das insatisfações do “cliente exigente” refere-se também à “negligência” dos operadores de caixa em empacotar suas mercadorias, o que reafirma o caráter intensificado de sua atividade, ou seja, além de processar rapidez as compras, ser cordial e simpático, eles devem também ser prestativos desempenhando uma segunda tarefa; além do que a insatisfação do cliente – do ponto de vista *do* capital – é resultado da ineficiência *do* trabalho e não dos resultados da intensificação e extração de mais-valia.

Outro fator que aumenta consideravelmente a intensificação e a exploração do trabalho no setor é o funcionamento das lojas aos domingos. De acordo com estudo do DIEESE e dos Sindicatos dos Comerciantes de São Paulo, a “flexibilidade” dos horários foi introduzida na legislação no final de 1997. “Posteriormente, houve a alteração do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que se transformou em lei, regulamentando a instituição do banco de horas” (DIEESE, 2003). O funcionamento dos supermercados aos domingos transforma radicalmente o cotidiano dos trabalhadores do setor. Desde a qualidade do repouso, lazer e convívio familiar até a remuneração. Encontramos relatos de operadores de caixa que passam de quatro a seis domingos sem “folgar”. A questão se complica com a instauração do banco de horas, pois o domingo é considerado como um dia qualquer da semana, portanto, não é contabilizado como hora extra, uma vez que vai para o sistema de compensação.

O desemprego no setor, apesar de relativizado pelo crescimento no número de lojas, é elevado, assim como a rotatividade onde o tempo de permanência média no emprego é de 2 anos. De acordo com dados do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e do DIEESE (2003), enquanto os 300 maiores supermercados em 1993 empregavam 282.129

trabalhadores, em 2002 esse número aumentou para 303.925 empregos. Mas, existe certa “relatividade” no crescimento do emprego dos 300 maiores supermercados dado as transformações na estrutura física das lojas. Se, em 1993 existiam em média, 7,2 trabalhadores para cada 100 m², em 2002 este número reduziu para apenas 5,8. Em proporção inversa, a área de venda por loja também cresceu consideravelmente, de 1.147 m² em 1993 para 1.354 m² em 2002. Resultado, mesmo com a aparente geração de empregos no setor, a relação entre o número de empregados por loja e estrutura física revela a tendência de acúmulo de tarefas, ritmo de trabalho e responsabilidades para os trabalhadores.

Nesse sentido, as características definidoras do setor supermercadista são tendencialmente explosivas no que diz respeito à relação capital-trabalho. Por exemplo, em 1996 cada loja contava, em média, com 82 empregados. Apenas para efeito de comparação, em 1994 na indústria de transformação no estado de São Paulo, o número médio de trabalhadores era de 31,4. Os bancos privados, em 1996 dispunham em média de 26,3 funcionários por agência. O número médio nos supermercados em 2002, apesar de reduzido para 78 por loja ainda é significativo (DIEESE, 1997; 2003). Assim, as lojas do setor supermercadista ainda podem ser consideradas locais de grande concentração de trabalhadores, contrariando a tendência geral de dispersão e brusca redução dos assalariados. Mas quais são os fatores capazes de conter a tendência reivindicativa ou sindical do setor? Podemos enumerar algumas, como o “medo” do desemprego e o “novo” compromisso derivado desse medo, a divisão dos trabalhadores em turnos dispersados ao longo do dia e, a nova orientação de individual e coletivo com seus elementos “participativos” e “colaborativos”. É interessante citar a fala de uma operadora de caixa entrevistada sobre a importância de colaborar com o supermercado:

“É importante até para nós mesmos funcionários. Porque se o mercado vai bem, a gente se dá bem; porque aí temos gratificações, tem bônus, tem promoções, quando o funcionário se destaca ele é eleito funcionário do mês. Aí ele já muda de setor. (...) Então, vai tipo assim, tendo um crescimento dentro da empresa”.

De outro lado, encontramos o aspecto “humanizador” das novas formas de gestão na denominação de “associado” ao lado de colaborador ou parceiro. Sendo assim, ser associado é definido por uma terceira operadora de caixa como:

“Aquela união a procura de um único objetivo. É isso que eu vejo que é lá no [hipermercado]. (...) Não é tratado como trabalhador ou não sei o que. É um tipo uma associação, ou seja, é um grupo não assim como trabalho ou isso tudo mesmo, é união”.

Não é necessária muita imaginação para se dar conta de que a articulação de sistemas de premiação e possibilidades de ascensão no emprego e a compreensão de que esta premiação e ascensão só podem existir mediante envolvimento e espírito de equipe de acordo com os objetivos da empresa. É notável que as novas formas de gestão e organização do trabalho derrubam as formas tradicionais de acumulação de forças em torno da mobilização sindical ou enquanto classe trabalhadora. Assim como os bancários e operadores de tele-atendimento, mediante regras e processos pré-estabelecidos os operadores de caixa devem cumprir aquilo que se espera deles.

4.2 – A “concreticidade” do trabalho contemporâneo perante a “teoria” da alienação: em busca da substancialidade do fenômeno

Mesmo já tratando em nossa introdução de algumas questões acerca do método, nunca é demais retomar os problemas, limites ou mal-entendidos derivados da adoção e filiação a determinada metodologia ou campo das ciências sociais. Numa obra instigante sobre metodologia da pesquisa, Bourdieu em colaboração com outros sociólogos franceses reflete sobre estes “problemas”, “limites” ou “mal-entendidos” do seguinte modo:

...À tentação sempre renascente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório, só podemos opor o treino constante na vigilância epistemológica que subordina a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular (BOURDIEU, 2004: 14).

O ponto decisivo da “vigilância epistemológica” em nosso caso, não é necessariamente refletir sobre a “ciência já feita” como a ontologia e a crítica da alienação marxiana, mas de através do recurso as entrevistas semi-estruturadas refletir e colocar a própria teoria à prova do tempo e da concreticidade. Esta técnica de pesquisa, a entrevista

semi-estruturada não é de modo algum entendida como “receituário de cozinha científica”, que simplesmente anexada ao texto traz “revelações magníficas” sem uma interpretação interessada, mas também, não intencionamos simplesmente manipular e controlar o material de campo a nosso prazer. Ao analisar e identificar os quatro aspectos da alienação e a personificação do trabalho, a consciência do peso da “vigilância epistemológica” ressalta o receio de transformar estes aspectos da alienação assim como a personificação em conceitos estanques e meramente “encaixotados” na fala dos entrevistados. Tendo em mente, o perigo de uma análise estancada de tipo positivista, preferimos manter a crítica e análise destes pontos “diluídos” ao longo do texto. Como dito na introdução, o que nosso trabalho de campo pode dizer sobre os quatro aspectos do fenômeno da alienação e das respectivas personificações? É possível encontrar elementos indicativos do aprofundamento do fenômeno da alienação na experiência cotidiana da classe trabalhadora ou dos “colaboradores”?

A primeira das questões deve ser avaliada de acordo com alguns dos aspectos da *reestruturação* do “novo tipo humano”, passando desde o *rebatizado* dos trabalhadores até as novas formas de gestão da força de trabalho, como por exemplo, o foco no cliente, a gestão participativa, os times de trabalho, a multifuncionalidade, a criatividade e a inteligência no trabalho. A universalização do toyotismo, sua emergência enquanto “momento predominante” da produção global de mercadorias não se deu por mero acaso ou por mera “tradição” oriental, como vimos, ela se insere no cenário mundial por sua capacidade de articular a continuidade da racionalização do trabalho com as novas necessidades da acumulação capitalista, então, a reestruturação produtiva é marcadamente uma relação dialética de *continuidade no interior da descontinuidade* do sistema sociometabólico do capital. De fato, mesmo com o recurso a diversos e extravagantes “eufemismos” e “adornos” do processo de trabalho com práticas supostamente interessadas em “humanizar” o trabalho, permanece inquestionável a realidade de que a relação do trabalhador com o *que se produz* e para *quem se produz* não foi positivamente alterada em uma vírgula sequer. Mesmo nos locais de trabalho que primam pela “participação” e “colaboração” como uma empresa de serviços de TV a cabo e um grande banco privado é claramente restringido por palavras de ordem como “*você é pago pra fazer resultado dentro da empresa*” e/ou “*a gente vai dando idéia e, sempre algumas coisas mudam. Quando é conveniente mudam*”. Mesmo a participação em determinados

momentos de elaboração dos processos de trabalho e o rebatizado do trabalhador em colaborador são insuficientes para a transformação plena ou “democratização” do sistema capitalista da divisão do trabalho. A leitura crítica dos recursos ambíguos das novas formas de gestão do trabalho revela claramente a continuidade da alienação, agora com “*aparência humanizada*”, mas mantendo sua “*essência desumanizadora*” (Cf. ANTUNES, 2003). Sobre este mesmo aspecto Dal Rosso enfatiza que sob a regência do capital “as atividades de trabalho podem oferecer alguma oportunidade para criatividade. Mas são, por essência, trabalho compulsório, alienado”. Na atividade que produz valor, resumida pelo trabalho assalariado, “o limite da criatividade, do desenvolvimento humano, da liberdade, está posto gritantemente pela compulsoriedade” (DAL ROSSO, 1996: 33). Destacamos então que do ponto de vista do capital, as práticas que valorizam a capacidade humana e a colaboração no trabalho não compreendem de nenhum modo uma revolução na estrutura de comando do capital, em outros termos, no fim da estrutura antagônica de produção e reprodução social.

Podemos sem a menor dúvida apontar uma questão que turva ou até mesmo põe em xeque a realidade desumana do fenômeno da alienação na contemporaneidade. Já destacamos muitas vezes que a passagem das sociedades naturais às primeiras formações puramente sociais ou capitalistas ocorreu por meio de absurdos e violências inauditas (Cf. Capítulo 1 item 3, nesta dissertação). Nesse sentido, a alienação do trabalho ganhou contornos ainda mais desumanizadores que a alienação religiosa ou as barreiras político-tradicionais da comunidade, pois a tendência posta em marcha pela subsunção formal do trabalho era a *alienação do trabalho por meio da contínua bestialização do trabalhador, o valor da força de trabalho apenas garantia um mínimo de vida humana*. As dificuldades de compreensão que comprometem a crítica do fenômeno surgem de fato da análise superficial do mundo do trabalho, uma vez que as novas formas de gestão do trabalho com suas referências às equipes de trabalho, ao ambiente “artificialmente” familiar da empresa, estímulos de engajamento pessoal no trabalho por diversas vias, como por exemplo, a possibilidade de participação maior nos lucros ou no rebatizado da classe trabalhadora parece ter de fato rompido com a rotinização, limitação e bestialização das habilidades individuais no processo de trabalho. Não pretendemos dizer aqui o absurdo de que a subsunção real do trabalho ao capital operou uma melhoria na condição proletária, liberando-a das extensas jornadas de trabalho, da alienação, da miséria etc., como vimos as

duas formas de subsunção do trabalho ao capital não se excluem, ao contrário, caminham muito bem juntas em nossos “modernos tempos”. Sendo assim, acreditamos que os relatos colhidos no campo são capazes de indicar com bastante objetividade a clareza e a continuidade do fenômeno da alienação, contrariando e desconstruindo profundamente as opiniões e certezas mais otimistas sobre as possibilidades de união de interesses entre capital e trabalho. Levando em conta o “estranho paradoxo” do trabalho contemporâneo – o trânsito cotidiano do trabalhador entre a satisfação e a insatisfação –, como nos relatou uma operadora de caixa quando perguntada se em algum momento se sentia “sobrecarregada” ou “explorada”: *“eu não me sinto, explorada não. (...) Acho que é porque tudo que eles me pedem pra fazer eu faço”*. Como é possível, através dos relatos colhidos nas entrevistas de campo indicar a contemporaneidade da tendência à maximização ou aprofundamento do fenômeno da alienação na experiência cotidiana? Vejamos o que nos dizem alguns dos “colaboradores” flexíveis, multifuncionais e intelectualizados quando indagados sobre *a realidade e a realização* no trabalho:

“É difícil explicar, porque eu acho terrível. Eu acho terrível, acho péssimo ser caixa. E eu acabo ficando dependente dessa função, não posso simplesmente largar porque já tenho uma vida construída em função dessa renda que oferece, dessa comissão que oferece. E a gente acaba ficando mais tempo que gostaria de ficar” (bancário).

“Não que eu me sinta feliz, né? Porque não é o que eu quero pra mim, mas tudo que eu faço eu procuro gostar daquilo que eu faço” (operadora de caixa).

Não é preciso muito para sugerir a continuidade do fenômeno com base nos quatro aspectos da alienação tal como temos visto até o momento. De imediato reconhecemos dois aspectos fundamentais do fenômeno da alienação – *a alienação da natureza e de si mesmo*. O processo de trabalho contemporâneo por mais que se apresente com roupagem “humanizada”, mantém inalterada algumas das barreiras sociais das possibilidades de desenvolvimento humano. Verificamos que a atividade ou o trabalho contemporâneo nas empresas modernas não são necessariamente o objetivo nem muito menos a realização do sujeito que trabalha, o mesmo bancário complementa seu relato dizendo que *“ainda achava que aquilo ali ainda poderia me render possibilidades, que o ambiente de trabalho poderia ser agradável, esse tipo de coisa assim”*. O trabalho abstrato sob regência do processo capitalista movido pela necessidade de expansão e continua valorização de

valores existentes, só pode se movimentar dentro destas margens previamente determinadas, além desses limites de valorização do capital adiantado o trabalho surge como insubordinação ou rebeldia. Como nos relatou um operador de caixa de supermercados, *“operador sofre, trabalhar em mercado é sofrido. É bom pelo fato de estar trabalhando”*, nessa direção, a afirmação marxiana de que *“o trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele”* (MARX, 2004: 83) não se remete somente aos termos da *bestialização do sujeito que trabalha na intenção de reduzi-lo a um animal de tração, mas à substancialidade do fenômeno desumanizador, de negação da essencialidade ontológica humana de ir sempre além de si mesma posta no interior daquela continuidade no interior da descontinuidade do sistema sociometabólico do capital*.

Se o trabalho contemporâneo não satisfaz nem realiza o indivíduo, antes disso, mantém indícios claros da sustentação da alienação, o que podemos dizer sobre o engajamento estimulado, com suas referências trabalho em equipe, à união no trabalho e a busca de objetivos comuns entre empregados e empregadores? Vimos que na empresa moderna, flexível e de raiz “toyotista” surge uma interessante mobilização e articulação entre coletivo e individual na empresa. De um lado, o recurso e apelo contínuo a valores coletivos e comunitários, como time, equipe, solidariedade, família e “aquela união a procura de um único objetivo”. Por outro lado, a pressão individual por resultados “a cada meia hora” como meio de medir o desempenho das carreiras individualizadas. O resultado dessa medonha articulação e mobilização entre coletivo e individual na empresa moderna é a premiação dos indivíduos dispostos, cordiais, flexíveis, bem adaptados a mudanças e com trabalhos em grupos de geometria variável conforme a demanda. Um exemplo claro dessa realidade do trabalho contemporâneo pode ser notada nas reuniões de avaliação de desempenho e até mesmo no cotidiano no local do trabalho, onde numa relação “aparentemente” isenta de hierarquias os colaboradores apresentam algumas idéias e sugestões no intuito de melhorar a qualidade no atendimento e nos serviços. A este respeito, um bancário revelou que

“algumas coisas são mudadas por causa dessas idéias. Por exemplo, uma coisa do sistema; só quem sabe é a gente que trabalha: se o sistema está legal, se está lento, se não está, se tem alguma coisa que perturba, que atrapalha. Então, a gente vai dando idéia e, sempre algumas coisas mudam, quando é conveniente mudam”.

Vimos em nosso primeiro capítulo que o desenvolvimento do ser social a patamares cada vez mais elevados, além do salto efetivado pelo trabalho exige cada vez mais mediações capazes de estabelecer as relações concretas entre o indivíduo e a totalidade social que o circunda. A individualidade que sobressai do desenvolvimento ontológico social tem, portanto, a “necessidade de um órgão social para poder referir prática e realmente a si próprio os preceitos sociais, para elaborar, através desta mediação, o regulamento moral da vida da sociedade em uma exigência da individualidade” (LUKÁCS, 1981: 328). Deste ponto de vista, essa “interessante” relação entre coletivo e individual nas empresas modernas parece sugerir àquela possibilidade objetiva das mediações de segunda ordem do capital de “alterar” e de “apropriar” cada uma das mediações de primeira ordem, tornando-as “quase” irreconhecíveis a fim de subordinar tudo ao imperativo de acumulação de capital. Portanto, de acordo com os fundamentos ontológicos do ser social, a invasão institucional da lógica do valor no cotidiano da classe trabalhadora parece ter transformado, não só esta classe, mas senão toda a sociedade humana em uma “sociedade de indivíduos”, em termos quase literais. Em outras palavras, se o desenvolvimento da socialidade só é efetivado por meio de relações articuladas, mas essas mediações originariamente humanas são desfiguradas pela imperiosidade do sistema orgânico do capital, o desenvolvimento social que se realiza ergue-se como anacronismo histórico-social, “retorna” via alienação ao “mutismo” originário da existência, aliena a existência genérica do ser social, sua socialidade, uma vez que a individualidade “multifuncional” do trabalho contemporâneo apenas se refere à totalidade social muito *remotamente*, apenas como um *meio alienado de produzir riqueza social reificada e não como uma relação recíproca de desenvolvimento da totalidade concreta*. Reside na nova articulação entre individual e coletivo *a alienação genérica do ser social*.

Assim como o trabalho em equipe “cínicamente” apela a diversas referências a valores coletivos e comunitários, a “satisfação do cliente” ou da “misteriosa entidade independente” realiza um apelo – em nada menos “cínico” – a valores de moralidade e humanização da relação entre empresa e consumidor. Encontramos no *Código de ética* da Companhia Brasileira de Distribuição a seguinte referência sobre a importância do cliente: “A Companhia orgulha-se de ter um forte e respeitável relacionamento com seus clientes. Esse relacionamento é a chave do nosso sucesso, então, asseguramos permanentemente a qualidade de nossos produtos e serviços” (Companhia Brasileira de Distribuição, 2004:

11). Já vimos que a necessidade de satisfação do cliente é um traço comum às três categorias investigadas (bancários, tele-atendentes e supermercadistas), então, é suficientemente claro que a alusão às *necessidades do cliente exigente* consiste num eufemismo capaz de transferir a brutalidade e desumanidade da exploração da força de trabalho a uma esfera menos “conflituosa” e de maior “sedução” ideológica. Mas, além disso, conforme os relatos obtidos nas entrevistas o respeito e a importância do cliente antes de reforçar o reconhecimento de que se trata de uma relação entre pessoas, entre indivíduos *humanamente* mediados, na realidade amplia a realidade da disjunção radical da satisfação de necessidades originariamente humanas e aquelas necessidades de acumulação do capital. O trabalho multifuncional, colaborativo e inteligente é singularmente caracterizado pelo “batimento” de metas e/ou pelo crescimento dos “resultados” previamente estabelecidos, portanto, as “quantidades” de serviço vendidas parecem pesar muito mais na balança das reais necessidades da empresa moderna do que a “qualidade” do serviço prestado. O operador de caixa em supermercados trabalha com um sistema de metas e objetivos comum aos trabalhadores de outros setores, como por exemplo, a fidelização do cliente via cartão de crédito do supermercado. Assim, o operador descreve o momento de sobreposição da “imperiosidade” das metas e o “respeito” ao cliente, típico do homem *alienado do homem*:

“Porque lá [no supermercado] tem um problema. Porque quando a comunicação do caixa cai, ele [o cartão de crédito do supermercado] é o único cartão que não passa, entendeu? E a gente não pode chegar e falar isso pro cliente, né? Que aí acaba de vez com o nome do cartão”.

Do mesmo modo, um dos bancários entrevistados nos diz com excessiva clareza a realidade dessa sobreposição peculiar:

“Não interessa se você está dentro da legalidade do código do consumidor ou não, você tem que fazer aquilo e tal. Por exemplo, ativar cartão de crédito. Já ativei assim, mais de cinco mil cartões de crédito sem anuência do cliente. Vai lá e ativa, aí pronto, vai ativando todo sistema. Todo mundo sabe, do gerente ao superintendente do produto”.

Impossível discordar aqui com os escritos marxianos de que “cada homem especula sobre como criar no outro uma *nova* carência a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de *fruição* e, por isso, de ruína

econômica” (MARX, 2004: 139). A “misteriosa entidade independente” e suas diversas manifestações eufemisticamente cínicas como clientes *personnalité, fidelizados ou especiais* nada mais são do que a perpetuação do homem alienado de sua maior riqueza, *o outro homem*.

Cabe agora, portanto, examinar à luz do que foi dito até agora o rebatizado da classe trabalhadora como “colaborador”, “parceiro” ou “associado” como *maximização da tendência* à alienação. Não no sentido de uma nova manifestação do fenômeno da alienação, mas no sentido da desumanização posta em marcha pela contínua articulação dos quatro aspectos essenciais da alienação e da ascendência histórica do sistema orgânico do capital. Se no plano teórico a personificação do trabalho é dada pela defesa “natural” da relação-capital como a defesa da própria existência do sujeito real da produção, no plano da realidade cotidiana personificar o trabalho via naturalização e defesa da relação-capital, como nos diz uma tele-operadora, não é diferente:

(...) eu acho fundamental, porque a gente querendo ou não a agente é o alicerce da empresa, e ela só cresce se eu estiver lá. Tudo bem, se eu sair vem outro e ocupa meu lugar, mas enquanto eu estiver lá faz parte de mim fazer a empresa crescer e eu gosto de fazer isso.

De fato, o rebatizado dos assalariados contemporâneos parece ser capaz de destacar com grande *positividade e aceitação* as melhores características do capitalismo. Como nos revelam dois teóricos do capital, as empresas flexíveis, modernas, de raiz toyotista quando postas frente às fábricas-empresas rígidas, antiquadas de raiz taylorista-fordista, têm um interesse “inusitado” pela *autonomia, inteligência e personalidade trabalhadora*:

...as empresas que praticaram a reengenharia, em vez de empregados obedientes às regras, preferem aqueles capazes de formular as suas próprias regras. À medida que a gerência delega às equipes a responsabilidade pelo processo inteiro, também precisa lhes conceder a autoridade para tomarem as decisões necessárias. (...) Não mais basta examinar a educação, o treinamento e as habilidades dos empregados potenciais; a sua *personalidade* também se torna importante. Eles têm iniciativa? Possuem autodisciplina? Estão motivados a satisfazer os clientes? (HAMMER, CHAMPY, 1994: 55-56).

Mas, é simultaneamente notável e estarrecedora a maneira como a nova forma de gestão da força de trabalho se “interessa” e “convida” a personalidade ou subjetividade da classe trabalhadora a participar “ativamente” na empresa. Sem dúvida, as novas teorias e práticas de gestão são recursos altamente sedutores, capazes de suavizar a mais brutal exploração e dominação da força de trabalho, lhes atribuindo aparência de naturalidade em meio a crise do “onipresente” mercado. Para quem trabalha, formalmente ou informalmente, passar da estigmatizada força de trabalho para o premiado colaborador, parceiro ou associado que não mais simplesmente *trabalha*, mas *satisfaz o cliente* e busca *aquele objetivo comum na empresa*, ter sua personalidade, sua concepção de mundo, seus conhecimentos particulares sobre o cotidiano levado em conta e “colocado” em uso no local de trabalho é algo gratificante, estimulante e valorizador do indivíduo. Citamos alguns relatos que parecem confirmar essa “nova” realidade da classe trabalhadora, mas nunca é demais recorrer ao campo para reforçar nosso debate; sendo assim, nas palavras da mesma tele-operadora o “rebatizado” ganha o seguinte contorno:

“É melhor do que empregado. (...) Porque você se sente pessoa. Empregado é aquela coisa bem: “ah, você é meu empregado, faça aí”, entende? Eu acho colaborador mais humano, mais justo, mais pessoa. (...) Eles pararam de ver a gente como um servo. De olhar de cima para baixo, como igual. Embora eu saiba que tecnicamente não é assim”.

É possível fazer algumas observações interessantes a partir desse relato. É inquestionável que o rebatizado e a nova forma de gestão da força de trabalho intencionam reconhecer e valorizar os atributos pessoais e a capacidade humana no desenvolvimento da atividade. Mas viemos ao longo deste tópico discutindo a continuidade dos quatro aspectos fundamentais da alienação e, obtivemos fortes indícios de que estes não desapareceram, mas permanecem com “aparência humanizada” apesar de manter sua “essência desumanizadora”. Nesse sentido, termos como multifuncionalidade, flexibilidade, colaboração, times, família, gestão participativa, reengenharia, toyotismo, qualidade total etc., apesar de serem apontados como uma verdadeira “revolução” gerencial, não compreendem uma “revolução” na estrutura de comando do capital, em outras palavras, *“a reengenharia empresarial não quer mudar a maneira de ser dos trabalhadores e gerentes; pelo contrário, ela se aproveita dos talentos existentes e libera sua engenhosidade”* (Idem, *ibidem*: s/p, grifo nosso). O depoimento pouco acima citado, apesar de aparentar certo

“conforto” devido à nova denominação ou ao rebatizado, mantém certa distância, certo resguardo quanto a identidade e coincidência de interesses entre capital e trabalho. Frente às diversas transformações no capitalismo contemporâneo, desde a crise estrutural do capital e suas muitas respostas de reestruturação produtiva a fim de retomar a “normalidade” do crescimento da taxa de média de lucro, até outros elementos que sustentam a auto-alienação do trabalho, como por exemplo, a fusão e incorporação de empresas, a reengenharia, a multifuncionalidade, a gestão participativa, o desemprego estrutural, conjuntura que cria todo um “ambiente” social que aprofunda a defesa da relação-capital como a defesa de si mesma, indicando a maximização da tendência histórica à alienação, de modo que a passagem de trabalhador, assalariado ou proletário a colaborador, parceiro ou associado marca a intensificação da *personificação do trabalho*. A verdadeira questão da sociedade dividida em classes, ou seja, “qual é a classe dos indivíduos que realmente produzem a ‘riqueza da nação’ e qual é a que se apropria dos benefícios dessa produção” (MÉSZÁROS, 2002: 68), em sua essência, mantém preservadas suas contradições dinâmicas. A efetividade da personificação do trabalho, da “defesa” dos interesses empresariais como a defesa de si mesmo é relatada pelos próprios “colaboradores”:

“Eu acho que isso é um jeito de estimular o funcionário. “Ah, você não trabalha pra mim, a gente trabalha em prol de uma coisa só”. Eu acho que é só uma coisa pra envolver o funcionário, mas na realidade mesmo não tem muito isso. (...) Pra mim não faz diferença se eu sou funcionário ou colaborador. (...) Eu sei que eu colaboro, aliás, o caixa colabora muito, mas não por causa da denominação, por isso ou por aquilo, ou eu me sinta empolgado por isso” (caixa bancário).

O fato de existir uma espécie de barreira, uma verdadeira distância ou resguardo quanto à identificação real de interesses entre empregados e empregadores nos leva a indagar o “por que” a colaboração “tecnicamente não é assim”. Como temos insistentemente assinalado, ontologicamente a transformação da realidade objetiva – o processo de objetivação – realiza no ser social o distanciamento do objeto, sua atividade torna-se, de tal maneira, atividade reflexiva, pois ao exteriorizar sua subjetividade ele se defronta com uma *nova* objetividade (extensão objetiva de sua existência subjetiva) e, no momento em que se apropria desta “nova objetividade” transforma a si mesmo. Sendo assim, todas as conseqüências do fenômeno do auto-estranhamento encontram-se no

trabalho alienado ao homem no interior de um processo de exteriorização do ponto de vista da atividade e, ao mesmo tempo, como apropriação, do ponto de vista do capital. A objetivação é, sem dúvida, “um modo de exteriorização insuperável na vida social dos homens”, mas, adverte Lukács, “somente quando as formas objetivadas assumem tais funções na sociedade, que colocam a essência do homem em oposição ao seu ser, deturpam e desfiguram a essência humana pelo ser social, surge a relação objetivamente social da alienação e, como consequência necessária, todos os sinais subjetivos de alienação interna” (LUKÁCS, 2003: 27). Do ponto de vista ontológico, toda atividade humana essencialmente é fundada “sobre posições teleológicas e, conseqüentemente, sobre decisões alternativas por parte de seu executor. Este vínculo é tão sólido, tão fundamental, que não pode vir senão por inteiro em toda forma de trabalho”. Porém, por mais que se postule e se afirme que o trabalho contemporâneo esteja “humanizado” devido a flexibilização, multifuncionalidade, participação, decisão e colaboração etc., desde a divisão manufatureira do trabalho, passando pela concentração do operariado na grande indústria, até o colaborador na reestruturada empresa moderna a “verdadeira posição teleológica se desloca àquele que dirige a produção”, esteja este poder social personificado na diretoria ou nas diversas superintendências e gerências, de modo que do início ao fim, mediante regras e processos pré-estabelecidos os bancários, tele-operadores, supermercadistas e podemos estender essa realidade a toda classe trabalhadora, devem cumprir aquilo que se espera deles, as posições teleológicas realizadas pelos colaboradores são meros hábitos, simples *routine* e existem apenas de maneira fragmentada, entorpecida (Idem, 1981: 308). A relação sujeito-objeto, a refletividade da atividade sobre o ser social desperta a possibilidade do homem “contemplar-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele”, entretanto na mesma medida em que o processo de exteriorização e objetivação é insuperável no curso da vida social, mas estes são apropriados pelo capital, as forças pessoais são, mediante a divisão *alienada* do trabalho, transformadas em forças objetivas do capital, são poderes sociais mantidos sempre *à sombra da incontrolabilidade*. Sendo assim, a “nova” realidade do trabalho contemporâneo ainda não liberou as potencialidades do *locus* insuprimível do processo de humanização, o indivíduo social típico daquela terceira formação social que Marx tanto ressaltou em seus *Grundrisse* e que, equivocadamente, alguns sociólogos contemporâneos como Negri e Gorz acreditam já estar em rota de efetivação.

Consideramos algumas páginas acima que na medida em que a reestruturação produtiva e a reengenharia empresarial demandaram de seus empregados, funcionários ou trabalhadores acreditassem plenamente que trabalhavam para seus clientes, e não para seus diretores, supervisores ou gerentes, sua real condição objetiva foi progressivamente retirada do horizonte mental dos sujeitos da produção de tal maneira, que considerar-se ou imaginar-se como “trabalhador” tornou-se imensamente descontextualizado; isso sem levar em conta que imaginar-se como “proletário” soa tão absurdo quanto ofende o “sujeito real da produção”. Também, não podemos nos esquecer que o “sucesso” do toyotismo enquanto valor universal da produção global de mercadorias se deve fundamentalmente a sua capacidade de articular a continuidade da racionalização do trabalho de tipo taylorista-fordista com a descontinuidade das novas necessidades de reprodução ampliada do capital. Portanto, quando apresentamos algumas das definições do trabalho bancário, tele-operador e supermercadista, apesar de algumas distinções básicas entre eles, notamos que todos guardam certa “herança” taylorista-fordista, como por exemplo, o controle de gestos, de tempos e até da voz, apesar de simultaneamente adotarem práticas de gestão e organização do trabalho mais humanizadas, como por exemplo, multifuncionalidade, flexibilidade e participação, próximas ao desenho toyotista. Nesse sentido, se o modelo produtivo baseado na organização do trabalho taylorista-fordista tinha como figura central o operariado ou proletariado e, o trabalho contemporâneo guarda certa “herança” deste período na camisa-de-força da prescrição da atividade, na desrealização do “colaborador”, somos levados a acreditar que assim como a “passagem” de um modelo universal de produção a outro apresenta uma *continuidade descontínua do sistema orgânico do capital*, o mesmo pode-se dizer para os *sujeitos reais da produção capitalista, a classe trabalhadora ou proletariado*. Tudo parece indicar então que o rebatizado, o apelo a valores comunitários, a unidade de interesses, o engajamento estimulado no trabalho remete-se essencialmente ao plano ideológico, uma vez que, nossa pesquisa de campo aponta certa “distância”, “resguardo” ou até mesmo “resistência” a identificação absoluta entre os interesses relação-capital. Levando em consideração os estudos da sociologia do trabalho e os relatos colhidos no campo, verificamos que as expectativas suscitadas pela nova organização do trabalho e pelo *novo compromisso* de possibilidade de ascensão, de algumas garantias, de manutenção do emprego em troca da subsunção da mentalidade dos assalariados, pelo menos “do ponto de vista dos assalariados, as regras do jogo não são respeitadas e os

interesses de cada um são lesados” (LINHART, 2007: 124). Sobre isso dois entrevistados nos revelam a contradição intrínseca ao sistema de premiações da disciplina no trabalho e a adesão incondicional a este sistema, assim nos diz um bancário:

“Vale a pena a gente entrar nessa lógica do banco de ‘dar o sangue’, de ‘pisar no pescoço da mãe’ pra subir numa chefia, pra chegar num cargo de comissão e ganhar x reais, ou vamos supor, sei lá, seis, dez mil reais, durante dez, quinze anos, sendo que o banco pode a qualquer momento ‘puxar o tapete’?”

A segunda entrevistada, uma operadora de caixa em supermercado, que num momento anterior afirmou estar associada e engajada a buscar o “único objetivo”, também estranha a ambigüidade da organização do trabalho:

“Eu acho que está faltando mais essa união que eles querem que seja. (...) Não sei, acho que as pessoas estão um pouco desanimadas com a empresa, não sei se é porque ela lança assim... ela lança um ponto de vista da empresa que não é realmente aquilo que eles esperam. (...) Aí acontece coisas que desestimulam o associado”.

A questão é que o fato de as personificações do trabalho emergirem no horizonte histórico recente como tendência ao aprofundamento da experiência da alienação na vida cotidiana, como a internalização e a defesa da relação-capital como a defesa de si mesma, isso não significa, como já vimos, *a identificação nem mesmo a unidade entre sujeito-objeto*, uma vez que a atividade não é *a realização do sujeito que trabalho, mas a realização de um meio para um fim fora do trabalho e, mesmo essa internalização da relação-capital não é capaz de retirar do horizonte da consciência individual sua real condição de subordinação*, de que o sujeito real da produção capitalista continua a ser entendido economicamente como “assalariado que produz e valoriza ‘capital’ e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de ‘Monsieur Capital’” (MARX, 1984a: 188). *Nenhum eufemismo por mais belo e reconfortante que seja é capaz de alterar concretamente a condição proletária do trabalho sob a égide da produção capitalista de mercadorias*. Na verdade, essa consciência da condição proletária permanece mediante alguns “descontentamentos” com a atividade ou com o cliente, apontando formas de resistência latentes em desenvolvimento. Frente à “queixas” e “exigências” da clientela, um operador de caixa em supermercados mostra-se completamente descontente, uma vez que o peso da relação final entre cliente-empresa

recai normalmente sobre seu setor: *“não sou o dono do mercado não. O dono do mercado é fulano lá, entendeu? Vem falar pra mim, não, eu não tolero isso não. (...) Porque realmente é assim, quando o cliente fala mal da gente ele tem sempre razão e a gente tem que calar a boca, mas quando ele fala mal do mercado já não tem tanta razão assim”*. Como Ruy Braga anotou sobre a “condição proletária” dos tele-operadores e, aqui estendemos também aos bancários e supermercadistas, a “luta pela dignidade individual parece representar o horizonte, ao menos imediato, da ação coletiva” (BRAGA, 2006: 148). Isso não traduz o finado “destino do sindicalismo” e suas ações tradicionais como greves, operação tartaruga ou até mesmo a sabotagem, muito ao contrário, pois “descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam, pelo menos, em via de aparecer” (MARX, 1998: 6). Portanto, analisando o trabalho contemporâneo e seu compromisso e promessas de autonomia participativa, colaborativa etc., os novos termos de desafio e as possibilidades da ação coletiva sindical estão postos na potencialidade de articular as estratégias “tradicionais” de reivindicação do contrato de trabalho como isonomia e aumento salarial, redução da jornada de trabalho, estabilidade no emprego entre outras, às ações individuais de insatisfação e descontentamento causados pela frustração das expectativas oriundas na nova organização do trabalho, ampliando nessa direção o debate coletivo em torno da *socialidade do trabalho, do sentido do trabalho contemporâneo e, numa atitude mais radical, o próprio sentido da socialidade regida pelos princípios de acumulação do capital*.

Conclusão

Na presente dissertação, buscamos compreender o aprofundamento da experiência da alienação da classe trabalhadora na contemporaneidade. Centralizamos nossas atenções em três categorias profissionais distintas, bancários, tele-operadores e operadores de caixa em supermercados, por dois motivos muito simples: a) porque são atividades que extrapolam o entendimento “tradicional” e muitas vezes “nostálgico” de classe trabalhadora, muitas vezes, compreendida pela literatura sociológica e pelo “senso comum” como o operariado oriundo das fábricas de chaminé e; b) porque são categorias que compõem um setor onde o trabalho envolve componentes supostamente mais “intelectualizados” da força de trabalho, mas nem por isso, menos susceptíveis as tendências inerentes à reestruturação produtiva, à produção em escala “industrial” de serviços e à alienação do trabalho. As transformações no processo de acumulação capitalista de tipo toyotista refletem de fato algumas mudanças “qualitativas” e “humanizadas” no trabalho contemporâneo o que, a princípio, consiste na ruptura com o modelo produtivo de tipo taylorista-fordista, porém, como verificamos no campo, a realidade é bem diversa às promessas democráticas e valorizadoras do indivíduo submetido à lógica da valorização.

É de causar certa estranheza ao leitor o fato de iniciarmos nossa dissertação pelo resgate dos fundamentos da ontologia social marxiana e lukacsiana. Frente ao “limbo” das utopias, dos “novos” movimentos e atores sociais, da “fluidez” das transformações da (pós)modernidade, a ontologia e seu apelo ao “essencialismo” do ser parece figurar como uma impostura intelectual. Ao contrário de Pierre Bourdieu e sem discutir o mérito de suas obras, não tivemos a intenção em momento algum em “exercitar o método” epistemológico e promover uma sociologia do conhecimento. O esforço da releitura ontológica presta-se a ressaltar a *especificidade do ser social*. Esta especificidade do ser social frente às demais formas da natureza reside no fato de que este é capaz de articular conscientemente necessidade e liberdade, produzindo algo que em-si não existe na esfera natural. De tal maneira, o trabalho, a “causalidade posta” marca o *momento predominante* processo de humanização. Afirmamos, então, que se o trabalho é o fundamento ontológico do homem, isso não significa de modo algum que toda atividade humana esteja reduzida a este único momento. Como ser “carente”, para usa a terminologia do jovem Marx, o trabalho na

realidade abre o campo das possibilidades infinitas de individuação e socialização. Ou seja, mesmo que toda atividade humana possua por *locus* este ou aquele sujeito, isso não significa de um lado a autonomização da individualidade singular diante do gênero humano-social, nem de outro lado a dissolução das diversas individualidades num ser coletivo massificado. Na infundável passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade, as mediações primárias desempenham papel crucial, pois se caracterizam pela auto-mediação capaz de articular plenamente indivíduo e totalidade. O trabalho, do ponto de vista ontológico, não é reconstituído somente como antagonista do capital, mas como agente soberano criativo do processo de auto-constituição social, como modelo de toda e qualquer práxis social.

Da mesma maneira que a ontologia a crítica da alienação é remetida ao estatuto de uma “metafísica” deslocada no tempo e espaço contemporâneos. Acreditamos que grande parte do isolamento “forçado” das obras que discutem o tema tem origem no fato de que normalmente nas ciências humanas e sociais o fenômeno da alienação é limitado a concepção “pura” da separação do trabalhador das condições objetivas e dos produtos do trabalho. É demasiadamente conhecida a realidade da Revolução Industrial a qual Marx se refere no momento da redação dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Naquele momento histórico, fundamentalmente, a alienação do trabalho efetivava-se por meio da contínua bestialização do trabalhador, pois a venda de sua capacidade de trabalho garantia somente o mínimo necessário a sua sobrevivência. São justamente as considerações superficiais das transformações no modo de apropriação e acumulação do capital, sua reestruturação produtiva, suas promessas de multifuncionalidade, gestão participativa e relativa autonomia que turvam o entendimento mais acertado da substancialidade do fenômeno da alienação. Mais do que reduzir o homem em apêndice do maquinário automático que vive precariamente, a alienação destitui o homem de seus laços sociais reais, da própria consciência de sua socialidade. Os quatro aspectos do conceito-chave alienação, tal como já discutimos exaustivamente, não são aspectos estancados que em determinados momentos são mais ou menos apropriados para compreender a complexa realidade do trabalho abstrato. Ao contrário, todos estão muito bem articulados, de modo que tendem à naturalização da alienação e à inversão do objetivo real da produção culminando na interiorização característica das sociedades capitalistas das personificações do trabalho e do capital. Como demonstramos com nossa análise da pesquisa de campo, tanto os quatro

aspectos fundamentais da alienação como a personificação do trabalho permanecem inalteradas e confirmadas sob formas eufemisticamente sutis no cotidiano da classe trabalhadora.

Uma questão que pode suscitar algum tipo de “polêmica” é a assertiva acerca da *crise estrutural do capital*. De fato, o crescimento econômico e a expansão do domínio estadunidense ao longo dos últimos 15 anos, principalmente durante o governo Clinton parece contrariar qualquer diagnóstico sobre as possibilidades de uma crise verdadeiramente “avassaladora” no capitalismo contemporâneo. Na realidade, nosso entendimento de crise estrutural do capital não se traduz pelo fim imediato ou de médio prazo do sistema de mediação alienado do capital. Como buscamos enfatizar diversas vezes, o capital enquanto força social extratora e apropriadora de sobre-trabalho possui certo “aspecto *civilizador*”, uma vez que tal extração é realizada de forma continuamente “mais vantajosa” para o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais. No livro III de *O Capital* Marx destacou algumas causas contrariantes da queda tendencial da taxa de lucro, que na proporção inversa são também meios de elevá-la: aumento da intensidade do trabalho, compressão dos salários, barateamento dos elementos do capital constante, aumento do exército de reserva, comércio exterior e o crescimento do capital por ações (Cf. MARX, 1984b). No entanto, essas “causas contrariantes” (claramente identificáveis ao longo das últimas três décadas) não são um recurso *ad infinitum*, elas esbarram em determinados limites estruturais do sistema. E, no caso mais específico de nossa dissertação, esbarram no próprio “segredo” da relação-capital que sustenta sua estrutura de dominação, a alienação do trabalho. De nosso ponto de vista, a crise estrutural do capital evidencia-se muito mais como uma “crise de civilização” do que como mais uma crise de apropriação, valorização e acumulação.

Partimos do pressuposto de que os trabalhadores são dotados de “novas” identidades pelo patronato, ou melhor, são *rebatizados* a fim de retirar do discurso cotidiano e do horizonte mental da classe denominações como “trabalhador”, “assalariado”, “empregado”, “funcionário” para não dizer “proletário” e, acrescentar outras denominações mais *serenas* como “colaborador”, “parceiro” ou “associado”. No nível mais imediato, essas “novas” identidades objetivam extirpar ou, pelo menos, minimizar as contradições clássicas entre trabalho e capital. No entanto, as novas formas de gestão mais

“humanizadas” da força de trabalho revelam um recurso ambíguo. Tendo em vista tal ambigüidade, nos deparamos com a questão se tal realidade efetivamente acarreta na mudança ou transformação na consciência do trabalhador, a partir do momento em que tende a eliminar as contradições históricas entre trabalho e capital, vertendo o trabalhador em colaborador. Concluimos em nossa pesquisa de campo de que o *simples rebatizado do sujeito real da produção* por maior que seja seu poderio, apenas “contempla o mundo como se fosse dominado por idéias, e as idéias e conceito como se fossem princípios determinantes” (MARX, ENGELS, 2007: 36), nesse sentido, acreditamos que as novas formas de gestão e organização do trabalho desconsideram ou consideram muito pouco, a contradição que irradia da própria objetividade que sustenta o rebatizado. Num clima de instabilidade social do emprego e, até mesmo da empresa, mediante falências, fusões e transferência de território, contribuir para o bom andamento da empresa em que se trabalha, o *novo compromisso* firmado entre capital e trabalho, onde o segundo tem de “fazer por onde merecer o emprego” adquire o tom de uma necessidade pessoal de cada indivíduo; porém, quando fazem isso, o fazem no intuito de “perpetuar” sua própria existência dentro daquela máxima de que o trabalho é apenas um meio para um fim, e, não um fim em si.

Mesmo os princípios de multifuncionalidade, flexibilidade, gestão participativa e a satisfação do cliente, não são capazes de retirar do cotidiano a experiência da desumanização constante. Claro que não pretendemos ser demasiadamente taxativos, mas constatamos em nossas entrevistas que nos momentos em que a empresa demandava, por exemplo, a multifuncionalidade ou flexibilidade, a intenção de tal demanda não visava a satisfação nem o desenvolvimento das potencialidades do sujeito real da produção, mas a intensificação do trabalho a fim de extrair o máximo possível de sobre-trabalho numa parcela de tempo reduzido com mínimo quadro de “colaboradores”, mesmo que por trás de tal demanda exista algum tipo de premiação. Sobre a gestão participativa, as opiniões variaram desde a aceitação e prática das sugestões dos empregados, até a simples imposição de normas, tarefas, metas e cobranças disfarçadas sobre o nome de “reuniões de qualidade”, o que realmente se pretende é extrair as qualidades comunicativas, cooperativas e solidárias dos trabalhadores a fim de se alcançar um “único objetivo”. E, o que dizer do cliente ou “misteriosa entidade independente”? O cliente não é necessariamente uma pessoa, não possui uma verdadeira personalidade, nem raça, nem classe, nem gênero, *ele*

apenas consome a “grande coleção de mercadorias” pseudo-personalizadas. Satisfazer o cliente resume-se, pelo que vimos a simplesmente criar estratégias de “fidelização” ou de “metas” dessa estranha relação, sem humanizar uma vírgula sequer, na verdade o “fetiche da mercadoria” tão criticado por Marx, parece assumir sua forma mais acabada na efetivação dessa “entidade” tão fascinante.

Se o processo de trabalho das três categorias analisadas exige a disposição e o envolvimento total das energias subjetivas do sujeito real da produção de mercadorias, mas, por outro lado, é pré-definido pela racionalização dos movimentos, das atitudes, dos tempos e até mesmo da voz, de modo que do início ao fim eles devem cumprir o que se espera deles (e, diga-se de passagem, isso vale para grande parte da classe trabalhadora); tal realidade parece indicativa dos limites desse suposto “novo” modelo produtivo, ou seja, a existência de certa “herança” taylorista-fordista na produção nos remete a existência de certa “herança” proletária na produção de mercadorias. Verificamos no decorrer da pesquisa que as promessas de uma verdadeira “parceria” e “colaboração” são frustradas no trânsito cotidiano pela determinação lógica da lei do valor e, dessa maneira, nenhum eufemismo por mais belo e reconfortante que seja é capaz de alterar concretamente a condição proletária do trabalho, a personificação do trabalho como atitude individual não consiste de nenhuma maneira na identidade entre trabalho e capital. Aqui avançamos ao lançar uma hipótese a ser perseguida em outras pesquisas, pois no contexto das mudanças organizacionais (flexibilidade, gestão participativa, multifuncionalidade, programas de “qualidade total” etc.) a empresa moderna, flexível ou toyotista tende então a *fragilizar-se*. O rebatizado do trabalho abstrato é incapaz de extinguir a continuidade da alienação, na realidade parece expandir a consciência do sujeito real da produção de sua centralidade para o desempenho da empresa moderna, pois *“querendo ou não a gente é o alicerce da empresa e ela só cresce se eu estiver lá”*, como relatou em outro momento uma teleoperadora. “É fácil imaginar as consequências devastadoras que comportamentos refratários poderiam ter em uma situação em que o campo de intervenção de cada um é ampliado”. Enquanto o capital não alcançar seu “sonho dourado” de erradicar plenamente a força de trabalho do processo de valorização de valores existentes, ou então os trabalhadores não se constituírem efetivamente enquanto fiéis e disciplinados “colaboradores” as empresas e fábricas não podem “correr o risco de renunciar ao taylorismo que tranqüiliza, uma vez que aprisiona os gestos em uma camisa-de-força de

prescrições e limita o campo de intervenção e de iniciativa de cada um” (LINHART, 2007: 124).

A questão central não é apenas resgatar e apontar o local da continuidade e a tendência de aprofundamento do fenômeno da alienação, se assim recorrermos terminamos por simplificar demais a complexidade da realidade, trata-se da máxima de que na atual fase de desenvolvimento sócio-histórico, o sistema orgânico do capital está apresentando os primeiros sinais de esgotamento de sua ascendência história como sistema mundial, acarretando na crise da divisão capitalista do trabalho, do emprego, do Estado nacional, em fim, na crise da socialidade capitalista. Nossa ênfase na centralidade do trabalho não se dá ao acaso ou a mero economicismo, mas justamente pelo fato já referido de que este consiste no fundamento do processo ontocriativo de toda a praxis social; em outros termos, o trabalho, a atividade genérica do ser social conduz continuamente a novas necessidades e este fato social independe do quanto as barreiras naturais já recuaram, se conduz a imediata “produção da vida material em-si” ou se “o homem se comporta como supervisor e regulador sobre o próprio processo de produção” (MARX, ENGELS, 2007: 50; MARX, 1974b: 228). Neste exato sentido, a “transcendência da auto-alienação do trabalho” está “na ordem do dia”. A nova organização do trabalho contemporâneo em suas promessas de autonomia, flexibilidade, participação e colaboração, devido à lógica da reprodução de capital não é capaz de suprir as necessidades genuinamente humanas, abrindo campo para o debate e o questionamento da socialidade e o sentido do trabalho. Esse conjunto de questões nos permite o palpite de uma “virada de mesa”, ou seja, a mesma objetividade que lançou as bases para o “rebatizado” da *contradição em colaboração* pode, à medida que se *saturam os antagonismos sistêmicos do capital*, percorrer o caminho inverso: da *colaboração à contradição tendencialmente explosiva*.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ludmila Rodrigues. *Reestruturação produtiva e sistema bancário: movimento sindical bancário brasileiro nos anos 90*. Campinas: Tese de Doutorado em Ciências Econômicas - UNICAMP, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BOURDIEU, Pierre. *A ontologia política de Martin Heidegger*. Campinas: Papirus, 1989.

BOURDIEU, Pierre (et al). *Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRAGA, Ruy; “Uma sociologia da condição proletária contemporânea” In: *Tempo social: Revista de sociologia da USP* vol.18, número 1. São Paulo: Universidade de São Paulo, junho, 2006.

CARDOSO, Adalberto. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHASIN, José. “Marx – Da Razão do Mundo ao Mundo Sem Razão” In: ____ (org.). *Marx Hoje: cadernos ensaio 1*. São Paulo: Ensaio, 1987.

CORIAT, Benjamin. “Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção: Um Ponto de Vista de Conjunto” In: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o “Modelo” Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.

DAL ROSSO, Sadi. *A jornada de trabalho na sociedade: O castigo de Prometeu*. São Paulo: LTr, 1996.

_____. *Construção de projetos de pesquisa em Sociologia*. Brasília: 2006 (mimeo).

DUARTE, Newton. *Individualidade para-si: Contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas: Editora Autores Associados, 1993.

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx (1843-44): as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez, 1995.

GORZ, André. *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *O imaterial: Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere vol.4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GURGEL, Cláudio. *A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. *Teoría de la acción comunicativa vol.I*. Buenos Aires: Taurus, 1989.

HAMMER, Michael, CHAMPY, James. *Reengenharia: revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. “Adeus a tudo aquilo” In: BLACKBURN, Robin. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

JINKINGS, Nise. “A reestruturação produtiva do trabalho nos bancos” In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

LARANGEIRA, Sônia. “Reestruturação produtiva no setor bancário: A realidade dos anos 90” In: *Educação e Sociedade*. Ano XVIII n°. 61/especial, dezembro 1997.

LESSA, Sergio. *Sociabilidade e Individuação*. Maceió: Eduafal, 1995.

_____. *Mundo dos Homens: Trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. *Para compreender a ontologia de Lukács*. Ijuí: Unijuí, 2007.

LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LUKÁCS, György. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem” In: *Temas de Ciências Humanas vol.4*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *Per una ontologia dell’essere sociale vol.II t.1*. Roma: Riuniti, 1981.

_____. “Prefácio (1967)” In: _____. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. “Manifesto do Partido Comunista” In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da Organização Política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa e Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *A ideologia alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador)*, vol.1. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974a.

_____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador)*, vol.2. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974b.

_____. *O Capital: crítica da economia política vol. I t.1*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O Capital: crítica da economia política vol. I t.2*. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

_____. *O Capital: crítica da economia política vol. III t.1*. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

_____. *O Capital: crítica da economia política vol. III t.2*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Miséria da Filosofia: Resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução” In: _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

NEGRI, Antonio. “O empresário-político” In: COCCO, Giuseppe (et all). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: Edição SEBRAE, DP&A, 2002.

_____. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio, HARDT, Michael. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OFFE, Claus. “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” In: _____. *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PETROVIC, Gajo. “Alienação” In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

RANIERI, Jesus. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SEGNINI, Liliana. “Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e precarização do trabalho” In: *Educação e Sociedade*. Ano XX nº. 67, agosto de 1999.

VENCO, Selma. “Centrais de atendimento: a fábrica do século XIX nos serviços do século XXI” In: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo: 31 (114), 2006.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2003.

_____. *Economia e Sociedade vol.I*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

Fontes

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO. *Código de ética*. 2004. (Disponível em <http://www.grupopaodeacucar.com.br/nossagente>).

DIEESE. *Supermercados Eliminam Vagas e Ganham produtividade*. 1997.

DIEESE. *O Ranking dos Supermercados: Internacionalização e Concentração*. 16 de setembro de 2003.

DIEESE. “Admissões e demissões no setor bancário” *Nota Técnica*. Nº 38, outubro 2006.

REVISTA VEJA. “Entrevista: Jeremy Rifkin”. Edição 1784, 8 de janeiro de 2003 (visualizado em 19 de dezembro de 2007: <http://veja.abril.com.br/080103/entrevista.html>).

SECRETARIA DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL. “Pesquisa de Emprego Desemprego”. Julho de 2006. (Visualizado em 18 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.trabalho.df.gov.br/pesq/ped/index.htm>).